UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

BRUNO DOS SANTOS SILVA

Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre *A Geografia* e o Império Romano

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2013

BRUNO DOS SANTOS SILVA

Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre *A Geografia* e o Império Romano

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História Antiga.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello.

São Paulo

2013

Aos eternos Chicão e Zanza,
pai e mãe sem iguais.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa dissertação.

À minha família, em especial meus pais, Francisco Félix da Silva e Rosângela dos Santos Silva, que me deram minha forma de ver o mundo, que me ensinaram o quanto eu posso e devo fazer de tudo para torná-lo um lugar melhor. E este trabalho é um pequeno desdobramento de como o conhecimento pode ajudar a pensar o mundo ao meu redor, auxiliando-me a nele atuar. Só penso e existo por conta de vocês.

Gostaria de agradecer também à minha irmã Camila dos Santos Silva pelo incentivo sempre à mão, e por nunca concordar comigo, motivando-me sempre a procurar outras formas de argumentar sobre qualquer assunto. Aos meus avós por todo o carinho e atenção, além, claro, por todas as histórias maravilhosas que eu não canso de ouvir.

Aos amigos sempre presentes Lyvia Cristina C. Rodrigues, Henrique Sato e Adriana Sousa Andrade, pelos quase vinte anos de amizade e trocas de vivências que marcaram cada etapa da minha vida.

Ao "pessoal do Leir", Camila Zanon, Eduardo Polidori, Joana Clímaco, Gilberto Francisco, Ivana Teixeira, Tatiana Bina, Fabio Morales, Uiran da Silva e Gustavo Oliveira, sem o qual essa dissertação, em especial, não teria sido feita. Em particular aos três últimos por terem acompanhado quase diariamente, no mínimo todas as sextas-feiras, cada loucura imaginada, e pelas dicas, sugestões e críticas.

Aos grandes amigos da FFLCH: ao Victor Ramalho, e as ótimas conversas sobre os amores em comum, em especial a Antiguidade e o Rugby; à Danieli Giovani e as colocações mais ponderadas que eu já ouvi; e, finalmente, à grande amiga/irmã Mirela Minzon, a única pessoa que sabe cada passo que foi dado até aqui, pois esteve no começo, no meio e no fim deste trabalho.

Aos amigos e companheiros que conheci por conta da educação, e que sempre deram o apoio e os incentivos essenciais para essa dissertação: Marcelo Silvério, Soraia Carvalho, Marcia Celestine, Claudio Pinheiro, Rui Maurício, Marcelo Resende, Thiago Postal, Danilo Zanardi, Tércio Paparoto e Cristina Stersi.

A todos os funcionários de bibliotecas e faculdades que facilitaram a pesquisa.

Aos professores Fabio Faversani, Maria Isabel Fleming, Carlos Augusto Machado, Bryan Wide-Perkins e Katherine Clarke, que cada qual, ao seu modo e em momentos distintos dessa pesquisa, que trouxeram contribuições indispensáveis e auxílios primordiais.

Ao Norberto agradeço especialmente pelos conselhos e empurrões, pelas críticas veladas, pelos elogios desmerecidos, pela orientação sempre presente e principalmente, crítica. Os últimos seis anos deste projeto tiveram todo o apoio e dedicação deste professor que, quando me fez querer ler os Atos dos Apóstolos como fonte histórica, ganhou todo meu respeito e admiração.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de mestrado e o apoio financeiro para a realização do estudo.

Ninguna de esas fábricas (lo sé) lo impresiona por bella; lo tocan como ahora nos tocaría una maquinaria compleja, cuyo fin ignoráramos, pero en cuyo diseño se adivinara una inteligencia inmortal. Quizá le basta ver un solo arco, con una incomprensible inscripción en eternas letras romanas. Bruscamente lo ciega y lo renueva esa revelación, la Ciudad.

Jorge Luis Borges

Resumo

Esta dissertação propõe analisar os Livros III e IV da *Geografia* de Estrabão com o objetivo de identificar como um grego das regiões do Oriente Próximo formulara um quadro de encontro de povos nas regiões Ocidentais do mar Mediterrâneo nos tempos da expansão do Império Romano, e entender qual o papel ele atribui a esta cidade neste processo. Com esta abordagem, pretendemos discutir o importante conceito de Romanização, caro aos trabalhos que abordam a relação entre Roma e suas províncias, além de procurar entender como os o passado dos espaços por nós estudados – Península Ibérica e a Europa entre o Reno e os Pirineus – foi fruto de uma série de leituras e interpretações distintas, que, em alguns casos, prejudicou o próprio uso da fonte escrita como documento para pensar as transformações pelas quais passaram. A *Geografia* de Estrabão é vista, dessa forma, como um documento importante e valioso para se pensar as mudanças ocorridas nessas regiões, não somente por conta da chegada dos romanos, mas também como testemunho da importância de outros povos na sua integração a uma nova forma de viver.

Palavras-Chave: Estrabão, Romanização, Ibéria, Gália, Geografia.

Abstract

This dissertation proposes to examine the Books III and IV of the *Geography* of Strabo with the aim of identifying how a greek man from the Near Eastern regions formulated a framework for meeting people in the western regions of the Mediterranean Sea, at the time of the Roman Empire expansion, and to understand what role does de assigns to this city in this process. With this approach, we intend to discuss the important concept of Romanization, due to works that deal with the relationship between Rome and its provinces, and we seek to understand how the past of the spaces we studied - Iberian Peninsula and Europe between the Rhine and the Pyrenees - was the result of a number of different readings and interpretations, which, in some cases, damaged the very use of writing documents as a source for thinking the transformations in. The *Geography* of Strabo is seen, therefore, as an important and valuable document to think about the changes occurring in these regions, not only because of the arrival of the Romans, but also as a witness of the importance other people in their integration to a new form to live.

Keywords: Strabo, Romanization, Iberia, Gaul, Geography.

Sumário

Introdução 7

Capítulo 1 – A questão da Romanização e o estado atual dos estudos sobre encontros entre Povos. 12

Romanização e o Estado Nação 12

Primavera das Identidades 15

Os limites da Identidade 18

E a diversidade? 23

O Mediterrâneo como proposta alternativa. 25

Integração como síntese. 26

Capítulo 2 – Gália, Ibéria e as fontes. 30

A Gália e a França 33

A Ibéria: entre Espanha e Portugal. 38

A Península e a Gália na perspectiva mais recente 41

Capítulo 3 – A *Geografia* como discurso – a natureza da fonte 46

3-1 – Do autor e da sua produção. 49

3-1-1 – Quem foi? O que sabemos ao certo? Ou, os comentários sobre sua vida. 49

3.1.2 – o que não sabemos? 53

3.1.3 – Debates contemporâneos: 62

3.2 – Da obra. 77

3.2.1 – A tradição manuscrita e os fragmentos da *Geografia*: 77

3.2.2 – Apresentação geral da Obra e dos livros 78

3-3 – A Análise. 80

3.3.1 - Da Ibéria 81

3.3.2 – Da Gália 95

3.3.3 Considerações gerais à análise 103

3.4 – Roma e as cidades. 106

Conclusão 111

Referências Bibliográficas 117

INTRODUÇÃO

> Da parte habitada da Europa, as frias regiões montanhosas fornecem por natureza apenas uma existência miserável aos seus habitantes, mesmo assim, as regiões de pobreza e pirataria foram domesticadas/civilizadas (**ἡμερουται**) a partir do momento que foram bem administradas (**ἐπιμελητὰς δὲ λαβόντα ἀγαθοὺς**). Assim como os gregos: apesar de ocuparem montanhas e rochas, eles costumavam viver felizes, pois eles tiveram a prudência de bons governos **(πολιτικα),** da arte, e, em geral, da sagacidade de viver. Também os romanos controlaram muitos povos que eram naturalmente selvagens devido à região que habitavam, pois essas regiões eram também rochosas ou sem portos ou frias ou por alguma outra razão inadequadas para habitação para muitos, e, assim, não somente colocaram em contato povos que estavam isolados, mas também os ensinaram a viver sob boas formas de governo (**πολιτικως**). (...) O número daqueles que cultivam as artes da paz, é, no entanto, enorme, preponderância devida aos governos primeiro dos gregos, e posteriormente, de macedônios e romanos. (Estrabão, 2.5.26)[1]

Entender e explicar um mundo em transformação. Esta parece ser a motivação de Estrabão. Um mundo diversificado, com povos que "vivem felizes" em função de sua "sagacidade do viver bem" e do bom governo, bem como repleto de ladrões, piratas e povos selvagens. Mas também um mundo em constante transformação, mudando sob a influência de vários atores (gregos, macedônios, romanos) e por conta da alteração de uma infinidade de elementos: formas de habitar, legislar, pensar, comer, cultuar etc.

A *Geografia* de Estrabão é um documento cujo olhar não se limita às fronteiras físicas do mundo conhecido pelos contemporâneos do seu autor. Trata-se de uma obra que se propõe

[1] "τῆς δ' οἰκησίμου τὸ μὲν δυσχείμερον καὶ τὸ ὀρεινὸν μοχθηρῶς οἰκεῖται τῇ φύσει, ἐπιμελητὰς δὲ λαβόντα ἀγαθοὺς καὶ τὰ φαύλως οἰκούμενα καὶ λῃστρικῶς ἠμεροῦται, καθάπερ οἱ Ἕλληνες ὄρη καὶ πέτρας κατέχοντες ᾤκουν καλῶς διὰ πρόνοιαν τὴν περὶ τὰ πολιτικὰ καὶ τὰς τέχνας καὶ τὴν ἄλλην σύνεσιν τὴν περὶ βίον, Ῥωμαῖοί τε πολλὰ ἔθνη παραλαβόντες καὶ τὴν φύσιν ἀνήμερα διὰ τοὺς τόπους ἢ τραχεῖς ὄντας ἢ ἀλιμένους ἢ ψυχροὺς ἢ ἀπ' ἄλλης αἰτίας δυσοικήτους πολλοῖς τούς τε ἀνεπιπλέκτους ἀλλήλοις ἐπέπλεξαν καὶ τοὺς ἀγριωτέρους πολιτικῶς ζῆν ἐδίδαξαν." (Estrabão, 2.5.26)

a pensar um período em especial. Temos à nossa disposição uma análise detalhada – e não simplesmente de uma descrição, como poderia indicar *strictu senso* a palavra "geografia" – da época vivida por Estrabão. Não se sabe a datação exata da produção de sua obra, nem mesmo de seu nascimento e morte, mas os pesquisadores concordam que estamos lidando com uma obra produzida na passagem do século I a.C. para o século I d.C.[2].

Dentro deste arco temporal uma quantidade considerável de temas tem sido pesquisada. Muitos deles estando diretamente ligados ao mais amplo de todos, o "Império Romano": crise da República, problemas agrários, guerra civil; passagem da república para o principado de Augusto; constituição do Império Romano; etc. Grande parte da historiografia moderna que trabalha com este período tem procurado entender quais os fatores que contribuíram para a crise da República romana (FINLEY,1983, pg. 68 e pg. 111), ou mesmo como e sob quais bases se desenvolveram as estruturas dos Principados de Augusto (NICOLET, 1991), de Tibério (POTHECARY, 2002) e dos imperadores deste período (ANDO, 2000). Todos estes temas interessam sobremaneira a esta dissertação. Entretanto, gostaríamos de propor, inicialmente, uma demarcação temporal mais ampla para nosso trabalho, tendo em vista algumas especificidades da fonte que será analisada, bem como as questões inerentes à nossa pesquisa.

O presente trabalho tratará de questões referentes às mudanças ocorridas em duas regiões específicas, a Península Ibérica e a Gália (Europa Central, entre os Pirineus e o rio Reno; da Bretanha ao norte da Itália), durante e após a chegada do poder romano. Este longo processo, que começara com a II Guerra Púnica (218 – 201 a.C.), estende-se pelos séculos II e I a.C., adentrando e se intensificando com o decorrer dos primeiros anos do século I d.C (LINTOTT, 1994, pp. 20 - 23). Trata-se de pouco mais de 300 anos de diferentes formas de contato, usualmente entendidas como negociações, imposições por meio de violência, sincretismos, ou mesmo emulações, narradas e analisadas por inúmeras fontes, das quais quase não possuímos notícias. Salvo uma em especial: uma obra de um homem de hábitos gregos da Anatólia, que propunha descrever o mundo que ele conhecia: a *Geografia* de Estrabão. De Homero a Posidônio (c. 135 – 51 a.C.), de Políbio (c. 200 – 118 a.C) a Julio César (100 – 44 a.C.), a obra que nos propomos a analisar nesta dissertação tem como uma de suas principais características utilizar como fontes de informação estes e outros relatos sobre a

[2] O debate completo em torno destas datas será apresentado no capítulo 3 desta dissertação.

expansão do poderio romano sobre a *Oikoumene* (o mundo habitado). Estrabão se propõe a realizar este tratado geográfico partindo das informações que ele pode coletar pessoalmente ao participar de algumas expedições militares romanas (DUECK, 2000, p. 11), tal qual aquelas que obteve de leituras e análises que fez dos trabalhos disponíveis em sua época. Assim sendo, nos propomos a tomar como fonte dois dos livros que compõem a *Geografia* de Estrabão: os livros III e IV, que descrevem e analisam, respectivamente, Península Ibérica e Gália[3].

Obviamente que o processo apresentado acima está intimamente relacionado com outros acontecimentos inerentes à história da cidade de Roma – crescimento dos exércitos romanos, disputas por terras dentro e fora da cidade (BRUNT, 1962), Guerra Civil, intensa diferenciação de grupos sociais (STE. CROIX, 1981), etc. Contudo, nosso objetivo aqui será observar como a fonte em questão apresenta as duas regiões, e, o mais importante, entender qual o papel desempenhado por Roma nas transformações pelas quais essas regiões passaram e ainda passavam à época de Estrabão. Como consequência de nossa leitura, far-se-á necessário que nos questionemos também acerca da participação das populações locais e de outros povos neste processo de encontro de povos e transformações dos espaços descritos – Roma, neste ponto, pode ser representada pelo exército, por governantes, colonos, comerciantes e quaisquer outras instituições e/ou tipos sociais que portassem de alguma forma a autoridade proveniente do poder da cidade de Roma[4].

A historiografia contemporânea tem abordado este tema pelo viés da Romanização: a presença romana teria papel preponderante nas mudanças que buscamos observar. Fontes materiais e textuais vêem sendo analisadas à luz deste conceito, que, no entanto, passou a ser fortemente questionado desde o "*cultural turn"* dos anos 1960 (GUARINELLO, 2010). Principalmente motivados pelos movimentos de descolonização de países africanos e asiáticos, pesquisadores de várias áreas, incluindo os estudos clássicos, passaram e rever o papel dos povos subjugados em seus estudos. Neste contexto, o conceito de Romanização passou a ser questionado por seu forte viés eurocêntrico e simplista, que dava a Roma – o "berço da Europa" nessa lógica – o papel principal como motor das transformações. Nossa

[3] Apresentação formal e completa da fonte será realizada no capítulo 3 da dissertação.

[4] O debate em torno de questões identitárias envolvendo o Ser ou Tornar-se romano será realizado à luz da análise da fonte, uma vez que nos interessa como o próprio Estrabão reconhece o poder romano na região. Esse debate encontra-se na última seção do capítulo 3 desta dissertação, "Roma e as cidades".

intenção é dialogar com a historiografia que criticou este modelo e propôs uma série de substitutivos, muitas vezes invertendo a lógica, dando às populações locais a função de protagonista no processo – em vários casos, o objetivo era ressaltar/exaltar algumas idéias nacionalistas contemporâneas que o historiador compartilhava, destacando-se uma pretensa existência de um caráter de determinado povo, desde tempos antigos (HINGLEY, 2005, p. 41)[5].

Teremos como interlocutores historiadores e arqueólogos que, ao lançarem mão de documentos materiais e escritos para balizar suas análises, têm demonstrado uma tendência crescente de associar os documentos escritos aos diferentes discursos produzidos e reproduzidos pelo poder das elites romanas, enquanto à documentação material é atribuída a função de porta-voz das não-elites (BUCHSENSCHUTZ, 2004, p. 337 e HINGLEY, 1997, *passim*). Nossa idéia é debater com tais análises, buscando observar como a *Geografia* de Estrabão, uma obra que é habitualmente tida como propagandista dos benefícios da presença romana (NICOLET, 1991, *passim*), pode nos ajudar a entender as mudanças ocorridas nessas duas regiões. Dessa forma, Estrabão falaria não somente da posição de aliado dos interesses imperiais romanos, mas também como alguém que, ao propor a realização de obra com o alcance da *Geografia*, inevitavelmente identificaria movimentos, mudanças e transformações que não estão explicitas, mas podem e devem ser buscadas por nós, historiadores e cientistas sociais em geral.

Retomemos, por um instante, o trecho da obra destacado no início do texto. A palavra **πολιτικός**, traduzida aqui como "boa forma de governo", ou "bons governos", é constantemente traduzida, também, como **civilização**. Nas traduções que dispomos[6], este termo, problemático pela sua forte carga ideológica, é utilizado genericamente para identificar uma mudança quase moral de determinadas populações: a transição é vista de forma progressiva, do bárbaro para o civilizado. Desta forma, tem-se atribuído a Estrabão essa visão

---

[5] O debate acerca do papel do discurso nacional na escrita da história será realizado no capítulo 2 desta dissertação.

[6] Traduções da Geografia disponíveis: Inglês: de H. L. Jones, publicada pela LOEB Classical Library (1912-32); e Hamilton e Falconer (1903-1906) – ambas completas; Francês: a edição da Les Belles Lettres (1966-1996), contendo os livros 1-12; Alemão: a tradução de Radt (2002); em latim o trabalho de Carl Muller e Friedrich Dübner (1853-1858). Em português não há traduções disponíveis. Em espanhol existe uma tradução do Livro III, de García y Bellido, com o nome de "España y los españoles hace dos mil años según la geografía de Strabon" (composta por tradução seguida de comentários) e uma edição recente da editora Gredos (2002).

simplista/monolítica de um autor preocupado em identificar as benesses do modo greco-romano de viver (THOLLARD, 1987).

Mas, e se **πολιτικός** designar algo mais específico? Quais elementos acompanham essas mudanças? Procurar o papel de Roma nas transformações aos olhos de Estrabão nos dará uma idéia preliminar de suas reais intenções: será Roma o motor das transformações nessas regiões? Se não, como sustentar as teses de Romanização? Quais outros elementos completam este processo? Qual o papel das populações locais? Em outras palavras, como os escritos de Estrabão refletem e são reflexos de sua época? São essas e outras questões que balizarão nosso trabalho. Percorreremos, assim, três séculos de transformações, observando como os acontecimentos ocorridos na passagem do século I a.C. para o século I d.C ajudaram a dar forma a esta espécie de obra síntese do período, uma época de intensa integração de pessoas, idéias, crenças, visões de mundo e modos de vida.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO DA ROMANIZAÇÃO E O ESTADO ATUAL DOS ESTUDOS SOBRE ENCONTROS ENTRE POVOS.

ROMANIZAÇÃO E O ESTADO NAÇÃO

Andrew Lintott, no primeiro capítulo do nono volume da Cambridge Ancient History, que trata da crise da República Romana, atribui a Maquiavel uma das primeiras análises sobre a transição para o Império no final do século I a.C. Em sua obra *"Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio"* Maquiavel atribuiria "ao militarismo e ao multiracialismo" as origens do Declínio de Roma. Falando de uma época em que a "organização social e política das cidades eram emprestadas da República de Roma", o autor do *Príncipe* teria procurado fortalecer o papel do Senado, que, em sua opinião, deveria ter tomado maiores cuidados para não permitir que grande parte dos soldados-cidadãos se aproximasse perigosamente dos generais, em detrimento do principal órgão decisório da cidade (LINTOTT, 1994, pp. 10-11).

Mas é com Mommsen e os historiadores do final do século XIX e início do XX que os grandes estudos sobre Roma foram realizados de forma mais sistemática. A obra ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1902, História de Roma (Römische Geschichte), de Christian Matthias Theodor Mommsen propunha um olhar alternativo para a crise da República: diferente de Maquiavel, e mesmo de autores como Montesquieu, a ascensão do principado não era mais vista como decadência moral dos ideários republicanos, mas sim como salvação de Roma (LINTOTT, 1994, p. 12). Mommsen confrontara o Senado romano ao Parlamento inglês de sua época, procurando comparar a luta entre *optimates* e *populares* às disputas entre Conservadores e Liberais, com o objetivo de mostrar que a Guerra Civil era travada por uma elite incompetente de homens que brigavam por interesses pessoais, não havendo nenhum espaço para o resto dos cidadãos. Uma revolução feita por forças militares, estabelecendo uma monarquia, seria mais representativa da população de todo o império (LINTOTT, 1994, p. 12).

Mommsen identifica uma grande diferença entre os dois órgãos decisórios dos impérios em questão, o Romano e o Britânico: enquanto o Parlamento apresentava-se como democrático e fortalecia o poder da Inglaterra sobre suas colônias, o Senado e seus senadores seriam os responsáveis por quase destruir as conquistas realizadas por Roma, precisando recorrer a uma monarquia de cunho militar para salvar o império.

Essa comparação entre os impérios Britânico e Romano não se reduz ao âmbito político na "História de Roma". Vejamos o trecho a seguir:

> Por força da lei, segundo a qual um povo que tenha evoluído para formar um Estado absorve seus vizinhos que estão na infância política, e um povo civilizado absorve seus vizinhos que ainda estão na infância intelectual – em virtude desta lei, que é tão universalmente valida e tão natural quanto a lei da gravidade – a nação Romana (a única na antiguidade capaz de combinar um desenvolvimento político superior e uma civilização superior, embora tenha apresentado esta última apenas em uma forma imperfeita e externa) teve o direito de reduzir à sujeição os Estados gregos do Oriente que estavam prontos para a destruição, e despojar os povos ocidentais em um nível cultural inferior – Líbios, Iberos, Celtas, Germanos – por meio de seus colonos; assim como a Inglaterra com igual direito tem, na Ásia, reduzido à sujeição uma civilização de reputação rival, mas politicamente impotente, e na América e Austrália tem marcado e enobrecido, e ainda continua a marcar e enobrecer, extensos países bárbaros com a marca de sua nacionalidade." (MOMMSEN, 2001. p. 1934)

Neste trecho o historiador alemão, ao comentar o projeto expansionista de Roma, faz uma referência positiva à expansão do imperialismo inglês e aos elementos morais que ela carrega consigo. Alguns pesquisadores, recentemente, têm feito comentários da obra de Mommsen à partir destas idéias apresentadas. Na maioria dos casos, ressaltam sua evidente defesa da política externa Britânica na passagem do século XIX para o XX (FREEMAN, 1997, p. 30). Podemos, entretanto, notar outro aspecto em seus escritos. Considerando nosso objetivo de analisar as transformações pelas quais passaram a Península Ibérica e a Gália nos anos que se seguiram às Guerras Púnicas até meados do principado de Tibério, as implicações teóricas do posicionamento e das opções políticas deste e de outros autores é de extrema importância. A estratégia de traçar paralelos diretos – sempre positivos – entre dois processos, aparentemente distintos, de ampliação de fronteiras, o romano e o inglês (do período pré-guerras mundiais), trouxe sérias consequências às analises posteriores. Essa prática

historiográfica, que via sinais de avanço e progresso na adoção de padrões romanos pelas populações dos locais conquistados, foi, via de regra, a preponderante nos estudos sobre antiguidade de meados do século XIX ao começo do pós-segunda guerra mundial.

Essa historiografia do século XIX tinha, como podemos perceber nos escritos de Theodor Mommsen, um paradigma bem claro: o Estado-Nação. Desta forma, suas análises dialogavam, conscientemente ou não, com este tema. Não só os trabalhos acerca da crise da república e da ascensão do império entrariam nessa lógica, como também, e principalmente, aqueles que pesquisassem o contato entre romanos e povos dominados. Desde então, passou-se a tentar entender como os imperadores conseguiram criar as estruturas do Império, além, claro, das estratégias que o sustentaram durante tantos anos. Logo, apresentar Roma como a detentora da civilização, sendo conclamada pelos conquistados a salvá-los da barbárie, passou a ser uma das formas de pensar e explicar a passagem da República para o Império.

Junto a essa visão do Império romano, o conceito de Romanização passa a ocupar papel central nas análises. Da mesma forma que Mommsen havia feito, historiadores como o inglês Francis Haverfield (1860–1919) e o francês Camillle Jullian (1859 - 1933) estudaram, respectivamente, as províncias da Bretanha e da Gália, à partir de documentação textual, epigráfica e arqueológica, buscando identificar os traços de romanização dessas regiões. Haverfield descreve um processo no qual as culturas romanas e bárbaras se fundiram, prevalecendo os elementos civilizatórios romanos, observáveis, para o autor, na cultura material. "A romanização possuía efetivamente uma qualidade espiritual" para estes autores, aponta Richard Hingley (HINGLEY, 2005, pp. 34). Jullian é mais cauteloso e retira um pouco do peso civilizatório dos romanos. Assim como os outros, uma de suas principais fontes, além da cultura material, é a obra *Agrícola* de Tácito, na qual ele identifica fortes traços de romanização das populações bretãs. Camille Jullian procurará ressaltar também as características positivas dos Gauleses (HINGLEY, 2005, pp. 35), em uma forte referência aos discursos nacionalistas de seu país, em um movimento muito similar ao de outros historiadores de países como Espanha e Portugal[7].

[7] Este tema da influência dos discursos nacionalistas de meados do século XX será retomado no capítulo 2, tendo como foco os historiadores portugueses, espanhóis e franceses que se propuseram a pensar as populações antigas que ocuparam os territórios que pertenceriam aos seus países.

Este panorama – em que as pesquisas associavam romanização ao processo civilizatório desenvolvido pelos países europeus pré II Guerra Mundial – começa a mudar nas décadas de 1950 e 1960. A configuração de um mundo bipolar, em que a divisão do globo ficara a cabo de Estados Unidos e União Soviética, é acompanhada por uma série de movimentos de independência das antigas colônias na África e na Ásia. O período de descolonização – que começara ainda na década de 1940 com a Desobediência civil de Gandhi e sua *Satyagraha*[8], além da importante Conferência de Bandung de 1955 – traria consequências políticas, sociais e culturais para um século XX que via, neste momento, o processo de globalização dar seus primeiros passos. Os impérios militares e de ocupação do século XIX ruíam, dando lugar a uma "conquista mais lenta e mais eficaz", que ligaria diretamente várias regiões africanas ao mercado europeu e norte-americano (SECCO, 2004, p. 69). Guerras civis se multiplicariam nos recém criados Estados independentes da África e da Ásia, provocando enormes deslocamentos populacionais intra e intercontinentais[9]. No campo da cultura vemos surgir uma série de intelectuais engajados em expurgar as reminiscências do período colonial, destacando as particularidades e ressaltando os pormenores de seus países – em uma clara manifestação de repúdio às tentativas constantes de homogeneizar os povos dominados em oposição ao europeu civilizado. Caso paradigmático desse movimento fora Edward Said e sua militância palestina (SADER, 2003, p. 10). Em sua principal obra, "o

[8] "The term satyagraha was coined by me in South Africa to express the force that the Indians there used for full eight years and it was coined in order to distinguish it from the movement then going on in the United Kingdom and South Africa under the name of passive resistance.

Its root meaning is holding on to truth, hence truth-force. I have also called it love-force or soul-force. In the application of satyagraha, I discovered in the earliest stages that pursuit of truth did not admit of violence being inflicted on one's opponent but that he must be weaned from error by patience and sympathy. For what appears to be truth to the one may appear to be error to the other. And patience means self-suffering. So the doctrine came to mean vindication of truth, not by infliction of suffering on the opponent, but on one's self." GANDHI, Statement to Disorders Inquiry Committee (SABARMATI, January 5, 1920)

[9] Processo este que têm chegado ao seu limite nos últimos anos, evidenciado pelas inúmeras manifestações xenófobas nos países europeus, além de medidas de restrição à entrada de estrangeiros em países como a França e a Itália (VIDAL, 2011)

Orientalismo", ele trata da invenção do Oriente pelo Ocidente: o primeiro serviu durante muito tempo de "espelho no qual (o Ocidente) se refletia para afirmar sua identidade – eurocêntrica e discriminatória" (SADER, 2003, p. 09). Said é um dos responsáveis por trazer à tona a questão das identidades no campo das Ciências Humanas.

Nos estudos clássicos a onda de mudanças não foi sentida com menor intensidade. Com o enfraquecimento dos Estados-nacionais, a evidente repartição do mundo em zonas de influência e os primeiros sinais da emergência de entidades supranacionais – como a Comunidade Européia do Carvão e Aço (Tratado de Paris, 1951) e a Comunidade Econômica Européia (Tratado de Roma, 1957) –, a própria maneira de olhar para o mundo antigo passa por mudanças interessantes. Moses Finley, em 1973 com seu livro "*Ancient Economy*", começa a melhor esmiuçar os termos de um mundo Greco-Romano. Não mais se trataria da História de Roma ou da Grécia como se fossem Estados em desenvolvimento contínuo e sequencial[10], ambos portadores da Civilização que seria herdada pelos europeus. Finley trouxera para o debate novos espaços, como o mediterrâneo e as cidades: o mar como palco dos acontecimentos, a história **no** Mediterrâneo de Fernand Braudel, tendo as cidades-Estados como motor das transformações, principalmente econômicas.

Neste mesmo movimento, os historiadores da antiguidade passaram a olhar também para o conceito de Identidade como alternativa para explicar as mudanças observadas nesse mundo greco-romano. A identidade nacional era substituída pelas identidades culturais, tribais, étnicas, familiares, subjetivas e tantas outras possíveis. Os autores responsáveis por esta inversão no olhar pretendiam buscar o que havia sobrevivido à perniciosa presença européia nas antigas colônias, e o que havia nascido da luta de independência desses países: uma literatura independente, que possuísse características próprias, mas que tivesse sofrido a influência do imperialismo (SAID, 1978). Acompanhando essa tendência, o termo Romanização passa a ser fortemente criticado por não dar espaço para que as identidades das populações de todo o Império Romano pudessem ser estudadas plenamente.

Em outro de seus livros, "Cultura e Imperialismo" (1993), Edward Said analisa o período de descolonização como:

---

[10] Algo muito comum ainda hoje em vários materiais didáticos de História encontrados nas escolas: o famoso "Capítulo 1: Grécia" e "Capítulo 2: Roma". Quando estes não são precedidos do Egito como o primeiro portador da civilização européia (GUARINELLO, 2003, p. 53).

> Uma imensa onda de atividades, pensamentos e **revisões** anticoloniais e antiimperialistas, em última instância, tem superado o sólido edifício do império Ocidental, desafiando-o, para usar uma brilhante metáfora de Gramsci, em um cerco mútuo. Pela primeira vez, os ocidentais foram obrigados a confrontar-se não simplesmente como os "Raj", mas como representantes de uma cultura e mesmo de raças acusadas de crimes – crimes de violência, crimes de supressão, crimes de consciência. (SAID, 1993, pp. 195)

Não à toa, Richard Hingley, um dos principais historiadores preocupados em pensar os desdobramentos teóricos do conceito de Romanização, abre o prefácio de seu livro "*Roman Officers And English Gentlemen"* (2000) com uma citação de Said[11]. As críticas literárias deste último reverberou nas palavras de Hingley e de muito outros especialistas.

Richard Hingley é um teórico preocupado com a escrita da História Antiga. Para ser mais exato, este autor tem focado na análise da escrita da História de Roma, e sua produção mais recente é quase toda voltada para o estudo do conceito de Romanização – a esse tipo de trabalho damos o nome de Estudos de Recepção. No supracitado livro, ele faz uma profunda análise da interação entre os discursos historiográficos britânicos do final do XIX e início do XX e as políticas coloniais do Império Britânico. Em seu outro livro *Globalizing Roman Culture* (2005), e em uma série de artigos recentes, este autor procura esboçar algumas vias de superação do que ele e seus companheiros pós-colonialistas vêem como problemas: a apropriação da antiguidade pelo Ocidente e o eurocentrismo nas análises históricas (HINGLEY, 2008, p. 11); a perpetuação de valores e conceitos de determinados momentos da história da Inglaterra (HINGLEY, 2000, p. 11); a não-valorização de elementos culturais dos nativos (HINGLEY, 2010, p. 2), entre outros. Hingley não se posiciona de forma definitiva em uma proposta teórica. Enxerga um aparente esgotamento na busca por elementos que mostrem uma participação menos passiva dos autóctones, que investigue sinais de resistência e/ou negociação entre Roma e as inúmeras comunidades – a marca dos trabalhos historiográficos e arqueológicos feitos após os processos de descolonização (HINGLEY, 2010, p. 3). Tendo pautado seus estudos na influência do imperialismo na construção do conceito de romanização, Hingley faz uma auto-reflexão acerca do movimento historiográfico

---

[11] "Appeals to the past are amongst the commonest of strategies in the interpretation of the present. What animates such appeals is not only disagreement about what happened in the past and what the past was, but uncertainty about whether the past really is past, over and concluded, or whether it continues, albeit in different forms." HINGLEY, Roman Officers And English Gentlemen, pp. XI, 2000.

revisionista ao qual pertence, e se questiona também sobre as influências políticas do presente nos sugeridos conceitos de pluralidade, diversidade e complexidade (HINGLEY, 2010, p. 3).

OS LIMITES DA IDENTIDADE

Com menos análises teóricas e mais estudos de caso, historiadores e arqueólogos de diversas nacionalidades têm tentando ir além da simples idéia de adoção cultural que o termo Romanização carrega consigo. Tomemos como exemplos os especialistas Martin Millet, Greg Woolf, Louise Revell, David J. Mattingly, Susan Alcock, C. R. Whittaker, Andrew Wallace-Hadrill, Simon Keay e Ian Morris. Todos eles serão analisados como representantes de tendências historiográficas atuais.

Comecemos por dois especialistas em províncias do império romano. Martin Millet e Greg Woolf, que estudam a Bretanha e a Gália, respectivamente, vêem o processo de romanização como uma espécie de síntese cultural, "uma resposta da elite indígena à dominação" (apud PINTO, 2003, p. 22). A adoção da cultura material de origem romana pelas elites locais passa a ser vista como novo instrumento legitimador da manutenção da ordem social anterior, substituindo o domínio pelas armas (apud PINTO, 2003, pp. 23). A principal diferença entre eles está no fato de Woolf vislumbrar um projeto romano de expansão a partir de Augusto, associando a isso a difusão de um idealtipo denominado *Humanitas* (WOOLF, 1998, p. 54). Martin Millet, por outro lado, enxerga uma política externa de Roma voltada para alianças e influências indiretas nas diversas regiões conquistadas. Tratar-se-ia de uma Romanização própria, uma auto-romanização, um projeto das elites locais de adotar os hábitos dos romanos com a finalidade de manterem-se no topo da hierarquia social (MILLET, 1990, p. 38). O Império assim pode ser visto como o incentivador de uma "livre iniciativa",

um laissez-faire à qual as elites locais vão se associando. O restante da população, nessa lógica, adotaria a cultura romana por imitação de seus dirigentes (HINGLEY, 2005, p. 42)[12].

Louise Revell critica essa visão, principalmente a de Martin Millet, por não acreditar que a experiência de compartilhar a identidade romana fosse um fenômeno restrito às elites. (REVELL, 2009, p. 153 e p. 192). Ela prefere trocar o conceito de Romanização por *Roman-ness* (sic): se ambos mostram-se teleológicos, ao menos o último tem o diferencial de ser entendido como um discurso propagado conscientemente por Roma, através da arquitetura das cidades e do culto ao imperador. Os espaços públicos são para essa autora "Espaços Sociais", que, ao serem analisados, podem dar pistas de como os indivíduos compartilhavam a experiência de "ser romano" (REVELL, 2009, p. 21): "as estruturas do imperialismo romano, como a religião, o urbanismo e o culto imperial, encontravam-se na rotina diária da população das províncias, e, através dessas atividades, eles compartilhavam um amplo discurso imperial de como uma vida romana deveria ser vivida" (REVELL, 2009, p. 193). O problema dessa abordagem é o mesmo que a autora propõe como solução: a variedade de possibilidades de se viver a experiência de ser romano esvazia qualquer argumentação e acaba subjetivando o estudo. A autora afirma, entretanto, que o caminho seria encontrar os pontos em comum nessas várias percepções, tendo em vista o quadro de variabilidade e complexidade que se apresentava (REVEL, 2009, p. 193).

Tirar o foco da romanização do campo da identidade romana pura e simples, e aproximá-la de um discurso propagado pelos espaços constantemente alterados pareceu uma boa saída encontrada por Louise Revell. Mas subjetivar dessa maneira o processo, e fragmentar as várias percepções da identidade romana, apresenta-se como uma proposta perigosa, uma vez que a violência, a imposição, as lutas, as desigualdades e quaisquer outras mazelas somem da análise. O mundo, assim, vira um palco em que os indivíduos experimentam e compartilham com seus pares as identidades disponíveis, não havendo qualquer forma de embate entre eles.

---

[12] Neste ponto é importante ressaltar que estamos tomando algumas obras paradigmáticas acerca do tema, não tendo a pretensão de usá-las como expoentes da opinião integral dos autores. Hingley destaca por várias vezes a importância de Martin Millet na problematização do conceito de Romanização; enquanto Greg Woolf ainda hoje publica textos revendo algumas de suas propostas da ideias sobre a *Humanitas*, aproximando-se bastante da tendência a atual dos estudos que têm o mar Mediterrâneo como nova perspectiva de análise, como no artigo "*Sea of Faith?*", de 2004.

Em um artigo intitulado *"Imperialism and culture: the roman initiative"*, que consta em uma coletânea organizada por David Mattingly, "*Dialogues in Roman Imperialism"* (1997), C. R. Whittaker retoma a visão tradicional de focar o poder romano como agente transformador. Sem se referir diretamente ao termo romanização, ele problematiza o que chama de Ideologia do Poder, dividindo-a em duas: a ideologia sacra e a secular. Relegando a primeira para questões de pano de fundo, Whittaker argumenta que a ideologia secular possuía duas vias distintas, uma que procuraria restaurar a disciplina no Oriente, e outra que tinha como meta criar ordem no Ocidente bárbaro. A cidade e o exército seriam os agentes responsáveis por fazer o discurso tornar-se realidade. Whittaker faz praticamente o mesmo caminho que Millet, mas com a diferença de não focar exclusivamente as elites, pois, ao apontar o Poder Romano como principal agente das transformações, ele pode argumentar que o estilo de vida das cidades propiciava uma romanização de toda a população das provinciais (WHITTAKER, 1997, pp. 143-164)

Andrew Wallace-Hadrill é um dos pesquisadores que fogem um pouco deste padrão de olhar exclusivamente para a relação entre Roma e suas províncias, como se fossem dois entes em contato exclusivo, e coloca em discussão a identidade romana em oposição à grega. No livro *Rome's Cultural Revolution,* este especialista trata a romanização e a helenização como processos de troca de códigos dentro de um único fenômeno: o aumento do consumo e da luxuria provocado pela expansão do modelo de viver em cidades (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 301). Ele atenta para a questão cronológica das diferentes etapas do consumo nesse mundo greco-romano: o final da república aparece como o momento do auge da importação dos produtos helênicos promovidos pelos *negotiatores* itálicos, seguido por um período em que Augusto procurara naturalizar/harmonizar a *ratio* grega com a *consuetudo* romana, que seria a marca da *romanitas*, evidenciada, entre outros espaços, nos banhos públicos. Assim, no início do Império, ficaria evidente que a *romanitas* gerara uma demanda interna nas províncias, e essa seria a revolução provocada pelos romanos: intensificar o consumo a patamares até então inimagináveis, provocando, com isso, alterações profundas na maneira de viver, falar, rezar, interagir das populações locais (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 315-355).

Assim como Louise Revell, Andrew Wallace-Hadrill afasta-se das questões espinhosas de imposição de uma nova identidade, ou mesmo de uma adoção com fins estratégicos, e procura entender como atua nas províncias (e na própria cidade de Roma na caso de Wallace-Hadril) o discurso de ser romano – seja a "Roman-ness" da primeira ou a

Romanitas deste último. Aqui há uma clara tentativa destes autores se distanciarem da proposta de Martin Millet, isto é, procuram sair do modelo da emulação por parte das populações subalternas, buscando na alteração dos espaços públicos promovidas por Roma uma alternativa que explique a maciça presença de artefatos arqueológicos de origem itálica nas províncias. Se a historiadora opta por subjetivar o processo e transformá-lo em uma experiência vivida por cada um dos indivíduos habitantes das províncias, o historiador inglês, apesar de considerar dados arqueológicos provinciais, tem como objeto de estudos a cidade de Roma, sendo ela o grande modelo de *romanitas* a ser difundido pelo império[13].

Os especialistas David Mattingly e Susan Alcock, em dois artigos escritos para uma seção temática da importante coletânea mencionada anteriormente (*Dialogues in Roman Imperialism*), realizam um interessante exercício de pensar estes processos descritos acima sob a perspectiva das províncias. Na seção "Imperialismo e Território", Susan Alcock analisa a Grécia como uma provável região de resistência à romanização e ao imperialismo romano. Já David Mattingly, especialista em norte da África, procura observar como a presença romana nessa região possibilitou o surgimento de "oportunidades" de enriquecimento para uma pequena parcela da elite provincial.

Em seu "*Greece: a landscape of resistence?*", Alcock questiona uma parte da historiografia que utiliza a noção de sucesso e fracasso nas análises das províncias do Império Romano. Existiria uma divisão clara para esses historiadores: as bem sucedidas provinciais que forneceriam muitos produtos para Roma, e aquelas fracassadas produtivamente, pois seu território rural era infértil. Segundo Alcock, a Aquéia – região da Grécia estudada por esta autora –, tradicionalmente, é colocada nesse segundo tipo, muito em função de sua geografia acidentada e irregular. Em uma crítica a essa visão tradicional, ela afirma que o fato da elite aquéia preferir a cidade e as vilas em detrimento do campo, teria provocado a baixa produção da região durante os primeiros anos do império. Susan Alcock vai ainda mais longe e afirma que esse teria sido um dos elementos de reconfiguração da identidade desse grupo, que procuraria preservar e ressaltar algumas características atribuídas a seus ancestrais, como devoção à polis, genealogias locais, histórias míticas, demarcação clara de fronteiras com vizinhos e, o mais importante, a reputação cívica. Para ela, o reforço dessas características na formação identitária dessa elite nesse período significaria uma clara forma de resistência à

[13] No capítulo 3 retomaremos a proposta de Wallace-Hadrill em analisar o ser-romano como discurso, mas pensando-o como projeto da elite italiana em oposição à aristocracia tradicional de Roma.

presença romana, e, além de tudo, explicaria o porque da baixa produtividade da província, se comparada, por exemplo, ao Norte da África de David Mattingly (ALCOCK, 1997, *passim*).

Para Mattingly, o questionamento a se fazer era se a produção de riqueza no norte da África teria sido, de alguma forma, aproveitada pela população local. No artigo "*Africa: a landscape of opportunity?*" este autor discute, primeiramente, os mecanismos de imposição do imperialismo romano sobre o norte da África, como o exército, a divisão e a centralização política nas províncias (Mattingly, 1997, pp. 118-124). Em seguida, apresenta um quadro em que as zonas rurais são loteadas e entregues a particulares ou são cuidadas por representantes do imperador. Segundo ele, passa-se a utilizar em larga escala o trabalho escravo e toda a produção é voltada para exportação (Mattingly, 1997, pp. 124-126). Tendo a paisagem sofrido tais alterações, ele propõe que, longe de ser um projeto romano criar uma zona de incentivo ao empreendedorismo – pensando na questão das oportunidades –, a presença romana criara uma série de circunstancias que foram aproveitadas principalmente pelas elites: I – parte do lucro proveniente do excedente agrícola ficaria na região, por conta do transporte; II – a presença constante do exército estimularia a produção no interior na Namíbia e da Tripolitania; III – passou a existir uma parceria mais intensa entre donos de terras e arrendatários, que concentravam cada vez mais poder e riqueza; IV – a sedentarização de várias tribos fazendo com que seus líderes virassem grandes donos de terras. Todas essas situações poderiam ser vistas como formas da elite local se inserirem na nova lógica implementada por Roma (MATTINGLY, 1997, p.134).

Os autores apresentados até aqui, de certa forma, representam os caminhos tomados pela historiografia nos últimos trinta nos, ou seja, temos visto desde trabalhos que reforçam uma idéia de romanização efetiva das elites provinciais (Millet, Woolf e Whittaker), até estudos que optaram por buscar entender e analisar as identidades dos romanos e dos habitantes das províncias, com os focos variando do centro (Revell e Wallace-Hadrill) para a periferia (Mattingly e Alcock). E neste ponto precisa ficar claro que esses e outros autores não devem ser reduzidos à simples classificação aqui apresentada. Se tomarmos como exemplo Greg Woolf, devemos lembrar que é um dos grandes especialistas sobre a Gália romana da atualidade. A divisão aqui apresentada levou em consideração o posicionamento dos especialistas com relação ao tema da Romanização em algumas de suas obras. Os dois últimos autores que serão analisados nesse capítulo, Simon Keay e Ian Morris, ainda que trabalhem com o tema das identidades, estão em um bloco separado destes outros por questões

metodológicas. O primeiro nos ajudará a projetar a discussão do capítulo seguinte, que versará sobre temas relacionados às regiões que nos interessam sobremaneira: a península Ibérica e a Gália. Já o último autor analisado funcionará como gatilho para uma discussão mais atual nos estudos clássicos, que passam por uma (ainda nebulosa e mal esquematizada) mudança de paradigma.

E A DIVERSIDADE?

Simon Keay é especialista em arqueologia da Ibéria – usaremos este termo para evitar qualquer relação com os atuais países da região, mas é preciso ressaltar que os estudos deste autor se restringem a algumas porções da Espanha, pois a província Terraconense é seu objeto específico. Em um capítulo do livro *"Italy and the West: comparative issues in Romanization"* (KEAY; TERRENATO, 2001), este autor traz uma visão recorrente da presença romana na península. Tendo como título *"Romanization and the Hispaniae"*, o texto de Keay é emblemático para a análise que faremos da historiografia sobre a região. Ao apresentar seu objeto de estudos, o autor faz questão de ressaltar que o ambiente encontrado pelos romanos era altamente complexo, uma vez que "a realidade arqueológica sugere que os povos do sul e da costa leste da Ibéria haviam sido influenciados, de certa forma, por um amplo desenvolvimento cultural e político em curso em outros lugares no Mediterrâneo, como a orientalização, urbanização nos modelos fenício e grego e a disseminação da escrita" (KEAY; TERRENATO, 2001, p. 124). Este complexo pano de fundo seria responsável por moldar a dinâmica da romanização na região, dando origem às suas peculiaridades. No século III a.C. os romanos teriam encontrado as regiões que margeavam o mar Mediterrâneo envolvidas por uma "hierarquização social estratificada", com centros urbanos mantendo contatos entre si, e aquelas mais ao interior com variadas formas de organização (KEAY, 2001, p. 126), difíceis de serem classificadas. Entretanto, o fato que as une é o importante papel desempenhado pelas elites na centralização e condução da extração de recursos naturais. É exatamente este o ponto de contato entre os romanos e os "nativos" da região. Segundo Simon Keay, os primeiros organizaram a romanização da região pelo viés econômico e

político, trazendo as elites para a administração das províncias com o objetivo de direcionar os produtos por elas obtidos para a península Itálica. Assim, essas "mudanças podem ser definidas como romanização, uma vez que elas eram sintomáticas de comunidades nativas sendo atraídas para uma relação econômica e cultura cada vez mais estreita com Roma" (KEAY, 2001, p. 129). Podemos perceber que, assim como fazem Martin Millet, Greg Woolf e C. R. Whittaker, as elites, para Simon Keay, são os portais da romanização, e ela ocorre por meios políticos, econômicos e culturais.

Se essa análise acompanha *pari passu* uma das formas que o conceito de Romanização tem adquirido nos últimos tempos, ela evidencia, entretanto, uma contradição muito comum: de uma região complexa política, econômica e culturalmente falando, com gregos, fenícios e populações locais – tradicionalmente vistas como celtas, ibéricas, celtibéricas, entre outras[14] – coexistindo e modificando a paisagem, a Ibéria torna-se, com a chegada dos romanos no século II a.C, outro mundo, onde os forasteiros vão interagir com os "NATIVOS". Ou seja, de uma relação extremamente heterogênea, passamos, com o início das guerras Púnicas, a tratar de dois entes, o romano e o pré-romano, relacionando-se e transformando a região, tendo os primeiros o papel ativo, uma vez que dão nome ao processo.

Desta forma, chegamos ao ponto nevrálgico de nossa pesquisa: mesmo tendo em mente a complexidade da região antes da chegada dos romanos, alguns arqueólogos e historiadores têm insistido na idéia de romanização. Nos próximos capítulos retomaremos essa questão, tendo como base, principalmente, as discussões acerca do papel da documentação escrita e, consequentemente, dos materiais arqueológicos na (re)propagação desse conceito. Mas já podemos adiantar alguns questionamentos, como, por exemplo: se este processo que ocorre na região não possui os romanos como único agente, por que insistir com a Romanização? Se não é romanização, o que é? O que nos dizem as fontes escritas e materiais a este respeito?

[14] O tema da diversidade étnica dessa região e da Gália será retratado no capítulo 2.

O MEDITERRÂNEO COMO PROPOSTA ALTERNATIVA.

Alguns pesquisadores vêm procurando alternativas a esta ideia de romanização. Essa mudança de perspectiva é acompanhada por uma revisão no modelo de mundo greco-romano. Partindo da discussão dos paradigmas mediterrânicos que vêem sendo debatidos nas ciências humanas desde a década de 80, no capítulo que escreve para o livro "*Mediterraenan Paradigms and Classical Antiquity*", de Irad Malkin (2005), Ian Morris atrela este debate a uma tentativa de superar, de ir além do modelo (ou paradigma) proposto por Moses Finley, na década de 1970. Morris aponta o livro *Corrupting Sea* de Peregrine Horden e Nicholas Purcell, como a principal obra a teorizar e a refletir sobre o Mediterrâneo como um espaço não mais de trocas (Braudel), mas como um espaço dotado de lógica própria e historicizavel (MORRIS, 2005, p. 33-34). Pra Horden e Pourcel, era possível e necessário se fazer uma história DO mediterrâneo, em função da conectividade oriunda da interdependência das microecologias que formam o Mediterrâneo (HORDEN, PURCELL, 2000, p. 90).

Para Ian Morris, a idéia de se estudar o mediterrâneo como um espaço de integração é importante. Entretanto, ele destaca a falta de tempo na proposta destes últimos historiadores, e propõe que, se essa integração for pensada como processo, os paradigmas mediterrânicos podem ser úteis. Nas palavras dele:

> "Mobilidade, conectividade e descentralização possuem HISTÓRIAS. Para os mercenários da Grécia arcaica ou os mercantes do Cairo Medieval, o Mediterrâneo pode ter sido muito aberto, mas em outros momentos e lugares, grandes instituições e estruturas estáveis importavam muito mais". (MORRIS, 2005, p. 43)

Pra este autor, os estudos comparativos devem ser uma das metas dos especialistas em antiguidade. E ele tem em mente um paradigma evidente: a globalização. Em sua lógica, o Mediterrâneo deveria ser pensado como um conceito, assim como globalização, nascendo, dessa forma, o título de seu capítulo: Mediterranização (Mediterranization no original). Seria um "jogo limpo", em que os analistas deixariam claro que seu paradigma é aquele que eles vivenciam, o da globalização, e assumiriam as consequências. Logo, a história **no** Mediterrâneo – o mar como palco de trocas comerciais e identitárias – e a história estática **do** Mediterrâneo – Horden e Pourcel – seriam vistas como um processo; as instituições, Estados e impérios não deixariam de existir com a interconexão do mar; o olhar para determinadas

regiões, e não para toda a bacia deste mar, seria um dos caminhos a seguir, podendo variar, inclusive, a escala de análise; e, com o acumulo de estudos de unidades cada vez maiores, o uso de definições, tipologias e ferramentas quantitativas seriam necessários (MORRIS, 2005, pp. 30-51), Para Ian Morris, a Mediterranização funcionaria como um meio termo entre o conservadorismo de se estudar a antiguidade como a sucessão de impérios, e a proposta ainda insuficiente – metodologicamente e teoricamente – dos estudos mediterânicos baseados no *Corrupting Sea*.

INTEGRAÇÃO COMO SÍNTESE.

Excetuando este último tópico relacionado ao paradigma do Mediterrâneo, ainda muito controverso, ao analisarmos os escritos deste conjunto heterogêneo de pesquisadores preocupados em desconstruir o conceito de Romanização, parece-nos que o problema central, qual seja, as implicações teóricas do posicionamento de Mommsen e seus contemporâneos quanto aos projetos políticos do XIX, não foi devidamente abordado. Criou-se no século XIX a proposta de analisar o contato de um ente (homogêneo ou heterogêneo) com outros entes (também homogêneos ou heterogêneos). Essa noção de Império romano e o avanço deste sobre várias regiões são pensados desde então como Formas (GUARINELLO, 2003 pp. 45), tal como explica o professor Norberto Guarinello:

> "O passado, como realmente aconteceu, não é sintetizado por ou nos documentos. Para narrar, descrever ou explicar realidades passadas, os historiadores têm que relacionar vestígios que foram produzidos em tempos e lugares diferentes, por agentes sociais diferentes, com propósitos diferentes. Para estabelecer essas relações, têm que pressupor que fazer parte de uma mesma realidade, que estão dentro de uma mesma unidade de sentido. É assim que impõem ordem ao caos da documentação, assumindo coerência e continuidade no que é, por si mesmo, incoerente e descontínuo. O procedimento básico para relacionar informações extraídas de documentos no universo incoerente dos vestígios do passado é um processo de generalização que cria FORMAS ou, em outras palavras, grandes contextos". (GUARINELLO, 2003 p. 45)

Coloca-se em questão a valorização ou não de elementos culturais dos povos dominados, enquanto a própria dominação não é examinada. Assim sendo, aceitar o Império Romano não como um simples "palco para embate de identidades múltiplas" pode fazer surgir uma história de Roma que não se explique totalmente pelo conflito ou acomodação de identidades (GUARINELLO, 2010, pp. 118). Feitas essas ressalvas, a pretensa exclusividade de Roma nas transformações verificadas, estudadas e nomeadas de Romanização, pode ser diluída, levando o Império Romano a "ser visto como um momento, um longo momento, num processo mais vasto de integração de sociedades humanas no tempo e no espaço" (GUARINELLO, 2010, pp. 119). Teríamos então uma visão mais ampla da história da humanidade, em que, a partir de diferentes e complementares escalas de tempo e espaço, visualizaríamos constantes movimentos de Integração.

O Professor Dr. Norberto Guarinello, em ensaio recente, intitulado "Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano" (2010), propõe que o poder romano estabelece fronteiras que, ao invés de separarem, como normalmente são entendidas, criam espaços de convivência, de trocas entre diversos grupos culturais e sociais (GUARINELLO, 2010, p. 11). A criação de fronteiras vista por esse ponto de vista, seria um dos fatores de integração de regiões, que por motivos diversos, ligar-se-iam ao mar Mediterrâneo. Com isso o Império Romano estaria atrelado a um contexto bem específico, em que

> "As novas fronteiras geram, a longo prazo, prosperidade e guerra. Guerra interna pelo acesso à terra, guerras externas pelo controle do mar, pela expansão das terras agrícolas, contra os montanheses que atacam as planícies, contra invasores de fora, como os celtas, contra os ricos impérios no oriente do Mediterrâneo. Do século V a.C. ao I a.C., o processo de integração não se interrompe: mais informações se difundem, as trocas comerciais se intensificam, modelos semelhantes de sociedade e de visões de mundo se espalham e as fronteiras do poder se abrem para territórios cada vez mais amplos, ao mesmo tempo em que as terras mediterrânicas mantêm sua rica diversidade" (GUARINELLO, 2010, p. 123)

Aquele "momento" que caracterizaria o Império Romano deve, também, ser melhor delineado. Alguns arqueólogos, como Michel Dietler, vêem estudando esse longo período proposto por Guarinello, sob a ótica da Colonização. Em seu estudo sobre o sul da França, por exemplo, Dietler ressalta a intensa presença de povos vindos de diferentes partes da Europa para comercializar nessa região: sabe-se que desde pelo menos o século VII a.C navios mercantes etruscos vindos do Oeste da Itália comercializavam nessa região (DIETLER, 2010,

p. 4). Em seguida, gregos da Foceia fundaram a colônia de Massilia (Marselha) e de lá estabeleceram novas redes de contato com regiões da Ibéria, por exemplo (DIETLER, 2010, p.5). Na perspectiva de Dietler, no século III a.C, Roma passaria a ser mais um agente colonizador da região, mas com técnicas de dominação radicalmente diferentes dos povos anteriores. Entretanto, as formas de atuação dos romanos nunca foram homogêneas, nessa e em outras regiões, uma vez que outros agentes colonizadores (etruscos e gregos no caso do sul da França) outrora haviam criado uma sociedade colonial específica, que diferia de qualquer outra, forçando assim uma modificação na atuação dos agentes romanos. Esses últimos focaram principalmente nas transformações e "reorganização das propriedades rurais, e rotas de comunicação, e na criação de monumentos públicos e outras estruturas, muitas das quais estão ainda vivíveis nas paisagens" (DIETLER, 2010, p. 8). Essa constante ocupação colonial gera, segundo esses arqueólogos, uma constante troca de materiais que conecta regiões e povos muitas vezes distantes espacial e temporalmente, e cria uma rede emaranhada de identidades a serem estudas e analisadas a partir da cultura material resultante dos encontros em determinados espaços (DOMMELEN; KNAPP, 2010).

Perante este quadro apresentado, faz-se necessário repesar as periodizações às quais os estudos clássicos estão ligados. A história da cidade-Estado de Roma tem sido tradicionalmente dividida, desde a antiguidade, em 3 períodos: a Monarquia, a República e o Império. Entretanto, ao mergulharmos mais a fundo na análise da fonte, verificaremos que essa divisão, se aplicada para as regiões que nos interessam, a Ibéria e a Gália, não são tão eficazes. Assim, após considerarmos tudo aquilo que debatemos até este momento com relação à Romanização, à Mediteranização e à Integração, e, após escrutinarmos a bibliografia sobre as regiões que serão estudadas (capítulo 2), e analisarmos a fonte que nos propomos (capítulo 3), a primeira coisa que seremos obrigados a fazer – e a faremos na Conclusão – é repensar a questão cronológica envolvida neste processo tradicionalmente chamado de Romanização, uma vez que precisamos entender qual o papel do tempo nos fenômenos que eventualmente encontraremos no *Geografia* de Estrabão. A principio, por se tratar de uma dissertação que estuda as transformações provocadas pelo contato dos romanos com determinados povos, teríamos o intervalo entre as guerras Púnicas do século III a.C. e o primeiro século da era comum, como um arco temporal possível e desejável. Isto é, estudar o período entre chegada de Roma à península Ibérica e as primeiras batalhas que esta cidade travou contra as tribos gaulesas e o estabelecimento do principado, como um bloco temporal se justificaria. No entanto, e trataremos desse tópico após a análise da fonte no capítulo 3, as

transformações de que tanto falamos podem ajudar a ampliar nossa percepção sobre um período de aumento das trocas de produtos e de intensificação da difusão de uma forma de viver: o viver em comunidades políticas (**πολιτικός**), diferente da tradicional proposta de estudar somente o papel do estabelecimento do poder romano.

CAPÍTULO 2 – GÁLIA, IBÉRIA E AS FONTES.

> Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local e originalidade de gênio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento. Essa personalidade independente mostra-se claramente na literatura, onde os espanhóis Lucano, Sêneca, Marcial, introduzem no latim um estilo e uma feição inteiramente peninsulares, e singularmente característicos.
>
> Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos, Antero de Quental, 1871. Pág. 141.

> Para Rüsen, a cultura histórica é uma forma específica de experimentar e interpretar o mundo, que descreve e analisa a orientação da prática de vida — menschlichen Lebenspraxis —, a auto-compreensão e a subjetividade dos seres humanos. Nem todas as sociedades possuíram uma cultura histórica: trata-se de um fenômeno da Modernidade, que pressupõe uma História compreendida de forma singular por um coletivo — Kollektivsingular "Geschichte".
>
> Para uma definição da didática da História, Oldimar Cardoso, 2008. Pág. 158.

Diferente do capítulo anterior, em que tentamos mostrar como o conceito de romanização esteve atrelado aos movimentos mais amplos da era moderna / contemporânea (imperialismos, II guerra, descolonização etc), este segundo capítulo procurará mostrar que grande parte da historiografia proveniente das regiões que servem de parâmetro para este trabalho (Ibéria e Gália) estiveram intimamente vinculadas às *culturas históricas* produzidas em diferentes momentos da história dos países que atualmente ocupam essas regiões, quais sejam, Portugal, Espanha (Ibéria) e França (Gália).

A *cultura histórica* (*Geschichtskultur*), tal como é posta por historiadores alemães, como Jorgen Rüsen, Bernd Schönemann, Klaus Bergmann e Hans-Jürgen Pandel, nos ajudará a refletir acerca dos usos que algumas sociedades vêm fazendo do passado das regiões que pretendemos destacar. Este conceito deriva de um debate acerca da Didática da História

(*Geschichtsdidaktik*), que problematiza o ensino da disciplina história nas escolas, apresentando uma nova organização educacional, em que o professor de história não é mais mero reprodutor da História acadêmica em sala de aula, mas sim que a História ensinada nas escolas participa da construção coletiva que uma sociedade produz sobre seu passado, a *cultura histórica* (CARDOSO, 2008, p. 157).

Pensada como constructo coletivo, esta *cultura histórica* seria o outro lado da moeda composta também pela *consciência histórica*: "a cultura histórica é a forma de expressão da consciência histórica (*Geschichtsbewußtsein*)". Enquanto "a consciência histórica desenvolve-se como um 'constructo individual', 'durante processos de internalização e de socialização'", a "cultura histórica 'desenvolve-se no processo oposto de externalização e de objetivação'". A *consciência histórica* é entendida como um '"modo de elaboração psíquico do saber histórico" (*psychischer Verarbeitungsmodus historischen Wissens)* formado em função deste saber, mas sem autonomia em relação a ele"[15]. Assim sendo, temos o historiador como um dos possíveis sujeitos produtores da *cultura histórica*, mas não o único.

Constat-se, também, que o historiador está subordinado às representações que uma determinada sociedade, de determinada época, faz sobre si própria (CARDOSO, 2008, p. 159). Dessa forma, toda produção histórica que lide com o passado de uma região (livros didáticos, filmes, revistas especializadas, quadrinhos etc) participa da construção da *cultura histórica* de um determinado país; e é, portanto, mutuamente afetado pela *cultura história* que o antecede. Trazendo então esta discussão para nossa área, nosso objetivo nesse capítulo é entender como os historiadores, que se preocuparam em retomar, por quaisquer motivos, as características dos povos que outrora ocuparam os territórios dos atuais países europeus, participaram da construção da *cultura histórica* de seus países, e, do mesmo modo, como ela os influenciou.

Desta forma, ao partirmos da análise de uma série de obras de cunho historiográfico dos séculos XIX e XX – sendo todas análises acerca da Antiguidade dos países dos autores – poderemos examinar como suas representações dos povos "primitivos" das regiões da Gália e

---

[15] Este debate é apresentado a partir do artigo de Oldimar Cardoso, em que o mesmo se preocupa em discutir tais conceitos para elaborar uma proposta para a Didática da História no Brasil. Sobre Didática da História e seus desdobramentos ver ERDMANN, Elisabeth. ***Historical Consciousness – Historical Culture**: Two Sides of the Same Medal?* (2008) e SCHMID, Maria Auxiliadora, ***Jörn Rüsen e o Ensino de História*** (2010).

da Ibéria ajudaram a formar parte da *consciência histórica* de cada autor. Esse procedimento nos auxiliará a projetar a *cultura histórica* da sociedade à qual os historiadores estavam vinculados, e, assim, poderemos depreender como essa mesma *cultura histórica*, em um movimento de reciprocidade, determina também a visão destes historiadores sobre os objetos estudados.

A divisão do capítulo seguirá, portanto, critérios territoriais atuais, para entendermos a relação entre as projeções produzidas e seus objetos de estudo. Com isso teremos a primeira parte do capítulo apresentando problemas historiográficos inerentes à Gália a partir da historiografia Francesa, e a segunda, os da Ibéria a partir da historiografia Portuguesa e Espanhola.

Um dos caminhos que essa divisão nos apresentará é que em ambos os casos, a análise das *culturas históricas* típicas da França e dos países Ibéricos nos últimos trinta anos, relativizadas suas especificidades, nos levam a observar uma prática historiográfica comum: há certo abandono, e, em alguns momentos, a negação dos documentos escritos como fontes para se estudar os povos que habitavam essas regiões antes da chegada dos romanos. Em contrapartida, o uso de documentação material vem conquistando um honroso e merecido espaço. Entretanto, percebemos que a renúncia total da documentação escrita – ou seu simples uso comprobatório – pode causar a hiper-especialização em temas mais específicos – como, por exemplo, hábitos alimentares de pequenos grupos humanos – em detrimento de análises de processos mais amplos e complexos. Isto posto, far-se-á necessário retomar uma série de discussões relativas à fonte escrita que tomamos por objeto de estudo – os livros três e quatro da *Geografia* de Estrabão –, uma vez que a historiografia local (e de fora dessas localidades) tem negado seu uso para estudar essas duas áreas – ou a tem utilizado para comprovar e/ou negar análises arqueológicas. Assim sendo, a terceira parte do capítulo será destinada à apresentação de alguns trabalhos que procuraram, em algum momento, lidar com essa fonte para o estudo específico das regiões que selecionamos.

A GÁLIA E A FRANÇA

O objeto de estudos dessa dissertação obviamente não é a forma pela qual a Antiguidade foi sendo reelaborada desde que fora criada em oposição à Idade Média, pelos estudiosos que afirmavam viver o renascimento da época de ouro da humanidade. Em outras palavras, não nos propomos a fazer um estudo de recepção[16]. Entretanto, para apresentarmos os horizontes do debate historiográfico que nossa pesquisa se insere, nos propomos, de agora em diante neste capítulo, a identificar como alguns historiadores vêem analisando as populações que habitavam os atuais territórios da França e da Península Ibérica antes da chegada dos romanos. Esse percurso se faz necessário por duas razões: primeiramente, pois queremos identificar o papel da *cultura histórica* na produção de várias visões do bárbaro – e, consequentemente, do civilizado – nesses países ao longo dos anos; e, principalmente, para procuramos entender qual o papel desempenhado pelas documentações escritas e arqueológicas nessas várias mudanças pelas quais passaram as representações dos povos ditos bárbaros.

E começar pela França não é mera questão estilística. O peso dos povos bárbaros na formação da nação francesa moderna é vista já no nome deste país. Não à toa, Claude Nicolet, em seu livro *La fabrique d'une nation,* nos diz que

> "a França, no fim do Antigo Regime, não pára de se definir e se interrogar sobre essas três espécies (Romanos, Gauleses e Francos), hesitante entre um desejo muito forte de identificação e de continuidade com respeito ao império romano, cujo rei acaba por se proclamar quase abertamente herdeiro legítimo, e conforme seu modelo" (NICOLET, 2006, p. 16).

Ao localizar uma disputa entre três possíveis heranças étnicas, culturais e históricas na gênese da França moderna, Nicolet apresenta uma análise que ajuda a entender como as várias apropriações dos povos que ocuparam a região, feitas pelos comentaristas históricos franceses

[16] Há um extenso debate acerca dos trabalhos que estudam as diferentes formas de apropriação (ou recepção) da antiguidade clássica. No Brasil há uma série de publicações a respeito, além de encontros para discutir temas desta natura, tais como o XVIII Congresso Nacional de Estudos clássicos, organizado pela Socierdade Brasileira de Estudos Clássicos em 2011.

da passagem do século XVIII para o XIX, influenciaram – assim como foram influenciadas – as inúmeras transformações políticas, sociais e econômicas pelos quais esse território passou.

O autor começa o livro recuando sua baliza cronológica, procurando mapear a origem do mito (largamente difundido ao longo da Idade Média) de que os Francos descendiam dos Troianos. Essa busca procura mostrar que até o século XVIII houve sempre uma preocupação da nobreza francesa de buscar suas origens nos povos bárbaros, em oposição aos monarcas e ao Estado em formação que, principalmente nos séculos XVII e XVIII, sempre encontrou no Império romano o modelo de legitimação do poder[17]. Para Nicolet, aquilo que começa como uma definição de um projeto de nação – uma disputa por legitimidade – em princípios do século XIX, com as constantes contestações da monarquia absolutista e os famosos eventos da aclamada Revolução Francesa, torna-se, na segunda metade deste mesmo século XIX, uma disputa intelectual e política dentro e fora da França: alguns republicanos mais radicais dos primeiros anos da revolução francesa procuraram negar o passado clássico na busca de um novo modelo político (NICOLET, 2006, p. 108), enquanto autores tradicionais como Guizot e Thierry buscaram legitimar as liberdades conquistadas pela revolução nos espíritos livres dos Gauleses (NICOLET, 2006, p. 116; CROSSLEY, 1993, p. 25). Externamente, a questão franco-alemã exerce papel fundamental nos trabalhos historiográficos do século XIX, tendo seus reflexos sentidos no olhar para os bárbaros, momento este em que os franceses passam a se identificar e se definirem mais como Gauleses do que como Francos – uma vez que este último era fortemente vinculado aos povos germânicos. O mais interessante destes debates é a centralidade dos povos bárbaros: Francos e Gauleses, cada qual com seu papel, eram tão ou mais rememorados que gregos e/ou romanos. Nesse processo as várias traduções dos textos de Tácito tiveram papel importantíssimo nas discussões e nos trabalhos (NICOLET, 2006, p. 31).

Entretanto, o componente novo que traz a segunda metade do século XIX é o nacionalismo dos Estados modernos burgueses e a crescente necessidade de criar uma unidade legitimadora após a queda dos poderes reais. E assim "a história virou efetivamente a linguagem da política" (CROSSLEY, 1993, p. 15), tanto na França, quanto em outros países, não só da Europa, como das recém independentes colônias do novo mundo.

O medievalista Patrick Geary, ao tratar da relação entre Estados nacionais e produção historiográfica, afirma que:

---

[17] Esse debate aqui sintetizado encontra-se nos capítulos 2 e 3 da obra em questão.

> "os atuais Estados-Nações, baseados em discursos étnicos, têm sido descritos como 'comunidades imaginadas', chamados à existência pelos esforços criativos dos intelectuais e políticos do século XIX, que transformaram as primeiras tradições românticas e nacionalistas em programas políticos." (GEARY, 2002, p. 16).

Levando em consideração esta colocação, podemos estabelecer que é na transformação dos Estados nacionais modernos em "Estados de Direito", ao longo do século XIX[18], que o discurso científico da História[19] torna-se um gênero singular, possuidor de uma lógica própria e questões especificas. Certamente o Historicismo alemão é o ponto de partida da História como Ciência, mas o discurso histórico institucionalizado e pensado a partir de um conjunto de documentos característicos – incluindo a criação de museus e o ensino público de História – está em pleno desenvolvimento, na França, já nos anos posteriores a 1789.

Jules Michelet, um dos principais historiadores do começo do século XIX na França, encontra-se nesse momento de transição. Ainda muito preocupado e envolvido com questões políticas de seu tempo, principalmente as disputas envolvendo o reinado de Luís Filipe I e o período que precede a II República, o historiador parisiense[20], ao escrever sobre a antiguidade francesa em sua obra prima, a *História da França* (1833-1844), baseia-se, entre outros textos, na *Germania* de Tácito. Para Michelet os Gauleses eram bárbaros honrosos, que tinham na guerra e nas longas viagens suas principais marcas. Além das constantes brigas, eram ótimos oradores, hábeis e curiosos. Michelet enfatiza o fato de serem bem organizados em suas assembléias.

Os Iberos também mereceram a atenção de Michelet. Estes formavam um povo mais cometido, de muita habilidade manual e conhecimento na produção de metais, além do trato da terra, não sendo muito propensos a grandes deslocamentos. Ambos os povos sofreram com a tirania dos romanos, mas sua coragem foi demonstrada através das guerras de resistência.

---

[18] Não nos precisaremos no debate sobre formação do Estado, mas tomamos aqui como base as discussões feitas em *Estado Moderno*, de Pierangelo Schiera no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio e *Era das Revoluções*, de Eric Hobsbawn.

[19] Tomemos aqui a definição que o professor Norberto Guarinello apresenta em seu artigo *História científica, história contemporânea e história cotidiana*: "História (com H maiúsculo) representará (...) a disciplina científica, enquanto história (com h minúsculo) será empregado no sentido da história real, vivida"

[20] Todo trecho a seguir fora baseado na análise do livro 1, volume I da História da França, de Jules Michelet, 1833.

Segundo Michelet, os Gauleses teriam sido os responsáveis por deslocar os Iberos para a Península Ibérica entre os anos de 1600 e 1500 a.C.

Ainda com relação à obra de Jules Michelet, se os gregos civilizaram o sul, os Celtas foram os responsáveis pela civilização da Gália central, principalmente a partir da chegada da tribo Cymry (sic), na passagem do séc. VII – VI a.C, que realizou tal tarefa por conta de seu caráter mais estável e sério (em oposição aos antigos gauleses, que só sabiam brigar, debater e andar – apesar das qualidades acima destacadas). Este povo tinha também como diferencial o fato de serem governados por Druidas, o que traria estabilidade para sua política. As guerras de conquista da Gália foram facilitadas por disputas entre os povos da região, com suas alianças, objetivos e estratégias próprias. Roma aparece nesta obra como um inimigo forte, que na grandeza de alguns homens, principalmente Julio César, contribuiu para o fortalecimento da nacionalidade romana, cidade que teria sido dominada pelos bárbaros da Gália caso César não tivesse sido assassinado. Michelet procurara amenizar a análise da permanência das características raciais ao longo da história, pois, ele lembra constantemente das importantes formas civilizadas de governo que os romanos trouxeram, apesar, novamente, de ressaltar as boas características dos Celtas que, segundo sua obra, ainda faziam parte do espírito do povo francês (CROSSLEY, 1993, p. 204).

Podemos então chegar ao entendimento que, na metade do século XIX, já no momento de transição para uma História Científica, o elemento romano era secundário, ofuscado por uma busca da origem das qualidades do povo francês nos povos que resistiram à chegada dos romanos. O predomínio histórico destes últimos é creditado a algumas casualidades, como a existência de grandes líderes em regiões para além do território francês, mas também, e principalmente, da superioridade das formas de governo dos romanos.

Mas o grande historiador francês que se propôs a estudar a antiguidade da França fora Camille Jullian (1859-1933). Filólogo, arqueólogo e historiador, Jullian já se enquadra na nova classe de historiadores modernos, que seguiam métodos específicos de pesquisa, baseando seus estudos em discussões teóricas e documentais. Fora estudante de Mommsen em Berlin e notabilizou-se pela primeira grande obra completa sobre a Gália (HINGLEY, 2005, p. 35). Como tratamos no primeiro capítulo sobre a influência de Theodor Mommsen na produção deste período, não iremos retomar a questão da romanização. Entretanto, é notável o alcance deste termo nos estudos de Jullian, e a leitura que ele faz da obra de Tácito, procurando associá-la a descobertas arqueológicas em busca dos verdadeiros Gauleses, dará a

tônica dos estudos franceses do começo do século XX. Jullian é tido como o introdutor do conceito de Romanização nos estudos franceses, procurando apresentar os Gauleses pelo viés do Império Romano (FREEMAN, 1997, p. 40).

Como vimos no capítulo anterior, as décadas de 60 e 70 do século XX são repletas de estudos sobre os povos dominados pelo Império Romano, mas pela perspectiva dos primeiros, isto é, tratam-se dos chamados estudos pós-coloniais. Nessa nova fase dos estudos sobre a antiguidade, não proporemos mais a grande divisão entre os historiadores da França, da Espanha e de Portugal, uma vez que o peso do nacionalismo – da busca pelas origens da Nação – é radicalmente diminuído. Antes, entretanto, partiremos para a análise da historiografia espanhola e portuguesa, percorrendo o mesmo trajeto da França, procurando mostrar como a história da formação da idéia de nação destes dois países influenciou suas análises históricas.

Uma última obra merece nossa atenção antes de partirmos para o próximo item. Gostaria, rapidamente, de chamar atenção para uma obra de análise da Gália, que é posterior à de Camille Jullian, mas não fora publicada por um francês. *Roman Gaul* (1953) de Olwen Brogan é uma narrativa da história da presença dos romanos na Gália baseada em alguns textos da Antiguidade, como Estrabão, Dião Cássio e Tácito. Em um período que começavam a pulular estudos que enfatizavam as características dos povos locais, sem passar pelo crivo dos olhos dos romanos, Brogan apresenta uma extensa descrição dos povos que ocupavam a região da Gália quando da chegada dos exércitos imperiais. Entretanto, o faz tomando os textos antigos como comprobatórios de sua narrativa. Não há preocupação em analisar as fontes escritas, mas sim o intuito de construir um grande quadro destes povos, procurando nas fontes aquilo que elas poderiam fornecer de dados concretos. Nessa sua tentativa de descrição completa, nosso objeto de estudo, a *Geografia* de Estrabão, ganha posição central ao ser utilizado como texto legitimador da narrativa. Essa questão do uso de textos antigos como documentos comprobatórios é de extrema relevância para nossa pesquisa, pois, por muito tempo, e veremos isso a seguir, a *Geografia* cumpriu essa função. E perguntas que buscavam a verdade sobre os povos nativos foram feitas. Tentar construir uma imagem próxima da realidade dos Celtíberos, por exemplo, a partir do livro III, mostrou-se impossível, primeiro, por conta da proveniência das informações de Estrabão. Em segundo lugar, como discutiremos no capítulo 3, as especificidades da fonte também não a transformam em um

repositório de descrições fiéis e neutras pronto para ser lido e revivido como representação fiel dos povos autóctones dessas regiões.

A IBÉRIA: ENTRE ESPANHA E PORTUGAL.

Retomemos por um instante o texto de Antero de Quental, na epígrafe deste capítulo. Nas palavras de um dos grandes literatos de Portugal no século XIX, os portugueses possuíam algo de especial herdado dos antigos Lusitanos. Sem deixar de reconhecer a importância do latim (e, assim, de algumas características dos romanos), o poeta realista faz questão de ressaltar o caráter independente e revoltoso dos portugueses – ainda que os mesmos tenham-no perdido nos últimos anos, segundo o autor. Essas palavras, ainda que vindas de um dos fundadores do partido socialista português, possuem paralelo impressionante com os escritos de Michelet e, principalmente, Camille Jullian. Guardadas as devidas especificidades, ressaltam-se algumas características dos povos que haviam habitado o território correspondente ao moderno país, destacando a resistência ao domínio de uma força estrangeira. Evidencia-se assim uma forte relação entre a exaltação de um nacionalismo em oposição aos estrangeiros, com o resgate de caracteres atemporais que marcam o espírito dos povos do século XIX.

Segundo a historiadora Maria José Hidalgo de La Vega (2001), até a década de 1960 é difícil falar em estudos sobre antiguidade na Espanha, uma vez que não havia ambiente acadêmico para tal. Porém, podemos relembrar as disputas entre Bosch Gimpera (arqueólogo nacionalista catalão) e Menédez Pidal, que debatiam entre uma Espanha diversa e múltipla antes da chegada dos romanos (Gimpera) e a exaltação de Castela como centro unificador da Ibéria e dos elementos romanos como ferramentas para tal processo (Menédez Pidal) - uma clara referência aos acontecimentos políticos da guerra civil espanhola (LA VEGA, 2001, p. 137). Destaco também que, mesmo antes da criação da primeira cadeira de História Antiga, a autora ressalta a querela entre Américo Castro e Claudio Sanches de Albornoz– estes num período posterior à guerra civil – em que Américo Castro fazia uma leitura da história da

Espanha, mostrando que o povo espanhol era fruto da diferença e dos conflitos de três raças (cristãos, muçulmanos e judeus) enquanto Claudio S. Albornoz procurava características do espírito espanhol desde os povos primitivos que haviam habitado o território peninsular (LA VEGA, 2001, p.139).

Também escrevendo e pesquisando em meados da década de 1950, o historiador Antonio Garcia y Bellido tornara-se um ícone na historiografia espanhola sobre antiguidade. Com formação de arqueólogo, Garcia y Bellido provocou uma grande mudança no andamento das análises sobre os povos primitivos da Espanha (LA VEJA, 2001, p.140). Abandonando uma perspectiva romanizante, ele passa a estudar os vestígios arqueológicos dos povos primitivos para formar um quadro mais complexo do período do ferro e durante a chegada dos romanos. Entretanto, pudemos perceber em sua obra *España y los españoles hace dos mil años segun la Geografia de Estrabon* (1945), em que quando Garcia y Bellido traduz e comenta o livro 3 da *Geografia* de Estrabão, ainda há um fonte viés nacionalista, onde a própria tradução da obra fica prejudicada, pois, sempre que possível, o autor faz uma tradução ou comentário que exalta as boas qualidades dos povos da sua Espanha antiga– mesmo que Estrabão aponte o contrário.

Na década de 70 do século XX, já em um período de lutas democráticas em ambos os países – contra os governos de Franco na Espanha e os herdeiros de Salazar em Portugal –, o caráter nacionalista dos estudos históricos diminui consideravelmente, e as independências das antigas colônias africanas influenciam os estudos e as pesquisas destes países. Trabalhos como os do espanhol José Maria Blázquez e do português Jorge Alarcão são sintomáticos nesse sentido.

O primeiro possui uma bibliografia vasta e heterogênea sobre a antiguidade. Desde artigos sobre economia dos povos pré-romanos (1978), até textos mais teóricos sobre Romanização (1992), é na organização da coleção *Historia de España Antigua* (1978) que ele apresenta sua mais profunda contribuição à área. A obra apresenta uma série de análises da Antiguidade na península, sendo que o principal capítulo, o da presença romana, fora feito pelo próprio Blázquez. A grande novidade desta obra fora a introdução de outros povos estrangeiros na história da região, entre eles gregos e fenícios. Apesar da descentralização de Roma, e da inclusão de novos atores, os povos primitivos ainda eram pouco acionados – como exemplo podemos tomar a análise sobre as guerras Púnicas, em que a descrição assemelha-se a uma disputa diplomática de duas potências sobre um território vazio. A

semelhança com a disputa entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conhecida como guerra fria, não deve aqui ser vista como mera coincidência.

Jorge Alarcão fora um importante arqueólogo português, responsável por uma série de estudos dentro do território de seu país desde a década de 1970. Seu primeiro livro, *Portugal Romano* (1973), ainda trazia muitos problemas relacionados à não problematização de conceitos, tais como Romanização, apresentando um quadro em que o contato entre lusitanos e romanos fora pacífico, uma vez que os primeiros haviam herdado grande parte da cultura do invasor. Mas aos poucos, seus estudos vão se aprofundando em questões mais específicas sobre o cotidiano dos povos castrejos, como na publicação do capítulo *Portugal das origens à romanização* no livro *Nova História de Portugal:* (1990), em que Alarcão traz estudos detalhados de vestígios arqueológicos da vida dos povos que ocupavam o território português antes e durante a presença romana.

Um elemento salta aos olhos ao final da apresentação da bibliografia peninsular: as principais obras feitas por pesquisadores nascidos em qualquer um dos dois países em questão, raramente trabalham a Península Ibérica como uma unidade. Pelo menos até meados dos anos 1980, início dos anos 1990, quando autores de outros países passaram a olhar para esse espaço de forma não-fragmentada, não se estudava a região como um todo, muito em função da forte marca deixada pela fronteira política medieval entre Portugal e Espanha.

Em toda essa bibliografia antes da década de 1990 há uma exceção: Adolf Schulten. Arqueólogo alemão do início do século XX, este pesquisador é reconhecido pelos seus trabalhos sobre os Tartessos. Partindo da análise de algumas fontes escritas, tais como a *Geografia* de Estrabão e o Antigo Testamento, Schulten promoveu uma série de expedições arqueológicas em busca do povo bíblico Tarshish – descrito no livro dos Reis –, que ele associava ao material por ele classificado como sendo pertencente aos Tartessos. Produziu uma série de trabalhos tratando dos contatos que este povo promovera com outras populações ao longo das margens do mar Mediterrâneo e com o norte da Europa. Nos estudos de Schulten sobre os outros povos da península não aparece a fronteira entre Portugal e Espanha, o que dá mostras de que houve em muitos momentos a influência dessa divisão moderna nos estudos realizados nessas regiões. Seu trabalho que melhor representa essa visão é o *Fontes Hispaniae*

Antiquae (1925) – uma coletânea de textos antigos de nove volumes com uma série de documentos referentes à península Ibérica. As pesquisas deste autor, por serem pioneiras, possuem uma série de problemas de datação e usos inadequados de métodos de pesquisa arqueológica, entretanto, não devem ser descartados, uma vez que possuem informações ainda muito valiosas para a região.

A PENÍNSULA E A GÁLIA NA PERSPECTIVA MAIS RECENTE.

Para além do entendimento de que sempre existiram alguns condicionantes para a construção das *culturas históricas* de cada um dos países que apresentamos – isto é, a França e seu papel de potência exportadora de modelos do final do XIX, e a sempre conflitante relação fronteiriça entre Portugal e Espanha – e que essas culturas foram, durante o desenrolar da primeira metade do século XX, dando o tom das análises da Antiguidade feitas nesses países, devemos deixar explicitada outra constatação: a mudança no papel da documentação escrita. Conforme avançavam as pesquisas nesses países, e se afastavam os interesses nacionalistas, cresciam os trabalhos que valorizavam o olhar mais crítico às características dos povos que habitavam as regiões. Não se tratava mais de descrever os povos em busca das essenciais originais dos nacionalismos, mas sim pesquisar um cenário extremamente complexo que a documentação escrita apresentara e que os vestígios arqueológicos tratavam de tornar ainda mais diversificado.

Neste movimento, pudemos perceber que os vestígios materiais passaram ao primeiro plano em importância, em detrimento dos textos antigos. Sob a justificativa de se afastar do olhar dos romanos – e até mesmo dos gregos em uma escala menor –, muitos historiadores e arqueólogos buscaram sustentação para suas teses nas fontes materiais – epigráficas, arquitetônicas, vestígios funerários, etc – e, alguns abertamente, passaram a descartar as fontes escritas[21].

[21] Ver BUCHSENSCHUTZ, Olivier, *Les Celtes et la formation de l'Empire romain*. 2004.

Nosso objetivo agora é apresentar alguns dos autores que mais recentemente têm procurado estudar a península Ibérica e a Gália no período que nos interessa, procurando demonstrar a preponderância dos trabalhos baseados em dados arqueológicos à despeito da documentação escrita.

Em um artigo no *Journal of Roman Studies* em 2003, Simon Keay sumariza os últimos 10 anos de pesquisas arqueológicas, demonstrando o crescimento desse ramo de pesquisa na península. Keay apresenta um quadro interessante: na Espanha, por conta de uma flexibilização do governo federal a partir dos anos 80, as pesquisas arqueológicas tornaram-se mais regionalizadas e menos abrangentes do que em Portugal, que, apesar das poucas publicações, possui um maior controle sobre as pesquisas (KEAY, 2003, p. 146-147). O autor apresenta que grande parte dos esforços iniciais se concentrou na criação de mapas para o reconhecimento da geografia original da região antes das várias transformações pelas quais passara, culminando com a publicação das partes relativas à península Ibérica da *Tabula Imperii Romani* (KEAY, 2003, p. 151). A busca por melhores dados relativos às populações locais e as transformações que os sítios arqueológicos indicavam com a chegada dos romanos tornaram-se os principais objetivos no início dos anos 2000 (KEAY, 2003, p. 165). Mas o que mais tem mobilizado os arqueólogos nessa região são as interações entre as cidades romanas e os assentamentos anteriores. Não só as cidades construídas pelos romanos passaram a ser mais bem escavadas, fornecendo assim melhores dados a serem estudados, mas as várias formas de interação entre elas e os Castros remanescentes e em constante produção mesmo após a chegada dos romanos, continuam intrigado os estudiosos (KEAY, 2003, p. 184).

Como apresentamos no primeiro capítulo, Greg Woolf tem a Gália como objeto de estudo. Em *Becoming Roman*, de 1998, busca entender por quais mecanismos Roma consegue penetrar e dominar o território das tribos gaulesas de forma tão contundente que, três séculos após as guerras travadas por Julio César, constata-se uma sociedade que não é mais gaulesa, mas também não é simplesmente romana. Woolf encontra explicação na difusão e no aumento do consumo das elites de um idealtipo, a Humanitas, (WOOLF, 1998, p. 106) que cresce a partir do reinado de Augusto e se intensifica desde então, tendo as cidades como lócus deste processo. Ou seja, por mais que a documentação escrita dê indícios de uma elite já romanizada durante o período de criação do Principado, a documentação material dá indícios de que se trata de um processo que se intensifica ao longo dos anos, culminando em uma nova sociedade no século III d.C (WOOLF, 1998, p. 207).

Peter Wells e o livro com o sugestivo título de *The barbarians speak*, de 1999, são os principais expoentes desse processo de valorização das fontes materiais em detrimento dos textos escritos. Logo no início de sua obra, Wells afirma que "os escritores romanos frequentemente apresentavam a conquista romana como uma transformação em sociedades imutáveis, mas as evidencias arqueológicas mostram que este evento era apenas um em uma série de mudanças experimentadas pelos povos da Europa temperada" (WELLS, 1999, p. 32). Para confirmar sua tese, o autor, que tem como objeto de estudo a Gália, procura permanências e evidencias de uma sociedade já em transformação mesmo antes da chegada dos romanos, com o crescimento e o declínio dos *Oppida* na Gália central no século I a.C. (WELLS, 1999, p. 78). Trata-se de um excelente trabalho de investigação arqueológica, com a apresentação de dados concretos sobre circulação de produtos, de produção e habitação. Além, claro, da criação de um panorama que não ignora a presença romana para dar voz aos povos da Gália, e que se estende desde o século III a.C até a presença romana. No entanto, em vários momentos, há a explicita negação da possibilidade de utilizar fontes escritas para entender este mesmo processo (WELLS, 1999, p. 66).

Dentre os livros que se preocuparam em desconstruir o conceito de romanização para estudar "como os residentes dessa(s) região(ões) adotaram ou adaptaram a estrutura e o estilo de vida dos romanos" (CURCHIN, 2004, p. 3), *The romanization of central Spain*, de Leonard A. Curchin apresenta um quadro interessante para nossa proposta. Curchin começa o livro apresentando os vários tipos de romanização que a historiografia recente desenvolveu: auto-romanização de Millet; modelo das elites de Woolf; modelo interativo de Alcock; e o integrador, que é sua proposta, originária da transculturação que ocorre neste processo. Para Curchin, trata-se de um processo "espontâneo, mais do que planejado; gradual, mais do que acelerado; e que resultou mais em integração do que subjugação" (CURCHIN, 2004, p. 10-14). Este autor vai tentar demonstrar que a Meseta central espanhola é um ótimo objeto de estudos por ter recebido uma série de cidades romanas a partir do século III a.C, e que, diferente do litoral, que já entrara em contato com fenícios e gregos, poderia ser um caso específico de romanização (CURCHIN, 2004, p. 23). Apesar de um texto bem documentado e com boas argumentações, o problema identificado na obra de Wells se repete: há a necessidade de negar qualquer tipo de possibilidade de obtenção de resposta da documentação escrita, uma vez que esta estaria corrompida pela ideologia imperial (CURCHIN, 2004, p. 41). Acrescento a este livro um problema também identificado no capítulo anterior em alguns trabalhos, relativo à necessidade do uso do termo romanização. O autor faz uma retomada da

problemática do conceito, apresentando uma série de modelos e suas falhas, mas, ao final, quando parece negá-los, simplesmente declara que não há conceito melhor para substituí-lo.

Com esta leitura superficial dos trabalhos sobre este tema publicados nos últimos vinte anos, podemos, ainda sim, observar certo padrão. Há um crescimento quantitativo e cada vez mais qualitativo da análise dos resquícios arqueológicos, tanto da Gália quanto da Ibéria. Há uma tentativa cada vez maior de superar os velhos problemas da romanização, em busca de modelos alternativos – ainda que alguns trabalhos apenas substituam uma palavra por outra, mas com significados muito parecidos. Todavia, as fontes escritas, tais como a *Geografia* de Estrabão, passaram a ser negligenciadas sob a alegação de se tratar de um panfleto de divulgação da política de Augusto (NICOLET, 1991, p. 64) e por não oferecer um quadro confiável dos povos dessas regiões em virtude da sua carga ideológica.

Mas será que a documentação escrita, e em especial a *Geografia* de Estrabão, é apenas reprodutora de uma ideologia, sem nenhuma contribuição para esse campo de estudos que cresce cada dia mais? Será que estamos fazendo as perguntas certas para as fontes escritas? Ficou claro nos últimos anos que é pouco provável apreender de César, nas Guerras Gálicas, uma imagem dos povos da região, que possa ser comparável, em qualidade, com os vestígios arqueológicos. Greg Woolf, em *Tales of the Barbarians* (2011), elucida bem essa questão ao não tratar os relatos etnográficos de finais do século I a.C e início do I d.c como uma descrição fiel da realidade cotidiana dos povos bárbaros. Ele opta em procurar analisá-los como trabalhos de pessoas preocupadas em estabelecer relações entre locais distantes e eventos distantes no tempo, uma vez que

> "as conquistas romanas promoveram uma visão global do mediterrâneo e seu passado, e o imperialismo romano providenciava as facilidades para os estudiosos reunirem, compararem e reconciliarem as notícias dispersas das atrocidades dos bárbaros." (WOOLF, 2011, p.76)

Como Woolf enfatiza no título, obras como a *Geografia* de Estrabão, ao falar sobre os povos bárbaros, devem ser lidas como reprodutoras, difusoras e criadoras de lendas, de estereótipos (WOOLF, 2011, p.113). Estes, por sua vez, não são desprovidos de intencionalidade, e sua (re)criação, possuía vários usos na antiguidade:

> "Eles poderiam providenciar quadros de referência contra o qual eventos históricos ou ações políticas adquiriam significado. Eles ofereciam aos filósofos espaços imaginativos, no passado, no futuro e nos confins do mundo, onde conceber utopias ou marcar os pontos em

> que homem e bestas tornam-se indistinguíveis. Poetas e historiadores mobilizavam-nos para cenários exóticos. Panegíricos em prosa e verso estabeleciam os bárbaros como antítipos dos imperadores, assim como escultores". (WOOLF, 2011, p. 113)

Tendo em mente a proposta de Greg Woolf, e tudo aquilo que dissemos até aqui, insistimos na questão: será a *Geografia* somente parte de um discurso da época de Augusto[22], ou somente uma produtora e reprodutora de estereótipos surgidos dos *middle grounds* identificados por Greg Woolf (WOOLF, 2011, p. 18)? Não se trata aqui de negar essas análises, mas sim de procurar nessa fonte, com as perguntas certas, processos mais amplos que, de início, pareçam estar restritos às fontes materiais.

A principal questão que se coloca à nossa frente logo após a apresentação destes debates diz respeito à possibilidade de buscar nos escritos de Estrabão elementos que nos ajudem a analisar as transformações pelas quais passaram as regiões que nos interessam.

Transformações estas que os estudos arqueológicos passaram a analisar com um grau de complexidade cada vez maior, envolvendo mais de um agente nas mudanças que ocorriam conforme vários grupos humanos entravam em contato em espaços específicos. Estas pesquisas somente puderam tomar esse rumo quando houve um decréscimo dos discursos nacionalistas nas pesquisas que estudavam os "povos bárbaros". Estes, por sua vez, foram usados desde o século XIX e apareciam em estudos e discursos políticos, tanto nos países da Península Ibérica, quanto na França.

[22] Apresentaremos esse tema a seguir, no capítulo 3.

CAPÍTULO 3 – A *GEOGRAFIA* COMO DISCURSO – A NATUREZA DA FONTE

> "À luz dos dados arqueológicos recentes que completam, explicam e às vezes invalidam os depoimentos dos textos, serão consideradas aqui as características originais da romanização no mundo celta. As fontes escritas devem ser interpretadas com precaução, pois elas apresentam um forte componente ideológico, como muitos autores já demonstraram. A retórica hábil de um Cesar, a coerência aparentemente objetiva de um Estrabão, vêm há muito tempo conduzindo as pesquisas a admitirem clichês que os vestígios materiais revelados atualmente pela arqueologia contradizem." BUCHSENSCHUTZ (2004).

Uma das atividades mais recorrentes na vida profissional de um historiador é refletir acerca das fontes de que dispõe para sua pesquisa. Seja para realizar uma pesquisa acadêmica mais longa – como um doutorado ou um mestrado –, seja para escrever um artigo, ou ainda preparar uma aula, é sua obrigação considerar a pertinência de determinados documentos para responder uma série de perguntas que lhe vêm à mente.

Tão importante quanto essa reflexão primária são as perguntas que o historiador faz à fonte, isto é, com quais perspectivas ele propõe analisar a documentação ao seu dispor. Começando pelas questões básicas, como "quem produziu" e "quando produziu", é essencial que os problemas históricos que embasam a pesquisa determinem quais outras perguntas devam ser feitas.

Tendo plena consciência de que essas afirmações são encontradas nos manuais de historiografia de todos os cursos de história – ou pelo menos se espera que o sejam –, faz-se necessário explicar a sua aparição nessa dissertação. Durante a pesquisa, deparamo-nos com alguns textos, como o da epígrafe deste capítulo, que aparentavam descredenciar alguns documentos em benefício de outros. E esses posicionamentos vêm direcionando as perguntas que têm sido feitas à fonte que nos interessa, a *Geografia* de Estrabão. Pensemos um pouco mais sobre a fala de Buchsenschutz.

Em seu artigo *Les Celtes et la formation de l'Empire romain*, publicado na revista dos *Annales* de 2004/2 que tem como tema "A romanização em questão", Buchsenschutz pretende estudar as transformações do mundo Celta nos séculos II e I a.C., que, segundo ele, explicariam o sucesso da conquista e demonstrariam a participação das populações celtas na construção do império romano (BUCHSENSCHUTZ, p. 338). Com uma proposta

interessante de discutir os *Oppida* como centros comerciais que foram se integrando ao mediterrâneo no período mencionado, ele busca nas fontes arqueológicas, principalmente nos sítios que investigam vestígios de *Oppida* na Europa central, os diversos sinais que apontam para uma intensificação dos contatos, primordialmente comerciais, entre povos Celtas e romanos. Não pretendendo me aprofundar nos interstícios da sua argumentação, basta dizer que ele utiliza basicamente a numismática e a análise de superfície dos sítios com restos dos *Oppida* para fundamentar sua tese de que um modelo de urbanização foi sendo construído e difundido nos dois últimos séculos do I milênio a.C., e afirma que os testemunhos dos textos só têm contribuído para "deformar" essa análise, por conta da mensagem ideológica dos autores (BUCHSENSCHUTZ, p. 356).

O artigo de Buchsenschutz coloca duas questões que gostaríamos de ressaltar: primeiramente, a importância de se discutir o papel desempenhado pela ideologia na obra de Estrabão e como esta interfere na sua descrição do mundo conhecido (ou de duas partes dele), para assim, posteriormente, poder olhar além dos limites colocados pela ideologia, procurando entender o que a estrutura da obra, em comunhão com seu conteúdo, nos tem a dizer. Essa análise que nos propomos a fazer não é uma exceção nos estudos que lidam com a *Geografia* de Estrabão, desta forma, toda análise que propusermos será articulada à historiografia correspondente, sempre tendo em mente marcar as diferenças de nossas escolhas, mas reconhecendo também a grande contribuição que cada estudo nos trouxe.

Podemos dizer, assim, que o capítulo que se inicia é a síntese de tudo o que discutimos até aqui: se há uma necessidade atual de refletir acerca dos limites da questão da romanização, em várias instâncias, é preciso também pensar a documentação escrita como um destes focos. Procuraremos também neste capítulo mostrar que uma análise comparativa da península Ibérica e da Gália que não considere seus aspectos nacionais – mas tendo em mente que várias das análises já feitas são/eram fruto de uma divisão mais recente – pode ajudar a observar fenômenos históricos até então mal compreendidos.

Em outras palavras, teremos como objetivos gerais deste capítulo apresentar a *Geografia* de Estrabão com mais detalhes, começando com um amplo panorama dos debates envolvendo tal fonte. Em seguida, pretendemos inserir nossa pesquisa nesta celeuma, analisando com profundidade nossos objetos de estudo: os livros III e IV da *Geografia*, que descrevem, respectivamente, a Ibéria e a Gália. Retomando o problema das perguntas que fazemos às fontes como historiadores, nossa questão principal é: como esse autor relata as

transformações/mudanças pelas quais os dois espaços descritos na obra passaram/passavam ao seu tempo? Fazendo essa pergunta, teremos alguns desdobramentos a discutir, os quais finalizarão nosso trabalho. Começaremos com uma discussão bibliográfica sobre as datas de nascimento/morte de Estrabão, e sobre sua produção (parte 3-1), seguida por uma apresentação da história dos manuscritos da *Geografia* – que é importante à medida que nos ajuda a pensar sobre o contexto de produção, circulação e público alvo – e da obra completa, para melhor entendimento do leitor (parte 3-2). Nossa análise começa posteriormente, tendo a apresentação da metodologia utilizada (parte 3-3) seguida pela apreciação dos livros III (parte 3-3-1) e IV (parte 3-3-2). Ao final desta leitura que nos propomos a fazer, veremos que uma última apreciação se fará necessária, isto é, necessitaremos discutir dois conceitos gregos que recorrentemente aparecem na *Geografia* e são comumente traduzidos por civilização: πολιτικα e ἡμεροῦταυ (parte 3-4).

Tendo em mente essa sequência, e pensando em uma melhor apreciação do leitor, eis uma sucinta e necessária exposição da estrutura geral da *Geografia*, que será delineada com mais calma no momento apropriado. Esta obra é composta por dezessete livros que pretendem analisar toda a *oikoumene* (mundo habitado). Os dois primeiros livros trazem discussões teóricas acerca da ciência geográfica – sendo Homero o principal teórico defendido por Estrabão e tido como o "fundador dessa ciência" (Estrabão 1.1.2). Já os outros quinze livros apresentam relatos, descrições e reflexões preciosas, contendo aspectos físicos, econômicos e humanos das seguintes regiões: começando pela Ibéria no livro 3; Gália e Bretanha no livro 4; Itália e Sicília nos 5 e 6; regiões ao Norte e ao Sul do rio Danúbio, como Épiro, Macedônia, Trácia e Ilíria no livro 7; Peloponeso, Sul, Centro e ilhas da Grécia nos 8, 9 e 10; começo da descrição da Ásia, áreas ao norte dos montes Tauro, assim como a Partia, a Média e a Armênia no 11; península da Ásia Menor nos livros 12, 13 e 14; Índia e Pérsia no 15; Áreas entre a Pérsia, o Mediterrâneo e o mar Vermelho no 16; e por fim o Egito e a Líbia no 17.

3-1 – DO AUTOR E DA SUA PRODUÇÃO.

3-1-1 – QUEM FOI? O QUE SABEMOS AO CERTO? OU, OS COMENTÁRIOS SOBRE SUA VIDA.

Ao longo da obra a *Geografia* de Estrabão, passamos por uma série de paisagens diferentes entre si, e conhecemos um mundo muito heterogêneo, com várias partes exóticas aos olhos do autor. Todavia, entramos em contato também com uma significativa parte deste mundo muito bem organizada e de fácil vivência. Em uma descrição, que começa na região mais ao Ocidente do mundo habitado (Estrabão 3.1.4), a península Ibérica, e avança em direção ao levante pelas margens do mar Mediterrâneo, com entranças aleatórias para descrever as regiões ao interior, Estrabão chega aos livros dez, onze e doze apresentando uma região que conhece muito bem. Ao falar, por exemplo, de Cnossos – "uma cidade onde não sou estrangeiro" (Estrabão 10.4.10) –, das várias ilhas próximas à península grega e da Ásia menor, o autor faz uso principalmente da primeira pessoa em seus relatos. É nesse ponto que encontramos algumas referências à sua vida. "Nesta época Lagetas e seu irmão haviam perdido seu pai, e estavam tornando-se adultos. Deixaram Cnossos e vieram até Mithridates. A mãe de minha mãe era filha de Lagetas" (Estrabão 10.4.10). Citações como essa são as únicas informações diretas que possuímos sobre Estrabão, ou seja, grande parte do que se sabe ao seu respeito é fruto de autorreferências.

Estrabão nascera em Amasia, uma importante cidade, e a capital, do reino do Ponto, sendo caracterizada pelo próprio autor como um local estratégico de passagem de leste – da região da Armênia – para o oeste – ao reino da Bitínia (LINDSAY, 2005). Em seu trabalho geográfico, retoma por várias vezes uma série de trabalhos históricos que ele próprio compusera. Sabemos assim que antes do exercício de descrição do "mundo habitado (conhecido)" (οικουμενε) este autor propusera um trabalho de narração histórica que tinha os eventos finais do livro de Políbio como ponto de partida. Conhecemos apenas alguns fragmentos dessa sua obra histórica – ou obras, como defendeu Ridgeway (1888), retomada

pela historiadora Daniela Dueck (2000)[23] – principalmente pelas já mencionadas autocitações, mas também pela descrição da Suda, que lhe atribui um trabalho chamado "*Ta meta Polybiou* escrito em quarenta e três livros" (Suda Apud. DUECK, 2000. p. 69). Este trabalho pouco conhecido e estudado narraria eventos até cerca de 27 a.C., tendo a derrota de Marco Antonio na batalha de Ácio e a consolidação de Otávio Augusto como imperador (DUECK, 2000, p. 70) como fechamentos deste ciclo temporal.

Sem saber ao certo o conteúdo destes escritos, precisamos ter em mente que Estrabão levara uma porção de tempo significativa para compor tal obra. François Lasserre e Germaine Aujac lembram na introdução à tradução francesa da *Geografia* que, se não sabemos a data exata de produção desta última, ao menos devemos levar em conta que seu autor tivera outro grande projeto anterior, assim, podendo deslocar a data de produção dos comentários geográficos para o final de sua vida (LASSERRE e AUJAC, 1969. p. XXX). Os debates acerca das datas de produção da *Geografia* e de nascimento e morte de Estrabão serão apresentados adiante.

Outro conjunto de informações significativas sobre a biografia de Estrabão que podemos apreender da leitura da *Geografia* refere-se à sua genealogia. Selecionamos dois trechos interessantes para breve análise.

> "Os reis que se seguiram, e que tomaram posse do país quando este fora dividido em σκηπτουχίας[24], não eram muito poderosos, mas quando Mitrídates Eupator aumentara seu território, esta região caíra sobre seu domínio. Um dos seus cortesãos era sempre mandado como sub-governador e administrador dos assuntos públicos. Um destes fora Moafernes (Μοαφέρνης), tio paterno de minha mãe". (Estrabão 11.2.18)

No livro 11 da *Geografia*, como apresentamos brevemente acima, Estrabão trata da descrição de regiões mais ao leste da Ásia Menor, tendo os montes Tauro como referência. Tendo nascido no reino do Ponto, trata-se de um espaço familiar para Estrabão. No trecho em

---

[23] O primeiro apresentara a proposta de separar a produção histórica de Estrabão em duas: primeiro ele escrevera o *Ta meta Polybiou*, que tinha os feitos romanos como foco central, para depois escrever *Hypomnemata historika,* outro trabalho histórico baseado nos feitos de Alexandre. Daniela Dueck defende essa proposta de Ridgeway em seu livro **Strabo of Amasia**, argumentando que, diferente dos que aceitam a ideia de obra única de história, tratam-se de produções distintas, uma vez que tratam de eventos distantes no tempo (DUECK, 2000, p. 70-73).

[24] Em inglês, na tradução de Jones (LOEB), usa-se o termo Sceptuchies, uma espécie de comando militar, à qual não encontrei correspondência em português.

questão, ele acabara de fazer uma descrição dos aspectos naturais da Cólquida, e iniciara uma rápida retomada da "grandiosa e celebrada" história da região (11.2.18). Parte dessa história está relacionada às viagens de Jasão, e outra ao domínio do reino do ponto, sobre comando de Mitrídates Eupator. Assim, como vemos na citação, pelo lado materno, a linhagem de Estrabão, por meio do tio de sua mãe, fazia parte de acontecimentos grandiosos e importantes.

No segundo trecho escolhido, a menção direta à importância dos seus parentes é ainda mais enfática. Ao falar de seu trisavô, Estrabão escreve:

> "Nós anteriormente mencionamos Dorilau, o Tático, que era bisavô de minha mãe; e mencionamos também outro Dorilau, que era sobrinho deste primeiro, e filho de Filetero (Φιλεταίρου); eu disse que, embora ele (Dorilau, o sobrinho) tivesse obtido de Mitrídates as mais altas dignidades e mesmo o sacerdócio de Comana, ele fora detectado pelo fato de aventurar-se na revolta do reino pelos romanos. Com a sua queda, a família também fora desgraçada. Entretanto, em um período posterior, o tio de minha mãe, Moafernes (Μοαφέρνης), cresceu em distinção em consequência da dissolução do reino." (Estrabão 12.3.33)

Dorilau, o Tático, tivera grande importância na corte de Mitrídate Evergeta (reinou entre 150 e 120 a.C.), sendo um de seus principais generais nas batalhas entre Cnossos e Gortina, liderando os exércitos desta primeira para a vitória. Dono de grande prestígio e membro da elite dirigente, Dorilau, o tático, fora afastado do poder com o assassinato de Mitrídate Evergeta em Sinope (JONES, 1917). Dorilau, o Sobrinho, participara ativamente do governo de Mitrídates Eupator (reinou entre 120 e 63 a.C.) como sacerdote de Comana e pessoa muito próxima ao rei. Entretanto, Estrabão afirma que este e sua família caíram em desgraça por conta da sua participação em uma revolta para rendição aos romanos (JONES, 1917; DUECK, 2000).

Ettore Pais conjecturara acerca da existência de uma participação de um membro da família do pai de Estrabão, Aeniates, seu avô (JONES, 1917 apud PAIS, 1887). Este teria entregado uma série de fortes do reino do Ponto ao general romano Luculo, em troca de vantagens quando do governo romano. Contudo, no momento em que Pompeu clama para si o controle da região, toma como seus inimigos os aliados de Luculo, e consequentemente, Aeniates (JONES, 1917).

Apesar de Moafernes parecer ser o único de seus parentes que não traíra o reino do Ponto em aliança aos romanos, uma série de conjecturas podem ser retiradas destes trechos.

Começando pela principal delas: Estrabão era membro da elite dirigente de um dos principais reinos Helenísticos de finais do primeiro milênio antes de Cristo. Assim, sua circulação entre outros círculos de poder parecia, de certa forma, facilitada. Podemos observar isso claramente em seus escritos quando se trata de sua relação, por exemplo, com Roma. Fica evidente nos relatos que a aproximação do poder vindo da península itálica era uma opção muito atraente aos olhos de parte das elites dirigente ao leste do Mediterrâneo.

Segundo Ettore Pais, Estrabão cita o contato direto com três romanos que ocupavam posições de prestígio: "Elio Gallo, prefeito do Egito; Gneo Pisone, governador da África; Publio Servilio Varia, o Isauríco" (PAIS, 1886. p. 7). Além deles, o autor da *Geografia* teria estudado com importantes estudiosos da Ásia menor, com bom trânsito nos círculos de poder romano, tais como Aristodemo de Nisa – instrutor dos filhos de Pompeu – (Estrabão 14.1.48) e Atenodoro de Tarso – que fora aluno de Posidonio e preceptor dos filhos de César Augusto (Estrabão 14.5.14 e 16.4.21).

Tendo sua história genealógica ligada à Ásia Menor, também sua formação intelectual se concentra nesta região. Todas as fontes citadas diretamente na *Geografia* são de escrita grega e em sua grande maioria de estudiosos da Ásia Menor. Este tema será retomado mais adiante, quando sistematizarmos alguns debates atuais, em função da importância desta constatação.

Membro da elite ao oriente do Mediterrâneo; educado à língua e aos costumes gregos; amigo de governantes e preceptores de futuros imperadores. Estrabão pode viajar por vasto território dominado pelos romanos, principalmente aqueles à margem do "Nosso Mar" (της ἡμετέρας θαλάττης - Estrabão 3.1.7). Esteve em Roma por quatro vezes (JONES, 1917. p. XXI - XXII), e ele mesmo resume suas viagens dizendo que viajou "em direção ao ocidente da Armênia até a região da Etrúria oposta à Sardenha, e em direção ao sul, do Mar Negro até as fronteiras da Etiópia" (Estrabão 2.5.11).

Podemos dizer que estas são as questões que menos acirram os ânimos daqueles que se propõem a estudar Estrabão e sua obra. O que não as torna menos relevantes para os debates. Muito pelo contrário, essa sua identidade mais ligada à Ásia Menor, e sua constante circulação entre os centros de poder vêm sendo utilizadas para tentar entender quem fora o autor de uma das mais completas e importantes fontes que possuímos da Antiguidade. Posto

isso, podemos passar agora para os temas mais controversos, principalmente os ligados às datas de nascimento de Estrabão, e composição de seu trabalho.

3.1.2 – O QUE NÃO SABEMOS?

DATAS DE NASCIMENTO E MORTE:

Desde o período da *Quellenforschung* da *Geografia* de Estrabão, de meados do século XIX à primeira metade do século XX, historiadores possuem questões mal resolvidas acerca, principalmente, de algumas datas relativas à vida do autor – principalmente porque a Suda cita apenas que Estrabão vivera nos tempos de Tibério (DUECK, 2000, p. 1). Já em função dos primeiros projetos modernos de organização de um documento único da *Geografia* – que passaram por uma intensa reformulação com a crítica da tradição manuscrita feita a partir de novos fragmentos que foram descobertos no século XIX, tais como o palimpsesto Π[25] – e de várias propostas de traduções, houve quem procurasse datar a obra e o autor.

O primeiro a propor uma data para o nascimento de Estrabão fora Benedict Niese, e recorrentemente é a mais aceita. Em dois artigos no final do século XIX[26], este autor toma para análise uma expressão muito utilizada por Estrabão, καθ ἡμας, traduzindo-a para "em meu tempo". São duas as passagens da *Geografia* em que Niese analisa o termo e os identifica aos eventos mais antigos do tempo da vida de Estrabão: a divisão da Galácia em três províncias, orquestrada por Pompeu, entre 63-62 a.C. (Estrabão 12.5.1); e a nomeação de Tarcondimotus como rei de Cilícia (Estrabão 15.5.18), a qual também ocorrera nesta data (LASSERRE; AUJAC,1969). Além disso, Niese analisa uma expressão temporal similar, μικρὸν πρὸ ἡμων, traduzindo-a por "um pouco antes de meu tempo (de vida)", com as

[25] Trataremos com mais detalhes da tradição manuscrita mais adiante.

[26] "*Beiträge zur Biographie Strabos,* Hermes 13 (1878): 33-45" e "*Straboniana,* Rheinisches Museum für Philologie n. f. 38 (1883): 567-602".

mesmas intenções. No livro doze da *Geografia*, ao descrever o interior da Paflagónia, Estrabão data a reorganização política dessa região, conduzida por Pompeu no ano de 64 a.C., como tendo ocorrido "pouco antes de meu tempo". Assim, em uma interpretação literal do termo, Niese e tantos outros autores adotaram 63 a.C. como a provável data do nascimento (POTHECARY, 1997), incluindo os editores das duas principais traduções disponíveis, Horace Jones – responsável pela tradução da Loeb (1917) –, François Lasserre e Germaine Aujac – responsáveis pela tradução da Belles Lettres (1969).

Entretanto, desde finais dos anos 1990, um grupo de historiadoras de língua inglesa vêm propondo uma revisão desta data: Sarah Pothecary, Katherine Clarke e Daniela Dueck. Sarah Pothecary fora a primeira a criticar o método e a proposta de datação de Benedict. Em seu artigo *"The expression 'our times' in Strabo's Geography"* (1997), ela vai concentrar sua análise na expressão καθ ἡμας, argumentando que o uso que Estrabão faz é genérico demais para ser usado de forma tão restritiva e exata (POTHECARY, 1997). Procurando observar como Estrabão usa este conceito como uma expressão temporal de um determinado período, preferindo a tradução "em nosso tempo", Pothecary argumenta que este não pode ser usado para precisar uma data, mas sim um bloco temporal muito específico – dentre uma série de outros que o autor da *Geografia* propõe – o qual, segundo ela, começa com a reestruturação política da Ásia Menor feita por Pompeu (POTHECARY, 1997. p. 237). Além deste problema com a tradução e a interpretação do termo, ela aponta também outra dificuldade com relação ao método de Niese: "como a audiência deveria saber qual evento datava exatamente no início da vida de Estrabão?" (POTHECARY, 1997. p.239). Assim, ponderando que Estrabão faz uma série de comentários autobiográficos com a expressão "em nosso tempo", que datam desde 64 a.C até 50 a.C., Sarah Pothecary pudera propor uma data posterior para o nascimento de Estrabão, quase uma década mais tarde, em algum momento nos 50 a.C.

A professora da faculdade de Estudos Clássicos de Oxford, Katherine Clarke, concorda com a proposta de datação de Sarah Pothecary. Com uma visão muito particular sobre Estrabão e sua *Geografia* – à qual nos deteremos mais adiante –, a primeira historiadora endossa a visão desta última em um artigo do mesmo ano, chamado *"In Search of the author of Strabo's Geography"* (1997). Embora tivessem intenções parecidas de repensar a data de nascimento do autor, suas abordagens e objetivos concretos com os artigos são diferentes. Neste último, Clarke vai buscar mostrar como as autorreferências textuais de Estrabão são

propositalmente dissimuladas e vagas, como, segundo ela, era uma tradição dos pensadores Helenísticos. Em outras palavras, fazia parte desta prática de escrita geográfica/historiográfica/etnográfica helenística fazer referências ao seu tempo "com uma preocupação de precisar o objeto de seu trabalho: as transformações do mundo até seu estado atual" (CLARKE, 1997, p. 105).

Daniela Dueck é a menos radical com relação à revisão das datas de Niese. Em uma posição mais relativística, a autora vai apontar os problemas com a observação de Niese, mas lembra também que a proposta de Sarah Pothecary não muda muito o cenário, uma vez que "os escritos de Estrabão, e principalmente a *Geografia*, não deveriam ser vistos somente como um produto do tempo do autor, mas também da sua orientação intelectual". Daniela Dueck tem uma preocupação especial em entender Estrabão numa longa tradição de escrita geográfica na Antiguidade, de tal maneira que um dos seus livros mais recentes chama-se exatamente *"Geography in Classical Antiquity"* (2012), e tem a *Geografia* de Estrabão como ponto de partida para vários de seus debates acerca desse gênero[27]. Portanto, ao pensar a data de nascimento de Estrabão, Dueck conecta autor e obra, e propõe pensá-los em conjunto em uma longa tradição de descrição da *oikoumene* – portanto, não importava quando ele tinha nascido realmente, mas sim qual fora a data de produção da *Geografia* e como essa se inseria na tradição de escrever geografias. Trata-se de uma abordagem nova com relação a essa fonte, pois o mais comum entre seus analistas era procurar associá-la ao início do Império, fosse Estrabão um propagandista da ideologia augustana (NICOLET, 1991, p. 73), fosse ele um representante da rainha do Ponto escrevendo sobre o grande suserano de então (PAIS, 1922, p. 306).

Essas pesquisas, com início nos anos 1990, têm em comum o fato de se oporem – direta ou indiretamente – à uma tradição que, primeiro, aponta Estrabão como um compilador de informações úteis, e/ou, segundo, que o aproxima mais de Augusto do que de Tibério. Logo, deslocar a data de nascimento para um período posterior, ou mesmo relativizá-la, traria novas possibilidades de argumentação nas análises da *Geografia*. Tendo em mente que o evento mais avançado temporalmente mencionado por Estrabão é a morte de Juba II (rei berbere da Numídia e da Cesareia entre 25 a.C. e 23 d.C.) que ocorrera em 23 d.C., propõe-se

---

[27] No livro, a autora vai procurar analisar a geografia na antiguidade clássica como um gênero textual específico, não só restrito à prosa, mas que, com suas próprias idiossincrasias, pode ser observado em várias formas de literatura, desde, por exemplo, Homero. (DUECK, 2012, p. 20.)

também que Estrabão teria morrido pouco depois dessa data. Nessas condições, aqueles que defendem uma data mais antiga de nascimento tendem a associar a vida e atuação política e intelectual de nosso autor aos tempos de Augusto, traçando mesmo uma relação quase direta entre ambos. Enquanto isso, estudos mais recentes têm procurado ressaltar o lado "tiberiano" de Estrabão, buscando pensá-lo como representante de uma forma de pensar anterior ao nascimento do Império Romano, mas que, de seu interior, reflete acerca de problemas políticos mais importantes. Nesses termos, a *Geografia* poderia ser uma fonte de uma forma alternativa de ver e analisar o império, não necessariamente de dentro do centro do poder, reafirmando-o[28]; mas sim como um olhar estrangeiro, com conceitos externos, de alguém que põe sérias ressalvas ao bom (novo) poder que se impunha sobre parte da *oikoumene*.

A data da morte está intimamente ligada aos debates acerca das datas e dos locais de composição da *Geografia*. Por conseguinte, vejamos como este tema fora tratado.

DATAS E LOCAIS DE COMPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA.

> "Pesquisas antigas sobre Estrabão haviam sido fortemente influenciadas por estudos germânicos devotados à tradicional *Quellenforschung*. Estudiosos do final do século XIX e início do XX quase de forma unânime condenaram Estrabão como um autor completamente derivado sem qualidades literárias individuais e como um homem de julgamento pessoal pobre que servilmente copiava suas fontes" (ENGELS, 2005, p.140)

Este trecho fora retirado de um artigo de Johannes Engels em uma coletânea recente de textos dedicados ao autor estudado nessa dissertação[29]. Neste artigo, Engels se propõe a pensar qual o papel de indivíduos reconhecidamente importantes na *Geografia*, baseando sua análise nas incidências e usos do termo grego Ἄνδρες ἔνδοξοι. Em última instância, sua preocupação é com aqueles para quem Estrabão anuncia ter escrito sua obra (ENGELS, 2005. p. 129), esses homens de prestígio (Ἄνδρες ἔνδοξοι), "que eram tanto governantes, generais, quanto filósofos e geógrafos" (Estrabão 1.1.1). Neste artigo, o autor aponta a

[28] Como afirmamos que Claude Nicolet o pensa. Retomaremos essa análise em seguida.

[29] Ed. DUECK, LINDSAY e POTHECARY. **Stabo's Cultural Geography**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

importância dos homens de letras da Ásia menor nesse grupo que Estrabão nomeia Ἄνδρες ἔνδοξοι.

O artigo de Johannes Engels, assim como tantos outros mais recentes, demonstra uma virada na análise da *Geografia*. Como o próprio trecho destacado anteriormente anuncia, nas primeiras tentativas de tradução e organização desta como um corpus documental coerente, estudiosos procuraram dar um significado à obra, nem que fosse a sua caracterização como compilador.

Albert Forbiger (1856) e Paul Meyer (1842) são dois dos mais conhecidos filólogos dessa geração que vai propor uma datação para a *Geografia*. Para eles, Estrabão teria compilado informações durante toda a sua vida e publicara o resultado perto da sua morte. Paul Meyer é um pouco mais preciso, e vai dizer que os sete primeiros livros teriam sido feitos entre 6 a.C e 2 d.C; e os outros dez até a sua morte. Este último, juntamente com Kramer (1844) e Meineke (1852), defende inclusive que a *Geografia* fora um trabalho incompleto, repleto de adições posteriores de estudiosos bizantinos (DILLER, 1975, pp. 4-5). Aubrey Diller discorda dessa última afirmação, e defende a produção da *Geografia* feita inteiramente por Estrabão, argumentando que as interpolações bizantinas – que fizeram com que esses autores defendessem a proposta de adições posteriores – são parte de uma tradição de produção de manuscritos do século IX, e aquelas adições encontradas na *Geografia* já apareciam no palimpsesto Π, que data do final do século V d.C (DILLER, 1975, p. 6).

Podemos ver assim que uma geração que apontava Estrabão como um compilador de informações para servir os πολιτικός (Estrabão 1.1.23) – geralmente os romanos – também apontava para uma escrita no final da vida – questionando inclusive sua autoria.

O primeiro a pensar Estrabão como intelectual com uma intencionalidade em sua obra, com um projeto de construção de conhecimento, fora Benedict Niese (1878). Ele, que já vimos ter um papel essencial na proposta de datação do autor, também apresenta uma proposta de datação para composição da obra. Segundo a historiadora Daniela Dueck, Niese é o precursor de um grupo de especialistas que entende que a *Geografia* fora escrita de uma só vez, sem revisões ou segundas edições. Outro importante expoente dessa corrente é Wolfgang Aly (1957), com a diferença de o primeiro argumentar que, devido ao uso recorrente dos termos νυν e νεοστι associados a eventos entre os anos de 18 d.C e 19 d.C, ele teria escrito rapidamente nesse curto intervalo de dois anos, enquanto Aly defende um período de

produção mais longo, que começaria entre 20 a.C e 10 a.C, e terminaria no final de sua vida, por volta de 23 d.C[30].

O italiano Ettore Pais (1888 e 1908), na passagem do século, vai apresentar um quadro completamente diferente do que se vinha pintando até então. Primeiramente ele desafia e critica a datação proposta por Niese, dizendo que há uma vácuo de citações de eventos importantes que ocorreram entre 7 a.C e 18 d.C, indicando assim uma data para composição – que ocorreria, portanto, em 7 a.C – e uma revisão posterior – por volta de 18 d.C. Essa proposta de Pais tiraria o peso da idade em uma composição de fôlego curto, como propõe Niese – cuja análise indicaria um autor octogenário para a *Geografia*. Segundo Pais, a revisão teria sido feita para acrescentar alguns fatos importantes do governo de Tibério, "embora Estrabão mencione Tibério e alguns fatos que ocorreram durante a vida deste em mais de vinte oportunidades, muitas das suas referências a eventos contemporâneos pertenciam ao período posterior à morte de Júlio Cesar e durante o reinado de Augusto, até 7 a.C" (DUECK, 2000. p.148). Ettore Pais insiste que a *Geografia* não fora composta antes da publicação do mapa de Agripa, pois segundo ele, um trabalho de descrição do mundo conhecido deveria citá-lo, e a obra de Estrabão não o faz (DUECK, 2000. p.149).

O que nenhuma dessas propostas levava em consideração era a existência do evento mais recente que aparecia na *Geografia*, a morte do Rei Juba II em 23 d.C. Pensando nisso, Daniela Dueck critica a posposta de Pais de uma composição anterior e uma revisão em 18 d.C. Primeiro ela argumenta que o hiato temporal pode ser um problema das fontes de Estrabão (DUECK, 2000. p.149). Segundo, ela acredita que uma composição direta, sem revisões, é mais provável, devido à estrutura da obra, uma vez que o texto é composto por várias interconexões e cada novo livro apresenta uma espécie de resumo do que fora dito antes. Daniela Dueck prefere pensar que o trabalho de fato começara a ser feito em 18 d.C, como apresenta Benedict Niese, mas com uma pequena alteração, propondo que o autor grego tenha escrito até por volta de 24 d.C, quando morrera (DUECK, 2000. p.150). Essa data é de suma importância para esta autora, pois, como ressaltamos anteriormente, ela procura ligar Estrabão a uma tradição geográfica helenística, e propõe pensá-lo como um autor que pode analisar os dois primeiros governantes do principado romano partindo de visões de mundo pertencentes a essa tradição.

---

[30] O argumento de Aly, segundo Dueck, é de que Estrabão mostrara-se um intelectual ativo até o final de sua vida, e não interrompera sua produção e pesquisa até sua morte (DUECK, 2000, pp. 146-148)

A discussão da data de produção da obra está relacionada ao seu local de escrita e publicação. E pode-se dizer que este está intrinsecamente ligado ao objetivo de Estrabão com sua obra, isto é, seu público alvo, para quem ele escrevera a *Geografia*. Pelo menos essa sempre fora a argumentação dos especialistas que tivemos a oportunidade de conhecer até aqui.

Benedict Niese, por exemplo, vai propor que Estrabão produzira-a em Roma – onde vivera até sua morte –, argumentando que o geógrafo faz uso dos termos "aqui" (ενθαδε) e "para cá" (δευρο) com mais frequência quando se refere a Roma (DUECK, 2000, p. 14). Niese conclui com isso que Estrabão teria escrito a convite dos seus amigos romanos e em louvor de Augusto e das elites romanas (LASSERRE e AUJAC, 1969, p. XXXI).

Sbordone (1958) segue a argumentação de Niese, mas propondo que uma versão final – ela entende que é impossível saber quando fora produzida pela primeira vez – fora feita em Roma por volta de 18-19 d.C, e que as notas marginais e variantes da escrita provam que o livro fora publicado e reunido posteriormente, sem intervenção de um editor (SBORDONE, 1958, pp. 51-59). Ela baseia sua argumentação em uma pretensa "convergência dos elementos cronológicos dos livros III a XVII" (LASSERRE e AUJAC, 1969, pp. XXXII-XXXIII). No artigo em que apresenta tais ideias, Sbordone também traz uma inovação, que permaneceria esquecida até recentemente: a de que, na verdade, Estrabão escrevera a *Geografia* inspirado pelo governo de Tibério, e não de Augusto, como defendiam outros pesquisadores. Entretanto, é preciso ressaltar que ainda sim sua forte relação com o círculo de poder romano era o foco das pesquisas.

Wolfgang Aly segue Niese mais uma vez com relação à produção da *Geografia*. Entretanto, ele procura ressaltar a importância que a estadia de Estrabão em Alexandria deve ter tido em sua redação. Ele argumenta também que provavelmente os livros não tenham sido escritos na ordem que nos chegaram, e que os dois primeiros livros tenham sido escritos depois dos outros, já em Roma (LASSERRE e AUJAC, 1969, pp. XXXII). Ao defender que Estrabão coletara informações em Alexandria para escrever em Roma, Aly sugere também que ele escrevera diretamente a mando de Augusto, como parte de um projeto que incluía, também, o mapa de Agripa, e que visava ao mapeamento do mundo de várias formas, com trabalhos corográficos e cartográficos (LASSERRE e AUJAC, 1969, p. XXVIII-XXIX).

Marcel Dubois, ainda no século XIX, adota uma visão interessante acerca deste tema. Ele argumenta que não é possível – nem mesmo necessário – precisar a data de produção da *Geografia* (DUBOIS, 1891, pp. 87-108), basta termos em mente que fora um autor preocupado em escrever sobre o mundo dos romanos (DUBOIS, 1891, p. 89). Nesses termos, ele argumenta que toda a obra, ou parte dela, fora escrita em Alexandria, onde Estrabão passara bom tempo de sua vida (LASSERRE e AUJAC, 1969, p. XXIX), e que o geógrafo não estava preocupado com a "raça" para a qual ele escrevia, mas sim que ele "endereça sua obra aos homens instruídos do mundo greco-romano. Ninguém provou que ele pesquisou com preferência sobre uma população" (...) mas sim que

> "a obra de Estrabão sugere um breve momento em que os gregos tinham consciência do valor desta filosofia natural (proposta por Estrabão) que não estuda o homem isoladamente, inexplicavelmente, mas as relações do homem, dos povos, dos impérios, com o mundo físico" (DUBOIS, 1891, pp. 385-387).

Contrapondo-se àqueles que vislumbravam um público majoritariamente romano para a *Geografia*, Ettore Pais, François Lasserre e Germaine Aujac vão argumentar – cada um ao seu tempo e metodologia – que Estrabão a escrevera em sua cidade natal. O primeiro acredita que a produção em Amasia ajuda a explica as inconsistências de informações recentes na *Geografia*, e que, dessa forma, não tendo sido escrita em Roma, não haveria motivos para acreditar que ela fora escrita para os romanos (PAIS, 1886, p. 2). Ettore Pais parte desse raciocínio para concluir que, primeiro, Estrabão tinha relações mais próximas com personalidades ligadas à Ásia Menor do que com romanos – não podendo desta maneira ter escrito a seu convite, tal como aponta Niese (PAIS, 1886, p. 7). E segundo, que as informações não são recentes e práticas exatamente porque não se trata de um manual para uso dos romanos, mas sim de um tratado científico baseado na comparação de informações de uma série de autores de origem grega (PAIS, 1886, p. 142).

Lasserre e Germaine Aujac também vão defender a escrita em Amasia – concordando com os argumentos de Pais – e sua publicação póstuma, baseando-se na alegação de que essa conjunção de fatores ajudaria a explicar a ausência de citações da *Geografia* nas décadas imediatamente posteriores à sua composição (LASSERRE; AUJAC, 1969, p. XXXIV). Partindo deste pressuposto, ou seja, de que ela fora escrita na Ásia Menor, por um grego que vivencia e observa o crescimento do poder dos romanos, Lasserre pode argumentar, em *Strabon devant L'empire Romain* (1983), que apesar de admirar tal grandeza, como grego da

Ásia Menor, Estrabão punha a liberdade política acima da aparência do império (LASSERRE, 1983, p. 891). Dessa forma, o geógrafo de Amasia veria com bons olhos o avanço da civilização sobre o Ocidente, e admirara o Imperador por conta disso. Entretanto, lembra Lasserre, Estrabão teria algumas objeções com relação ao avanço do poderio imperial sobre sua terra natal (LASSERRE, 1983, p. 896)[31].

Em outra abordagem deste tipo, a descrição que Estrabão faz da cidade de Nápoles no livro V serve de inspiração para a proposição de E. Honigmann (1931). Nesta descrição Estrabão celebra Nápoles como uma cidade modelo do estilo de vida dos gregos, e que por isso mesmo era local de estadia de vários estudiosos gregos que passaram a educar as elites romanas (Estrabão 5.4.7). Baseando-se nesse trecho, E. Honigmann indicara que em algum momento de sua vida, Estrabão teria se tornado professor em Nápoles, e, como uma espécie de elogio ao seu local de estadia, este teria escrito a *Geografia* como um manual para auxiliá-lo na sua função de professor das elites romanas (LASSERRE, 1969, p. XXXII e DUECK, 2000, p. 3).

De certa forma, podemos dizer que até meados dos anos 1960, ao tentar pensar as datas de nascimento e morte de Estrabão, assim como a(s) de composição da *Geografia*, os estudiosos tendiam a ressaltar a forte ligação entre estes e Roma. Tendo Benedict Niese como pioneiro desta hipótese, uma série de especialistas procurou analisar a relação entre a produção de uma descrição do mundo conhecido na passagem do século I a.C. para o I d.C e o surgimento do Império Romano. De maneiras distintas, cada qual pode argumentar e pensar um papel para Estrabão e sua(s) obra(s), convergindo, na maioria das vezes, à ideia de um trabalho que aclamava a grandeza de Roma. Essa abordagem, ainda que contestada por alguns historiadores e filólogos posteriores – como é o caso de Ettore Pais e François Lasserre –, tornou-se a mais comum entre os textos que não tinham Estrabão como fonte principal, mas faziam uso dele para justificar argumentos parecidos, tais como o uso político das representações do mundo. Tal tema é interessante à medida que suscitou, principalmente a partir dos anos de 1990, uma espécie de renascimento dos estudos estrabonianos (CLARKE, 2000, p. 42). Ao criticar a visão dominante, estas novas pesquisas propunham-se a repensar a forma de analisar esta fonte através de um viés que, a principio, poderia parecer uma

[31] O principal argumento de Lasserre é relativo ao aumento de províncias romanas. Quando descreve as regiões Ocidentais, Estrabão destaca as fundações romanas, como Augusta Emérita e Caesaraugusta. Entretanto, ao descrever a Ásia Menor, detêm-se à história dos Reinos Helenísticos.

retomada da proposta de Ettore Pais. Todavia, se estudada com mais calma, veremos surgir nos últimos 20 anos uma abordagem completamente diferente e riquíssima de se pensar o que representou e quais as contribuições da *Geografia* de Estrabão para os estudos deste período.

3.1.3 – DEBATES CONTEMPORÂNEOS:

NOVO ESTRABÃO, MESMO IMPÉRIO.

Como anunciamos anteriormente, as principais autoras que vão revisitar o tema da datação de Estrabão e sua *Geografia* são Sarah Pothecary, Katherine Clarke e Daniela Dueck. Entretanto, alguns outros trabalhos também foram publicados desde os anos 1960, mas ainda assim poucos se comparados com o atual ressurgimento. Estes, como veremos a seguir, vão apresentar algumas novidades na abordagem e na proposição de temas a se pensar a partir da *Geografia*, embora quase todos ainda insistam em partir do pressuposto de que Estrabão escrevera sob a influência da época de Augusto. Por outro lado, as autoras que mencionamos procuram aproximá-lo e vislumbrá-lo com um autor da época de Tibério – ou pelo menos da transição entre os dois.

A primeira representante daqueles que optaram pela proximidade com Augusto que gostaríamos de destacar é Germain Aujac. Seu livro *Strabon et la science de son temps* (1966) é muito interessante, uma vez que aborda o lado científico de Estrabão, muito pouco discutido por outros especialistas – os quais, como vimos, estavam preocupados em saber quem era Estrabão e com quem ele dialogava. Neste livro a autora, que depois iria participar do projeto de tradução para o francês com François Lasserre, vai analisar principalmente os dois primeiros livros da *Geografia*, uma vez que são neles que Estrabão apresenta uma série de debates metodológicos retomando alguns de seus predecessores e os criticando. Aujac destaca o fato de somente intelectuais de fala grega serem apontados como antecessores por Estrabão – tema superficialmente tratado por Ettore Pais como observamos anteriormente (AUJAC, 1966, pp. 37-48). O grande objetivo de Germain Aujac era tentar entender qual o nível de

conhecimento que, segundo Estrabão, seria necessário para um governante na época de Augusto, um homem de prestígio, (Ἄνδρες ἔνδοξοι) possuir (AUJAC, 1966, pp. 11-14), uma vez que Estrabão começa seu trabalho dizendo que a geografia deve ser também útil para este grupo, assim como para quem tivesse interesse em "descobrir a arte da felicidade" (Estrabão 1.1.1)[32].

François Lasserre, como já dissemos, prefere a datação de Pais à de Niese. Ele entende que Estrabão possui uma ligação muito forte com a Ásia Menor e sua cidade natal. Lasserre, dessa forma, desenvolve a outrora comentada tese de ambiguidade do geógrafo de Amasia em relação aos papéis do Império e dos Imperadores – orgulho com o avanço da civilização sobre o Ocidente, mas ressalvas com relação à atuação no Oriente (LASSERRE, 1983). O objetivo de Lasserre parece ser o de afastar Estrabão de uma participação direta nos círculos de poder – algo parecido com o que propõe Aujac – uma vez que para ele Estrabão é "Geógrafo, e não homem político; ele (Estrabão) nunca dá a impressão de analisar a situação política de uma região em função dos problemas de seu governo, e, sobretudo, de um governo centrado em Roma" (LASSERRE, 1983, p. 895). Lasserre pinta uma *Geografia* menos complexa, em que seu criador "propõe, na verdade, uma enorme documentação, cheia de informações úteis aos chefes de Estado, mas ele não as apresenta, nem as seleciona, nem as explora no sentido prometido, pois ele não é Tucídides, nem Aristóteles, nem Políbio" (LASSERRE, 1983, p. 895).

Peter Garnsey e Claude Nicolet, por outro lado, resgatam nos anos 80 as propostas de intensa relação entre os trabalhos geográficos e a política e a ideologia do início do principado. Ambos idealizaram projetos que iam além da análise exclusiva da *Geografia* de Estrabão – diferentes das outras pesquisas que vimos até aqui, preocupadas em entender a fonte –, apesar de usá-la em comunhão com outros documentos para formar, geralmente, um panorama mais amplo do período.

Ao lado de Richard Saller, Peter Garnsey procurou escrever um livro sobre o Império romano que fugisse da abordagem tradicional da história política e do exército. Para tanto eles dividiram o livro *"The Roman Empire. Economy, Society and Culture"* em partes, cada qual tratando de um tema específico. A primeira destas partes nos interessa sobremaneira, pois ela trata da extensão geográfica do império, seus limites e fundamentações, tendo o mediterrâneo

---

[32] "...της περὶ τὸν βίον τέχνης καὶ εὐδαιμονίας."

como elemento central. É interessante notar que os autores afirmam que até o século III o império fora controlado politicamente por uma elite mediterrânica (GARNSEY e SELLER, 1987, p. 7) que, a partir dos seus próprios gostos e visões de mundo, vão desenvolver um projeto para as fronteiras do mundo dominado pelos romanos, uma vez que o governo destes últimos

> "era essencialmente pragmático e os objetivos culturais limitados. Os povos da fronteira deveriam ser domados, neutralizados e explorados. A exposição dos bárbaros conquistados a um estilo de vida superior era parte desta política, mas um dos meios para aquela finalidade, e não um fim em si mesmo" (GARNSEY e SELLER, 1987, p.7).

Estrabão encaixar-se-ia exatamente nesses termos como um exemplo do "preconceito cultural" das elites mediterrânicas sobre os povos fronteiriços. As omissões da *Geografia* seriam, assim, propositais, e demonstrariam que Estrabão prefere utilizar informações de gregos do século IV a usar documentos contemporâneos – como, por exemplo, os relatos de guerra de César – em nome da superioridade cultural do mundo greco-romano que Augusto vinha estabelecendo (GARNSEY e SELLER, 1987, p. 15).

Claude Nicolet também possui o império romano como objeto de estudo. Ao propor que o império romano havia se tornado um Estado territorial ainda nos primeiros governos do principado, e ao questionar-se porque a sua expansão havia sido interrompida já com o primeiro imperador, Claude Nicolet vai procurar compreender as representações dessa nova realidade (do mundo como um "espaço geográfico" a ser dominado política, militar e intelectualmente) que foram feitas entre o final da república e início do principado (NICOLET, 1991)[33]. Podemos dizer que este autor toma como fonte principal de seu estudo as *Res Gestae Divi Augusti*, dedicando o primeiro capítulo inteiramente à sua reflexão. Para ele a obra de Augusto é a demonstração metodológica em que Augusto expõe grande conhecimento geográfico do domínio romano sobre o mundo (NICOLET, 1991, p. 23). Por um lado, se nas paredes do mausoléu onde este texto fora originalmente colocado não encontramos simbolismo algum por parte de seu autor, mas sim um texto que anuncia direta e explicitamente a grandeza de seu império (NICOLET, 1991, p. 22), por outro, segundo

[33] A obra mais conhecida de Claude Nicolet é **L'inventaire du Monde: Géographie et politique aux origines de l'Empire Romain**, de 1988. Entretanto, optamos por usar sua tradução para o inglês **Space, Geography and Politics in the Early Roman Empire**, de 1991.

Nicolet, há uma série de produções literárias e iconográficas em que podemos encontrar simbolismos e alegorias dessa conquista do mundo. Fosse na Eneida de Virgilio ou em qualquer texto de Horácio (NICOLET, 1991, p. 29), fosse nas transformações arquitetônicas levadas a cabo por Augusto (NICOLET, 1991, p. 42), Roma como senhora do mundo tornara-se um *topoi*. Nicolet aponta que essa alusão ao poderio romano era anterior à própria constituição do império, e que César e Pompeu já faziam uso de representações simbólicas que os colocassem como agentes da dominação romana. Políbio, mesmo no século II a.C, apontava que Roma encontrava-se presente em todos os cantos da *oikoumene* (NICOLET, 1991, pp. 30-31). O que Augusto fizera, segundo Nicolet, fora combinar duas tradições de pretensões ecumênicas, criando todo um aparato de propaganda para sua ideologia de dominação e pacificação.

Sob esse pano de fundo, a *Geografia* de Estrabão funcionara como um instrumento importantíssimo para as pretensões do imperador de Roma. Para Nicolet, "esta *Geografia* é estritamente política e essencialmente se destina aos governantes, a fim de permitir-lhes um bom governo" (NICOLET, 1991, p. 73). Ele também diz que as frequentes constatações de Estrabão acerca do bom governo romano explicariam seu domínio sobre o mundo, deixando bem clara a existência de uma simbiose entre conhecimento e poder, pois a obra de Estrabão "não é especialmente prática nem mesmo teórica; não é pública nem privada; mas sim todas essas juntas, pois conhecimento é necessário para se agir, e sem dúvidas, entender deve preceder o dominar" (NICOLET, 1991, p. 73). Nesses termos a obra de Estrabão seria fruto e propagadora de um projeto, de uma ideologia de dominação do mundo, sistematizada nas *Res Gestae* e simbolizada em diferentes níveis e por diferentes meios desde então.

Pensando especificamente no impacto da ideologia de Augusto na obra de Estrabão, Edward Van der Vliet, em artigo interessantíssimo chamado *L'ethnographie de Strabon: ideologie ou tradicion?* (1984), vai buscar aprofundar a questão do papel da *Geografia* na difusão de um ideal romano, propondo quase uma síntese entre os trabalhos de Claude Nicolet e Germaine Aujac. O primeiro passo de Van der Vliet fora definir que Estrabão fizera um trabalho de coleta e seleção de informações muito ricas e de fontes de diferentes tipos e origens (VAN DER VLIET, 1984, p. 33)[34]. Porém, o autor lembra que nenhum processo de

[34] Para ele, Estrabão usa inclusive informações romanas, principalmente fontes orais que ele, que viajara muito pelo Mediterrâneo oriental até Roma, provavelmente ouvira de marinheiros, ou mesmo de seus amigos/conhecidos, generais romanos.

escolha de documentação e informações é neutro, ou seja, ele começa mudando completamente a postura dos primeiros articulistas de Estrabão para tentar entender se e como as informações escolhidas e as deixadas de fora possuíam alguma relação com a ideologia imperial romana da época de Estrabão.

Van de Vliet aproxima Estrabão e sua *Geografia* de uma tradição grega de trabalhos etnográficos que possuía, segundo ele, um conjunto de traços culturais específicos usados para descrever povos, tais como: vida cotidiana, base de sua sobrevivência, ornamentos e costumes, jogos e morais sexuais, organização social e política, além de comportamentos sociais (VAN DER VLIET, 1984, p. 35). Basicamente estes critérios foram reutilizados e reapropriados para marcar a diferença entre civilização e barbárie nos relatos.

O segundo passo deste autor fora questionar-se se estas duas formas de classificação possuíam uma relação de completa oposição ou de transição teleológica evolutiva (VAN DER VLIET, 1984, p. 36). Retomando a questão da tradição etnográfica grega, o autor vai pensar três diferentes momentos dessa tradição: um primeiro que começaria com Heródoto – para Estrabão essa tradição começaria com Homero (Estrabão 1.1.2) – e seria caracterizado pela simples oposição entre Civilização (grego) e Barbárie (outros); o segundo começara com as expedições e conquistas de Alexandre, o Grande, que trouxera uma quantidade maior de informação acerca dos povos distantes, que possibilitou uma reflexão a respeito dos "outros", os bárbaros, mas também dos próprios gregos, e dos considerados civilizados[35]; e a terceira fora representada por Estrabão (VAN DER VLIET, 1984, pp. 44-47).

O segundo momento passa a ser central para entender em que medida Estrabão se diferencia dos demais estudiosos que ele próprio utiliza e cita como fonte. De acordo com Van der Vliet, os relatos etnográficos helenísticos começam a se preocupar mais com a compreensão da vida simples que levava o bárbaro. Intrigava-os o fato de existir uma quantidade imensa de diferentes povos bárbaros e diferentes povos civilizados. A distinção entre os primeiros se dava, principalmente, por uma série de categorias relacionadas à falta de um bom governo que os fazia brigar entre si e não possuir temperança (VAN DER VLIET, 1984, p. 50). O que diferenciava os segundos era, segundo Van der Vliet, o bom

[35] Van der Vliet cita um trecho da *Geografia* em que Estrabão retoma uma fala de Erastóstenes para Alexandre, em que ele o aconselha a não confiar completamente nos Gregos, ou mesmo desconfiar completamente dos bárbaros, uma vez que entre os primeiros havia pessoas de péssima índole, e que, da mesma forma, poderia existir bárbaros de excelente qualidade (1.4.9).

aproveitamento que faziam das condições naturais que possuíam. Para Estrabão, os gregos eram especiais por terem superado uma situação de grande precariedade geográfica para atingir a plenitude cultural (VAN DER VLIET, 1984, p. 71), já os romanos souberam aproveitar sua excelente condição geográfica para, juntamente com o tipo de governo certo, controlar o mundo (VAN DER VLIET, 1984, p. 75). Desse modo, Estrabão vislumbrara na civilização urbana greco-romana o estágio mais avançado da civilização humana[36] (VAN DER VLIET, 1984, p. 72).

E é exatamente na boa forma de governo dos romanos, em sua sabedoria política, que reside o diferencial de Estrabão. Ao elogiar a forma de governo destes primeiros, o geógrafo pode, de acordo com Van der Vliet, concluir que os romanos também eram os responsáveis por difundir a πολιτικόν pelo mundo. Tradicionalmente traduzida por civilização (Lasserre) e/ou marcas de civilização (Horace Jones), Van der Vliet afirma que a expressão πολιτικόν, em Estrabão, opunha-se a θηριώδες (selvagem) e era, também, uma extensão do termo ἡμέρως (domado/domesticado). Podendo ser traduzida como algo próximo de comunidade bem organizada, gregos e romanos teriam atingido, em tempos distintos, o auge dessa forma de vida, e o império romano teria consolidado sua existência em regiões distantes (VAN DER VLIET, 1984, p. 85) – ou pelo menos longe o suficiente para não ameaçar a ordem vigente (VAN DER VLIET, 1984, pp. 78-84). Essa superioridade apareceria na *Geografia* – e essa é a marca distintiva entre Estrabão e a tradição anterior – a partir do momento em que seu responsável opta por dar um tratamento indiferente aos povos dominados pelos romanos. Ao optar, na maioria das vezes, por fontes antigas ao invés de informações recentes, ou mesmo ao não apresentar informações das quais disporia, Estrabão se afastaria da curiosidade característica dos estudiosos helenísticos, mostrando-se "indiferente aos seus costumes (dos bárbaros), ou mesmo expressando uma atitude de superioridade (da cultura greco-romana)" (VAN DER VLIET, 1984, p. 82). Van der Vliet conclui dizendo que "as tendências que caracterizavam a abordagem etnológica de Estrabão podem ser assim consideradas como representativas de uma evolução mais geral da atitude intelectual e da mentalidade a respeito de povos incultos ou semicivilizados que estão

[36] Assim, fica evidente que, para Van der Vliet, Estrabão não vê dicotomia entre bárbaros e civilizados, mas sim uma oposição entre diferentes povos civilizados e diferentes níveis de barbaridade. E que, também, a civilização não se espalha de dentro para fora, da civilização greco-romana para os bárbaros fora dela. Para ele, Estrabão vê a coexistência de vários centros difusores da civilização, e alguns bárbaros que estavam distantes destes centros dificilmente se tornariam civilizados.

submetidos à autoridade do Império romano" (VAN DER VLIET, 1984, p, 83). Assim sendo, a concepção de mundo da *Geografia* seria romanocêntrica, pois, à medida que há uma confusão constante entre as fronteiras do império e as do mundo habitado, Estrabão associaria difusão da civilização e aumento da comunicação entre as várias partes da *oikoumene*, justificando a proposta de apenas descrever as partes do mundo conhecidas, isto é, importantes (VAN DER VLIET, 1984, pp. 77-78).

Esse tema da relação entre civilização e barbárie na *Geografia* é mais bem delineado pelo historiador Patrick Thollard em seu livro *"Barbarie et Civilisation chez Strabon"* (1987). Metodologicamente diferente, uma vez que ele parte da análise dos livros III e IV em vez da obra inteira, este texto, de certa maneira, também propõe uma contraposição da proposta de um Estrabão cientista e a de sua proximidade com o discurso romano. Ao propor estudar os livros III e IV da *Geografia*[37], Thollard perguntara-se se a descrição de Estrabão era algo como um sistema científico. Sua resposta a essa indagação mostra-se positiva no final das contas, e ele a justifica da seguinte forma: primeiro, na *Geografia* há dois fatores que determinam a "barbarização", quais sejam, o geográfico e a providência. Se alguns povos são bárbaros, pois são submetidos a situações geográficas que impedem seu desenvolvimento, outros têm a benção de possuir um gênio superior – como os gregos e romanos – que os faz superar os obstáculos da natureza (THOLLARD, 1987, pp. 16-17).

Assim, se alguns povos superaram a barbárie, todos o podem fazer, desde que sigam alguns modelos. Nessa definição, Estrabão proporia um espectro civilizatório para os povos do mundo, em que existiam duas extremidades – da barbárie original à civilização – que um povo não poderia ocupar ao mesmo tempo. Para Estrabão, segundo Thollard, os povos tendiam a progredir em direção à civilização, em uma visão de tempo completamente linear, ou seja, "os povos parecem todos marchar para a civilização, que, sob impulso dos romanos, ganhara a terra inteira" (Thollard, 1987, pp. 20-24)[38].

---

37 "Pois revelam uma unidade óbvia que não reflete nem as sínteses, muito gerais, que cobrem toda a obra, nem os estudos, muito particulares" (THOLLARD, 1987, P. 4).

38 É interessante ressaltar que Thollard faz uma interessante colocação acerca da definição de tempo dos Estoicos. Estrabão define-se como estoico em vários momentos da obra, mas, diferente dele, segundo Thollard, a definição de tempo dessa corrente filosófica era cíclica, que vislumbrava momentos de progresso e de corrupção. A solução encontrada por Thollard para justificar a opção de Estrabão fora afirmar que entre os próprios estoicos havia aqueles que procuravam dar ênfase às fases de progresso, como Posidônio, algumas das principais fontes de Estrabão, enquanto outros filósofos escolhiam olhar para as fases de regressão e corrupção, como Sêneca (THOLLARD, 1987, p. 25).

Com essa constatação, o autor afirma que na *Geografia* a diferença entre bárbaro e civilizado não possuía valor étnico e não era exclusividade de um povo. Estrabão começa, assim, a ser pintado de uma forma que o afasta daqueles, como Erastóstenes, Cícero, ou mesmo Tito Lívio, que associavam civilização a aspectos morais. Para Thollard, a ideia de civilização em Estrabão era cultural :

> "Estrabão nunca considerou a barbárie mais do que um conjunto de fatores externos ao indivíduo, e que o indivíduo mesmo não é responsável por ela (a barbárie). Ele não a considera sob um plano individual ou ontológico, mas exclusivamente sob um plano coletivo e sociológico" (THOLLARD, 1987, p.34)

Dessa maneira, Thollard conclui que a postura de Estrabão é mais científica, de catalogação, do que filosófica, de questionar as benesses da civilização. A barbárie aqui funciona como uma categoria que o permite classificar e descrever os povos sem fazer julgamento de valor (THOLLARD, 1987, p. 36).

Todavia, Thollard não considera a postura científica desprovida de influências políticas. Ele termina seu livro por afirmar que, dentro dessa proposta de progressão rumo à civilização, os romanos são o modelo a ser seguido. Mas como destacamos anteriormente, Thollard afirma que esse progresso é teleológico e, assim, "a ação civilizatória dos romanos, por meio das conquistas, é a mesma que a dos gregos, macedônios e cartagineses. Não há razão para opor gregos e romanos, pois não há rupturas na evolução histórica" (THOLLARD, 1987, p. 46). Para Thollard, Augusto e Tibério são os responsáveis pela glória do projeto civilizatório na *Geografia*.

Antes de finalizarmos esta etapa apresentando as autoras que revisitaram o tema da datação de Estrabão, um trabalho dos anos 1970 merece referência. Trata-se de um artigo da pesquisadora Monique Clavel-Lévêque (1974). Com uma abordagem metodológica inédita, ela procurou estudar os gauleses a partir do livro IV da *Geografia* em uma abordagem filológica de um espaço específico da *Geografia (*a Gália*),* tentando traçar um panorama temporal que diferia da tentativa de Niese e Aly de datar a obra. Assim, preocupada exclusivamente com o Livro IV, que trata da descrição da Gália, a autora propõe um estudo do contraste das expressões *πρότερον* (outrora) e *νυν* (hoje em dia) para entender qual o olhar de Estrabão para essa região (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1974, pp. 75-76). A autora percebe que, se analisados com calma e separadamente, cada um deles se aproxima de uma série de adjetivos que formam um quadro de oposição bem claro entre

πρότερον, que aparece sempre ligado a termos referentes à barbárie, à desordem; e *νυν*, associado à chegada dos romanos, e da civilidade, da ordem (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1974, p. 77). Monique Clavel-Lévêque pode propor, assim, que Estrabão preocupa-se em criar um passado mítico ruim personificado na figura do bárbaro simbolicamente muito diferente do romano:

> "O conjunto constitui um sistema coerente e construído em representações, funcionando como um tipo de código (o nome, o tamanho, a simplicidade, o amor pela guerra...) que se refere a uma antropologia que cria um tipo de homem, o bárbaro, que se opõe ao romano em uma oposição simbólica e mítica ao mesmo tempo que concreta e real, dualidade que se torna eminentemente operatória" (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1974, p. 90)

Nesse sentido, o papel exercido pela conquista dos romanos é o de promover a paz, sendo central para conquista a vontade do imperador de repreender qualquer ação que não condissesse com o ideal civilizatório (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1974, p. 89-90)[39].

O que este quadro parcial parece nos mostrar é o papel central que o império romano exercia na construção da *Geografia* para estes especialistas. Como procuramos apontar, mesmo com a diminuição dos trabalhos que se preocupavam em datar a obra e o autor, alguns historiadores, de tempos em tempos, buscavam nos escritos de Estrabão um legítimo representante da ideologia de Augusto. Fortemente influenciados pela "história nova" dos anos 1970, que apresentavam "novos problemas, novos métodos que renovavam domínios tradicionais da história e, principalmente talvez, pelo campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então, à antropologia" (LE GOFF, 2005, p. 61), esses trabalhos viram na *Geografia* uma fonte que abria caminho para essas novas perguntas. E assim surgia um Estrabão cientista, formal, metódico, que, ao olhar sem o julgamento dos filósofos, e mesmo que de um ponto de vista de um grego asiático, ainda assim, esse autor criado pela historiografia do pós-guerra acabou por reforçar a tese do avanço de Roma – a partir de pressupostos gregos – sob as populações autóctones indefesas.

---

[39] Um dos principais exemplos utilizados por Monique Clavel-Lévêque é a ação de Augusto contra os druidas na Bretanha (4.5.3).

EM BUSCA DE UMA NOVA KOLOSSOURGIA[40].

Dialogando diretamente e opondo-se a essas abordagens, as historiadoras de língua inglesa que apresentamos anteriormente passam a buscar outro Estrabão[41]. Em uma coletânea de textos sobre a *Geografia* recentemente editados por Daniela Dueck, Sarah Pothecary e Hugh Lindsay[42], encontramos a expressão máxima do renascimento do interesse neste autor. Os textos deste livro formam um leque muito heterogêneo de temas estudados a partir da fonte em questão. O livro *"Strabo's Cultural Geography"* (2005), ainda que possua alguns textos muito limitados metodologicamente, expressa o ganho de importância e a guinada temática que os analistas de Estrabão deram nos últimos anos. Mesmo não tendo participado desta edição, outra autora que se propôs a repensar esta fonte é Katherine Clarke. Tomemos as três como exemplos de trabalhos que reacenderam o debate que adormecera nos anos 1960.

Anteriormente destacamos como essas pesquisadoras se posicionavam com relação à datação de Estrabão e da sua *Geografia*. O que pretendemos agora é mostrar quais os usos que elas fazem dessa reformulação que propõem.

Sarah Pothecary trabalha atualmente em um projeto de uma nova tradução de Estrabão para o inglês[43]. Como vimos, é talvez a mais radical em propor uma revisão da datação de Estrabão e da *Geografia*. Quase toda sua produção estivera voltada para este fim. Ela possui inclusive um trabalho muito interessante, *"Strabo, the geographer: his name and its meaning"* (1999), no qual busca relacionar as autorreferências de Estrabão na *Geografia* com referências onomásticas da Antiguidade com o objetivo de encontrar o Estrabão real, e não somente o das autorreferências[44]. O primeiro trabalho dela, entretanto, fora sua tese de

---

[40] Sobre Estrabão denominar sua própria obra como sendo um trabalho monumental, uma kolossourgia, ver POTHECARY, **Kolossourgia: "A colossal statue of a work"**, em DUECK, LINDSAY e POTHECARY, **Strabo's Cultural Geography. The making of a kolossourgia.** Nova York: Cambridge University Press, 2005.

[41] Referência ao artigo "In search of the author of Strabo's Geography", 1997.

[42] Este último não será citado por não ter Estrabão como principal fonte de suas pesquisas. Hugh Lindsay trabalha com história da arte do período que nos interessa, mas, entretanto, publicou apenas um artigo nesta coletânea, e não mais trabalhou com a *Geografia*.

[43] http://sarahpothecary.com Consultado em 12 de dezembro de 2012.

[44] Apesar da clareza da escrita e da válida intenção do projeto, o artigo é marcado por inúmeras conjecturas e conjunções condicionais do tipo "Se o nome Estrabão fora dado ao nosso geógrafo por seus pais..." (p. 699), "Se nosso geógrafo adquiriu a cidadania romana em seu direito próprio...". A prospecção

doutorado na Universidade de Toronto, intitulada *"Strabo and the Inhabited World"* (1995). Nele ela começa a esboçar sua proposta de mudança na datação da Geografia por meio do estudo dos termos καθ ἡμας e μικρον πρὸ ἡμων (POTHECARY, 1995, pp. 238-270). E seu grande objetivo é realmente colocar a *Geografia* como um retrato da política e da intelectualidade dos primeiros anos do governo de Tibério. "Muitas das referências de Estrabão são tiberianas, mesmo quando elas se referem a eventos antes do reinado de Tibério" (POTHECARY, 2002, p. 434). Em uma de suas poucas incursões em temas mais gerais relacionados à *Geografia*, ela propõe pensá-la como um documento importante para entender a formação das províncias nos primeiros anos do principado, especialmente sob o governo de Tibério. Ela afirma que, como fonte privilegiada dos acontecimentos recentes, "sua imprecisão acerca das províncias pode ter suas raízes na imprecisão da estrutura provincial neste estágio do desenvolvimento do Império Romano" (POTHECARY, 2005. p. 161).

Indicar Estrabão como um intelectual ativo em meio ao círculo de poder romano é também a intenção de Daniela Dueck. Entretanto, diferente de Pothecary, ela encontra na *Geografia* o resultado de todas as experiências que Estrabão tivera durante suas quatro estadias na Roma augustana. Como dissemos anteriormente, para Daniela Dueck Estrabão não deve ser analisado isoladamente, independente do contexto político ou intelectual, mas sim como um produto destes:

> "Seus trabalhos, seus conteúdos e particularmente sua admiração pelo poder romano podem assim ser considerados não somente como um produto de sua personalidade, mas também como parte do meio social que produz expressões literárias similares. Essa similaridade coloca Estrabão em um contexto social e cultural muito específico de intelectuais gregos e, particularmente historiadores, que usaram tradições e expressões gregas para demonstrar a dominação política romana como eles as testemunharam ao viver em Roma e ao falar com os aristocratas romanos". (DUECK, 2000, p. 144)

Apesar de muito parecida com as abordagens que vimos surgir no pós II Guerra, a novidade na abordagem de Daniela Duek encontra-se, primeiramente, no fato de ela buscar entender as experiências sensoriais que Estrabão deixara transparecer na *Geografia*, por exemplo, quando descrevia as cidades que visitara (DUECK, 2000, p. 24). Ela usa essa percepção para mostrar que o geógrafo estivera em muito mais locais do que se imaginara.

---

onomástica do nome Estrabão é interessantíssima, mas a conexão com as referências que possuímos sobre o geógrafo são muito fracas.

Ademais, diferentemente dos trabalhos anteriores, a caracterização que ela faz deste círculo de intelectuais que rodeavam Augusto e os centros de poder não buscava retratá-lo como um membro ativo da vida política romana, ou mesmo como um propagandista da ideologia de Augusto. Duek afirma que Estrabão opta por "retratar o imperador não só em relação aos seus feitos políticos ou atividades construtivas", mas também cercado de intelectuais da Ásia Menor, pessoas com as quais o próprio Estrabão tivera contato próximo. O geógrafo podia, dessa forma, apresentá-lo como um grande apreciador da cultura grega (DUECK, 2000, p. 99).

Tentar entender qual a relação entre os intelectuais gregos e o poder imperial durante o início do principado parece o mote de Dueck. Comparando com o trabalho de Claude Nicolet, podemos dizer que este último coloca Estrabão em relação direta com Augusto, quase trabalhando ao seu mando, enquanto esta autora propõe que, mesmo tendo o primeiro *Princeps* como referencial, Estrabão escrevera durante Tibério, e assim, sua descrição do mundo – e mesmo de Augusto – seria reflexo desse momento (DUECK, 2000, p. 105-106). Daniela Dueck trabalha superficialmente a ideia de que Tibério era sempre retratado em relação ao seu pai adotivo[45]. A imagem do segundo imperador vinha sempre em relação ao "gigante Augusto". Entretanto, poderíamos dizer que mesmo o engrandecimento dele não era necessariamente o reflexo das *Res Gestae Divi Augusti,* mas sim uma forma que Estrabão encontra de agradar o antigo imperador e seus recém-órfãos apoiadores, e também, ao colocar Tibério no mesmo patamar do divino Augusto, aproveitava para engrandecer o atual governante.

A relação entre Roma e os autores com suas produções também é objeto de estudo de Katherine Clarke. Esta historiadora vai dialogar diretamente com Claude Nicolet quanto à função política da *Geografia*, e vai de encontro à sua proposta de propaganda. Clarke tem em *"Between History and Geography: Hellenistic constructions of the Roman World"* sua obra de maior expressão. Nela o paralelo com a obra de Nicolet é inevitável: qual a relação entre expansão política e obtenção de informações? Entre conquista e conhecimento? Para ela, as "conquistas promovem novas formas de olhar o mundo, e, consequentemente, escrever sobre ele" (CLARKE, 1999, p. 63). Nesse sentido, o mundo helenístico possuía duas tradições de descrição em prosa da *oikoumene*: a Herodoteana e a Tucídideana. A primeira, a mais comum

[45] "Estrabão deliberadamente acentua as similaridades entre os dois (Tibério e Augusto) e o fato de que Tibério estava conscientemente continuando a política e as atitudes de Augusto."

entre os intelectuais desse período, fornecia as bases para um modelo abrangente de história humana (*histoire humaine*) necessário para "reescrever o mundo cada vez que os horizontes mudavam". No livro ela analisa como três autores específicos lidaram com essas duas tradições, em especial a herodoteana: Políbio, Posidônio e Estrabão.

Sobre este último ela começa argumentando que sua obra máxima, a *Geografia*, não era um manual prático que poderia mostrar as distâncias do mundo para os romanos, mas tinha, sim, caráter didático: apresentar as transformações do mundo até o presente a fim de ensiná-los sobre seus inimigos (CLARKE, 1999, p. 204). Para ela, de fato, Roma possui um papel central na *Geografia* de Estrabão. Fosse temporalmente, fosse espacialmente, tudo se movia em direção a Roma. Mas Clarke faz uma observação: o mundo romano da época da produção da *Geografia* não estava mais em expansão, mas sim no que ela chama de equilíbrio geográfico (CLARKE, 1999, p. 217).

A centralidade espacial de Roma se dá, segundo Estrabão, por fatores naturais. Além de ficar em uma posição de controle do Mediterrâneo – também central na *Geografia* – a península Itálica possuía um clima extremamente agradável e uma terra muito fértil. Assim, povo, produtos, ideias, tudo convergia para Roma e para os Imperadores (CLARKE, 1999, pp. 216-220). Entretanto, Clarke identifica na *Geografia* outros centros/espaços concorrentes de Roma, como, por exemplo, o Império Parta. Para o geógrafo, Roma e os Partas eram os dois grandes rivais militares da época de Augusto e a fronteira que os dividia era o rio Eufrates, onde os povos do lado dos Partas estavam todos dominados pelo seu poder (Estrabão 15.3.12). Essa coexistência com este outro centro de poder (majoritariamente militar e político) é menos importante se comparado a outro que Katherine Clarke encontra.

Ao apresentar sua opinião sobre o local e a data da produção da *Geografia*, como já adiantamos, Clarke opta pela análise dos termos καθ ἐμας, traduzindo-o por "no meu tempo". Diferentemente das outras perspectivas, Katherine Clarke afirma que dois terços das vezes em que Estrabão usa a expressão ele se refere aos intelectuais mais ilustres da Ásia Menor (CLARKE, 1999, pp. 242). Com essa constatação a autora conclui que apesar da centralidade reconhecidamente importante da cidade de Roma, para onde fluíam recursos e pessoas de todas as partes do mundo, quando olhávamos para o Estrabão intelectual, poderíamos enxergar um espaço central adicional, e talvez até alternativo a Roma. Essa região seria a Ásia Menor e seu ciclo de intelectuais importantes para a educação dele, Estrabão, e para sua visão de mundo (CLARKE, 1999, pp. 244).

Se espacialmente há a coexistência de vários centros além do romano, temporalmente a *Geografia* também traz questões relevantes. Primeiramente, Estrabão define um arco cronológico literário para uma tradição de escrever as transformações do mundo à qual ele se coloca como membro, tendo Homero como fundador (CLARKE, 1999, pp. 280). Entretanto, apesar deste tempo literário, o passado na *Geografia* de Estrabão tendia sempre a convergir para o presente, assim como, espacialmente, em seu tempo, tudo convergia para Roma.

Apesar de o passado ser diretamente influenciado pelo presente – e um presente dominado pelo Império romano –, cada região do mundo que Estrabão descrevia possuía relação com um momento específico da história da humanidade que este autor achasse relevante. A estrutura temporal de cada parte da *Geografia* dependia de qual período de formação ela estava ligada, ou seja, a história da região começava a partir do momento em que os espaços sofriam alterações significativas (CLARKE, 1999, pp. 299-304).

> "Se a descrição universal fosse simplesmente a soma de todas as partes individuais, a heterogeneidade dos quadros de referência em histórias regionais anteriores não teriam apresentado problema. Como eu argumentei antes, embora o universalismo de Estrabão fosse concebido em termos de unidades discretas, estas eram crucialmente ligadas, não necessariamente umas às outras, mas sim indiretamente através dos seus laços comuns com Roma." (CLARKE, 1999, pp. 330)

Em termos temporais, o mundo da *Geografia* de Estrabão e, consequentemente, aquele que o autor conhecia, era romano. Apesar de romano no nome e no poder político, era um mundo que não podia ser conceitualizado e retratado a não ser que fosse através dos recursos da tradição historiográfica e geográfica helenística. O referencial de Estrabão era a tradição herodoteana de estudar a história humana mais abrangente possível quando procurava retratar novos mundos incorporados após o processo de conquista que vivenciava (CLARKE, 1999, pp. 332-334). No tempo de Estrabão, segundo Katherine Clarke, o passado, por mais que estivesse ligado ao presente, era pensado a partir destes pressupostos. Assim, o mundo que Estrabão descrevia era um mundo em transição, do modelo grego para o romano, mas ainda sem o domínio de nenhuma das partes. Nesse sentido, a *Geografia* e os Comentários Históricos de Estrabão – ainda que este só conhecido a partir de pequenos fragmentos – são fontes importantíssimas desse período de passagem.

Como vimos até aqui nesse grande panorama dos estudos estrabonianos desde o século XIX até os mais recentes, as maneiras de encarar esta fonte são muito distintas e, na maioria das vezes, contraditórias. Usualmente o que se faz em situações desse tipo é apresentar os

autores e elaborar uma crítica relativamente profunda de suas propostas. Entretanto, optamos por uma abordagem que, primeiro, pudesse abranger o maior número possível de especialistas na fonte – uma vez que não há trabalhos dessa natureza disponíveis em português[46]. Segundo, escolhemos um caminho que realçasse essas contradições para mostrar que, por mais especialista e conhecedor da fonte que seja o pesquisador, ele é obrigado a fazer escolhas, e essas escolhas, em função do material disponível em nossos dias, nos posicionam dentro de linhas de abordagem.

Não sendo um especialista em língua grega, não poderia discutir a fundo os trabalhos que fazem uso de análises filológicas. Contudo, a partir dos debates apresentados nos capítulos anteriores, podemos, sim, fazer nossas escolhas a partir de pressupostos teóricos e metodológicos que nos sejam úteis para pensar as questões que nos propusemos no inicio deste trabalho. Ou seja, pensando em discutir o tema da romanização em dois espaços específicos, a península Ibérica e a Gália, as abordagens de Thollard – pela natureza metodológica e pela escolha das fontes – e de Nicolet – pois nos parece que serve para justificar a fala de Buchsenschutz do começo do capítulo, e que queremos combater, além de fazer referência direta à questão da romanização – são as que gostaríamos de ter em mente para discutir nas próximas etapas.

Por outro lado, estamos inclinados a adotar algumas das proposições das autoras mais contemporâneas. A datação de Pothecary nos parece a mais coerente, e pensar Estrabão escrevendo – em Roma ou em qualquer outro lugar – após ter vivenciado uma série de experiências e poder ter lido e viajado por várias regiões do mundo, torna-o ainda mais interessante. A aproximação que Daniela Dueck faz entre Estrabão, suas fontes e mestres, e a aristocracia dirigente romana, além de colocá-lo como um autor dos tempos de Tibério pensando a partir de pressupostos de Augusto, fornece uma margem muito grande e rica de opções para se discutir a relação entre Estrabão e a política do período – em oposição à restrição que o trabalho de Nicolet impõe. E, por fim, a pulverização de uma *Geografia* romanocêntrica que Katherine Clarke brilhantemente delineia será essencial para nosso trabalho. Sem retirar em nenhum momento a importância de Roma para o período estudado,

---

[46] É importante mencionar aqui a dissertação de mestrado de Fabiana Zuliani, defendida em 1999 sob orientação do Professor Dr. Norberto Guarinello, sob o título **Passado e presente em Estrabão: as estruturas espaço-temporais da Geografia e suas relações com o Império Romano**. O problema desta tese é a sua desatualização com relação aos debates mais recentes, mesmo esses que começaram a ser escritos nos anos 1990. Entretanto, trata-se de um belo trabalho de pesquisa, ainda que diferente do nosso foco.

ela abre um leque enorme de opções de abordagem com as suas propostas de espaços centrais coexistindo em harmonia e relação direta, além da tese de Estrabão como uma testemunha privilegiada de um momento único: a transição, ainda sem marcas definitivas, do mundo visto por olhos gregos para outro admirado por olhos romanos.

3.2 – DA OBRA.

3.2.1 – A TRADIÇÃO MANUSCRITA E OS FRAGMENTOS DA *GEOGRAFIA*:

A versão moderna que temos da *Geografia* de Estrabão é o resultado de mais de duzentos anos de estudos de três principais conjuntos de documentos: a tradição de manuscritos, fragmentos de papiros datados do século II e III e palimpsesto Π do século V.

A tradição manuscrita é toda ela baseada em conjuntos de textos de origem bizantina. Lasserre e Aujac propõem a existência de duas tradições de manuscritos da *Geografia* que teriam se desenvolvido de forma paralela. Uma que se referia à obra como Γεωγραφικά, vinda provavelmente do Léxico de Pânfilo de Alexandria (século I d.C) e que teria fornecido este nome aos manuscritos bizantinos. E outra, que usava Γεωγραφούμενα como título da obra de Estrabão, apenas encontrada em referências esparsas até o século V, como em trechos da gramática de Ateneu (século II ou III), e nas interpolações de Harpocratião e Apolônio (LASSERRE; AUJAC, 1969. p. XLIX). Daquela primeira os especialistas acreditam conseguir rastrear um arquétipo conhecido como Ω, que dataria da passagem do século V para o VI, e teria dado origem a dois hiparquétipos, ambos dos escolastas Fócio I de Constantinópla e Aretas de Cesaréia. Datando de entre o final do século XI e início do X, são os manuscritos que vão dar origem a toda a tradição medieval de cópia da *Geografia* (DILLER, 1975, p. 20-30)[47].

[47] Para maiores detalhes sobre a tradição manuscrita ver DILLER, **The textual tradition of Strabo's Geography**, Amsterdã, 1975; e LASSERRE e AUJAC, **Introduction Générale**, Tome I. Paris, 1969. O primeiro apresenta uma lista muito completa de cada Codex disponível, desde os medievais até os

Apreende-se desta documentação que, por algum motivo, após a sua publicação, a *Geografia* de Estrabão ficou restrita ao oriente do mar Mediterrâneo. Há aqueles que usem essa constatação para justificar o porquê Estrabão fora pouco citado após o século I, procurando associar esse fato ao seu local de produção – nessa perspectiva, Estrabão teria escrito o texto em Amasia, ou alguma cidade da Ásia Menor, e por lá seu trabalho permaneceu. Daniela Dueck desconstrói esse argumento lembrando que não há nada que impeça alguém de ter lido a *Geografia* no Ocidente, em Roma, por exemplo, e não tê-la citado por opção, não por desconhecimento (DUECK, 2000, p. 149).

Até meados do século XIX, os manuscritos eram as únicas referências disponíveis para a *Geografia* de Estrabão. Em 1875, no entanto, por baixo de uma camada do Pentateuco, em um pergaminho provavelmente do século V, encontrou-se o chamado palimpsesto Π, que continha trechos de alguns livros da *Geografia* (DILLER, 1975, p. 20). Mas a versão mais antiga que possuímos do texto da *Geografia* são fragmentos de um papiro egípcio (P. Oxy 3447) datado do século II e III (DUECK, 2000, p. 145).

3.2.2 – APRESENTAÇÃO GERAL DA OBRA E DOS LIVROS.

As versões modernas da *Geografia* são dividas em 17 livros, como apresentamos no início do capítulo. E essa divisão é provavelmente a que Estrabão propôs, uma vez que, segundo Daniela Dueck, a estrutura descritiva tem uma lógica própria com momentos de resumo e síntese da parte anteriormente relatada. Além disso, Estrabão possui um claro projeto de identificar a cada conjunto de livros um espaço geográfico bem delimitado. À exceção dos livros I e II, todos os outros são compostos por descrições mais ou menos detalhadas dos aspectos físicos e antropológicos de todo o mundo conhecido e habitado – a *oikoumene*. É interessante notar que a estrutura geral da obra possui como referencial o mar

---

produzidos no Renascimento, antes do fim desta tradição com a produção impressa. O segundo apresenta um quadro mais genérico dos mesmos Codex, entretanto, traz como apêndice um Stemma muito elucidativo na página LXXXI.

Mediterrâneo, uma vez que suas margens servem de linha mestra que conduz e determina a direção da descrição[48].

Há duas propostas de organização interna dos livros, a mais antiga sendo a da versão parisiense feita em 1620 por Causabon, que não separa o texto em seções, mas sim a numeração de suas páginas é utilizada para localizar determinado trecho – normalmente indica-se com uma letra C maiúscula acompanhada do número da página se pretendemos citar um trecho desta versão. A divisão em capítulos e seções originou-se em 1763, na edição de Bréquingny. Ela tem sido a mais utilizada nos últimos anos por conta da sua praticidade[49], uma vez que cada citação vem acompanhada de três números em sequência, representando, respectivamente, o livro, o capítulo e a seção. Por exemplo, em 1.3.22 estamos lidando com a seção 22 do capítulo 3 do livro 1.

Há três grandes traduções da *Geografia*: a mais difundida, em inglês, de H. L. Jones, foi publicada pela Loeb Classical Library (1912-1932); uma raramente encontrada, de Hamilton e Falconer (1903-1906), a primeira tradução completa da obra para o inglês; e finalmente, a tradução francesa da *Belles Letrres,* de François Lasserre (1966). Em português há uma tradução comentada do livro III de José Cardoso (1994). Em espanhol há outras duas: a recente publicação pertencente à coleção da Biblioteca Clásica Gredos, de autoria de Maria José Meana Cubero e Félix Piñero (1992); assim como uma tradução exclusiva do Livro III, de García y Bellido, intitulada *España y los españoles hace dos mil años según la geografía de Strabon*, composta por tradução seguida de comentários.[50] Esta última, no entanto, parece bastante imprecisa, pois, sempre que possível, o tradutor procurava utilizar palavras e expressões que enaltecem determinadas características das populações locais, algumas vezes dando a impressão de que seria Estrabão quem as exaltava.

---

[48] Tende-se a associar essa centralidade do mar à tradição dos périplos neste período – que seguem a orientação de oeste para leste sempre tendo o mar como referência. Entretanto, como veremos na análise dos livros III e IV mais adiante, se essa constatação vale para a ordenação dos livros, ela não se aplica à lógica interna dos livros, uma vez que nenhuma das duas descrições é submetida à estrutura do périplo.

[49] Optamos por essa forma de numeração, uma vez que é a mais utilizada, principalmente nas duas traduções que foram utilizadas para esta dissertação, quais sejam, a francesa da Les Belles Lettres e a Inglesa da Loeb.

[50] Para comentários sobre outras traduções, consultar o artigo "Editions of Strabo's *Geography*", no *site* http://web.archive.org/web/20070313201041/http://members.aol.com/spothecary/editions.html.

Dentre os dezessete livros da *Geografia* de Estrabão escolhemos dois, o III e o IV. São eles os livros que o geógrafo usa para descrever as regiões da Península Ibérica e as da Gália, respectivamente. Dito isso, e feitas as apresentações de tudo aquilo que diz respeito à documentação que envolve nosso objeto, entraremos agora na penúltima parte deste capítulo. Nela faremos uma análise pormenorizada da estrutura e do conteúdo destes dois livros. E uma vez que tivermos alguns resultados em mãos, ainda que parciais, dialogaremos com os temas que foram apresentados nessa dissertação, e debateremos com autores outrora citados.

3-3 – A ANÁLISE.

Como frisamos anteriormente, nosso objetivo nessa etapa é compreender os mecanismos de construção da descrição que operam dentro dos livros III e IV da *Geografia* de Estrabão. Projetamos, para tanto, uma metodologia que será aplicada, individualmente, a cada um dos referidos livros. Para este procedimento concebemos a análise de cada um deles em duas etapas distintas, mas complementares: começaremos por uma análise estrutural do capítulo, procurando entender sua organização interna e geral, isto é, como o autor apresenta cada parte da região estudada? Como elas se relacionam entre si? Qual o papel de cada uma delas na descrição. Assim, cada uma das regiões do livro III (Turdetânia, Lusitânia, Costa Mediterrânica e Interior e as Ilhas) e do IV (Narbonense, Aquitânia, Lugdunense, Belgica, Bretanha e os Alpes) serão minuciosamente estudadas dentro da lógica descritiva de Estrabão.

A essa etapa da análise adicionaremos a exposição de um gráfico que desenvolvemos, procurando entender também de forma quantitativa, como Estrabão estrutura seus livros. O acréscimo de uma série de dados quantitativos à análise da estrutura visa a tornar mais segura e forte nossa argumentação, mas, também, desta análise quantitativa nascerá a segunda etapa do método de análise que desenvolvemos.

Do gráfico, apreenderemos que Estrabão se debruça com mais cuidado sobre as regiões litorâneas, locais em que as cidades são mais antigas, e há mais tempo transformam as regiões. Dessa constatação poderemos partir para uma breve análise do discurso que parta da localização e catalogação dos usos relativos à palavra πολιτικός e seus derivados.

Buscaremos localizar onde estes termos aparecem nestes dois livros e em alguns outros que possam eventualmente nos ajudar a formar um quadro mais exato dos vários usos possíveis. Essa última etapa é pensada em comunhão com as várias traduções oferecidas para estes termos – que, na maioria das vezes, não seguem um padrão definido.

Esperamos poder, no final dessa análise, dialogar com algumas questões centrais em nossa dissertação. O principal alvo, como ficou claro no capítulo 1, é refletir acerca do processo conhecido como Romanização. Será que essa obra, muitas vezes tida como propagandista do discurso de um imperador, pode indicar algum caminho para se repensar o uso deste conceito? Sendo duas regiões de povos bárbaros, quais serão as semelhanças e as diferenças entre a Gália e a Península Ibérica? E qual o papel de Roma na narrativa/descrição de Estrabão?

3.3.1 - DA IBÉRIA

A Ibéria (ἡ Ιβηρία) é o nome que Estrabão usa para designar a península que fica a oeste dos Pirineus – que para este autor tem sentido de norte para sul e funciona como fronteira entre a Ibéria e a Céltica – e é circundada pelo oceano e pelo mar Mediterrâneo (ἡμας θαλαττα, "nosso mar"). O livro III da *Geografia* – o primeiro dos quinze que compõem a descrição – é composto por cinco capítulos – se levarmos em consideração a divisão de Bréquingny. Entretanto, Estrabão propõe a divisão dessa região em quatro espaços distintos: Turdetânia, Lusitânia, Costa Mediterrânica e seu interior e as Ilhas. A proporção entre as duas divisões é de um capítulo para cada um dos espaços, com exceção da Turdetânia, que é descrita nos dois primeiros capítulos[51].

[51] Deixemos claro que, caso não houvesse a divisão numérica dos capítulos, a análise ainda assim poderia se estruturar da mesma maneira, pois, Estrabão deixa evidente quando uma descrição termina e quando outra começa – e isso mesmo fez com que Bréquingny propusesse a divisão em seções juntamente com os capítulos.

TURDETÂNIA.

O capítulo 1 é dividido em nove partes, sendo que as três primeiras são destinadas a apresentar o livro III de forma mais genérica, com uma descrição geral dos limites da península, tal qual a formação de um quadro universal para esta. Estrabão afirma que a península é a região mais oeste da *oikoumene*, e que possui basicamente um norte frio e inóspito, montanhoso e com solo pobre; e um sul bastante fértil (Estrabão 3.1.3).

O restante do capítulo é dedicado a descrever, em detalhes, a Turdetânia. Começando pela caracterização do litoral, Estrabão apresenta os limites desse espaço (litoral da Turdetânia) como sendo a oeste o Cabo Sagrado, e a leste os Pilares de Hércules – sendo a cidade de Calpe, a "antiga e importante estação naval dos Íberos" (3.1.7), a última antes da Oretania – que separa a Turdetânia do litoral mediterrânico.

Este espaço é abastecido pelos dois maiores rios da península, segundo Estrabão: o Anás (Guadiana) e o Baetis (Guadalquivir). A importância deste último faz com que alguns chamem a região de Baetica, enquanto outros preferem Turdetania por conta do povo que ocupa a região, os Turdetanos, que Estrabão classifica como os mais sábios da Ibéria, pois possuíam um alfabeto próprio com o qual podiam registrar suas histórias antigas, poemas e leis (Estrabão 3.1.6).

A descrição começa com apresentação de algumas histórias que Artemidoro – uma testemunha ocular segundo Estrabão – colhera quando estivera no Cabo Sagrado, o ponto mais ocidental, segundo Artemidoro (Estrabão 3.1.4). Posidônio – outra testemunha ocular utilizada pelo geógrafo – serve de fonte para que Estrabão possa negar as histórias sobre o local – tais como a lenda de que o sol faz barulho ao tocar nas águas do Mar (Estrabão 3.1.5). Tomando este ponto mais a oeste como referência, Estrabão apresenta os rios que formam e abastecem a região, detalhando os seus cursos. Ele também afirma que entre o rio Tagus (Tejo) e o Anás (a fronteira setentrional da Turdetânia) encontramos alguns Lusitanos e celtas que os romanos assentaram próximos à margem do primeiro rio, estando, portanto, fora da Turdetânia.

Nas partes 3.1.7, 3.1.8 e 3.1.9 o litoral entre o Cabo e os Pilares de Hércules é descrito. A costa é uma região rica na produção de peixe salgado e em entrepostos comerciais, como Menlaria (Μενλαρία) e Belon (Βελὼν). Há ainda a cidade de Gades (Cádiz, Γαδειρα),

cidade extremamente rica, mas que fica em uma ilha afastada do continente (Estrabão 3.1.8) – as ilhas serão tratadas com mais detalhes no capítulo cinco. Ao finalizar o primeiro capítulo, Estrabão apresenta o restante do litoral, na direção sul (Pilares) – noroeste (Cabo Sagrado), destacando o porto e o templo de Menesteus, os estuários de Asta e Nabrisa – duas cidades importantes do litoral –, além da cidade de Ebura e o santuário de Fósforo (Φωσφόρου) – Artêmis (Estrabão 3.1.9).

Surge, assim, um quadro que aponta para o comércio como principal meio de produção de riqueza na região costeira. O contato com o norte da África é apontado por meio de uma intervenção romana, quando esta transpôs a cidade de Belon das vizinhanças da Tingis (Tanger) para a península, mandando colonos e mudando o nome dela para Julia Ioza (Estrabão 3.1.8). E, à exceção de Gades, não é mencionada relação direta entre as cidades do litoral e Roma.

O capítulo 2 também é dedicado à Turdetânia, entretanto, a narrativa agora se desloca para o interior. Estrabão começa (Estrabão 3.2.1) apresentando as fronteiras internas da Turdetânia, que são a oeste e a norte: o rio Anas; a leste: a Carpetânia e a Oretânia; e ao sul sua própria costa. Ele usa a palavra χώρας para diferenciar esse espaço do litoral, e afirma que juntos possuem mais de duzentas cidades (Estrabão 3.2.1). As maiores estão, segundo o autor, localizadas nas margens dos rios, nos estuários ou próximas ao mar. As mais importantes são Corduba (Interior ou χώρας) – fundada por Marco Cláudio Marcelo (século II a.C) segundo o geógrafo – e a cidade (πολις) de Gades. Esta última é considerada importante por conta do comércio e do contato com os romanos, já aquela primeira em função da qualidade do seu solo e por ter sido a primeira colônia dos romanos.

Há ainda a menção à cidade de Hispalis, importante colônia romana (no χώρας, na margem do rio Baetis) e centro comercial de toda Turdetânia. Estrabão nomeia uma série de outras cidades que são importantes devido à sua proximidade com o rio Baetis – central para a organização espacial dessa região. Acontecimentos relacionados a Roma aparecem para historicizar o interior, pois a maioria das cidades que Estrabão lista foram palco das derrotas de Pompeu na guerra contra César (Estrabão 3.2.2).

Há todo um trecho dedicado aos rios Anás e Baetis, e este último exerce importante papel de navegação e contato na região. Além de torná-la "a mais fértil do mundo" (Estrabão

3.1.6), o Baetis é um facilitador natural que conecta o litoral especialista em navegação e comércio ao interior rico em minérios (Estrabão 3.2.3).

Para o geógrafo, é exatamente isso que transforma a Turdetânia em uma região tão rica: sua fácil locomoção e a possibilidade de produzir produtos na terra e/ou retirá-los das montanhas para exportá-los facilmente. Estrabão vai dizer que fora essa riqueza que atraíra primeiro os Fenícios para lá – e o autor frisa que eles ainda habitavam a região em seus dias (Estrabão 3.2.13). Essa riqueza fora outrora conhecida por Homero, que ouvira relatos de um povo riquíssimo chamado Tartessos ocupando a região (3.2.13). Homero também era a fonte de Estrabão para saber que Hércules lá estivera, e que uma série de coincidências entre os relatos de Odisseu e nomes da região o levavam a acreditar que este último também a visitara (3.2.13). Os fenícios eram os informantes de Homero, segundo Estrabão, uma vez que já haviam se instalado na região muito antes dos gregos saberem de sua existência, e de lá só saíram expulsos pelos romanos, na guerra contra os Bárcidas – que invadiram a Turdetânia em busca de metais preciosos[52]. As últimas três seções, assim, formam o bloco que apresenta o passado greco-fenício, contado por Homero, uma fonte respeitada e defendida por Estrabão.

Em termos gerais, podemos dizer que há uma clara separação entre Litoral e Interior, e uma especialização de cada um deles. Dessa forma, Estrabão constrói a descrição de maneira que aquilo que a torna única e diferente do resto da Ibéria é, primeiro, a existência destas duas formas de riqueza combinadas e, segundo, graças aos rios que promovem o contato entre elas (3.2.8).

Mas antes de terminar o segundo capítulo e a descrição da Turdetânia, vejamos como Estrabão apresenta o presente em sua última seção[53]:

> "Junto à afortunada porção de seu interior, a gentileza (τὸ ἡμερον) e a civilidade (τὸ πολιτικον) vieram aos turdetanos"... "E os Turdetanos, entretanto, e particularmente aqueles que vivem às margens do Baetis, têm mudado completamente para o modo de vida dos romanos... E a maioria deles tornou-se Latinos, recebendo vários romanos como colonos" (3.2.15).

---

[52] Aqui as fontes de Estrabão são Anacreonte e Heródoto.

[53] Trata-se de um dos trechos mais citados da *Geografia.*

Nesta citação fica clara a intervenção romana na região. Entretanto, após estruturar todo o capítulo em uma oposição entre litoral e interior, Estrabão faz questão de frisar que particularmente um grupo adotara o modo de vida dos romanos, e eram os que viviam às margens do Baetis, que, dentro da narrativa, têm função principal de mediar a relação entre o litoral e as montanhas produtoras de metais preciosos.

Atentemos também para a generalização que Estrabão faz na primeira parte do relato, de que todos turdetanos eram civilizados (πολιτικοὺς) (Estrabão 3.1.6).

Retomando a estrutura organizativa do capítulo 1, poderemos ver que os romanos estão muito mais presentes na descrição do interior do que do litoral. Entretanto, a presença de fenícios e gregos é marcada, em menor grau, é verdade, em ambos os espaços – seja na presença efetiva fundando cidades no litoral, seja como parte da história da região. Se tomarmos como exemplo cidades como Nabrissa, Onoba, Ossonoba e Maenoba – que Estrabão coloca como cidades importantes do litoral (3.2.5) –, e aceitá-las com fundações fenícias – povo este que Estrabão também considera como civilizado (πολιτικοὺς) – teremos que, apesar da ação efetiva de Roma nas transformações recentes do interior, o fato de a região da Turdetânia ter se tornado civilizada (τὸ πολιτικον) e gentil (τὸ ἡμερον), no litoral ou no interior, não é fruto exclusivo de seus esforços.

LUSITÂNIA.

O terceiro capítulo trata da Lusitânia, região ao norte do rio Tagus (Tejo), que possui como fronteiras a oeste e ao norte o oceano e a leste a Celibéria (Estrabão 3.3.3). Ao sul, como dissemos, está a região entre o Tagus e o Anás. Apesar de também possuir um litoral, a descrição da Lusitânia se orienta pelos rios. Aqui também Estrabão dedica um trecho inteiro para ressaltar a importância dos rios como promotores de contato dentro e fora das regiões que ele divide (Estrabão 3.3.4).

Na primeira seção do capítulo, o rio Tagus é o elemento central. Estrabão mostra o quão importante ele foi à conquista dessa região pelos romanos, pois, seguindo seu curso, D. Junius Bruto, o Galaico, pode derrotar os Galaicos (καλλαικοι) (Estrabão 3.3.1). Este fora o povo que os romanos levaram mais tempo para derrotar (Estrabão 3.3.2). E por conta de sua

bravura, no tempo de Estrabão, ainda quase todos os povos da Lusitânia levavam seu nome como alcunha. Estrabão localiza ao norte do Anás uma série de cordilheiras que separam, segundo ele, o litoral e o rio Tagus da região central da península, que hoje nós chamamos de Meseta Central. Nessas montanhas viveram além dos Galaicos (καλλαικοι), os povos Oretanos (Ωρητανοι), Carpetanos (Καρπητανοι), Vetões (Οὐέττωνες) e Váceos (Οὐακκαιοι) (Estrabão 3.3.2). Todos eles ocupavam regiões que iam das montanhas até próximos do mar ou dos rios da região, preenchendo todo espaço disponível. No extremo norte vivem os Artábros (Ἀρταβρους), também um povo que costumava viver nas montanhas. Segundo Estrabão, estes últimos teriam origem celta (Estrabão 3.3.5).

A região entre o oceano e as montanhas, segundo Estrabão, era ocupada por mais de trinta tribos (ἔθνη). No passado, essas tribos costumavam brigar entre si, e as das montanhas atacavam aquelas das planícies (Estrabão 3.3.5). Os romanos intervieram e acabaram com as guerras reduzindo o seu grande número de cidades (πολις) para meras vilas (κωμας), embora tivessem melhorado algumas delas com o envio de alguns colonos (Estrabão 3.3.5).

Estrabão unifica todos esses povos sob um único substantivo, Lusitanos (Λυσιτανούς), e os descreve como um só ente (Estrabão 3.3.6). Eram belicosos e levou muito tempo para serem derrotados pelos romanos. Faziam sacrifícios humanos de seus inimigos. Lutavam em emboscadas. Ainda neste trecho, Estrabão apresenta as características físicas desse grupo.

Demonstrando que ainda havia grupos de pessoas morando nas montanhas, na seção 3.3.7, Estrabão apresenta todas as características que os tornam selvagens aos seus olhos. Entre estas estão: levam uma vida simples, bebem água e não vinho, dormem no chão, usam cabelos compridos como mulheres, seus doentes ficam nas ruas à espera de alguém para ajudar, etc. Estrabão ressalta ainda que, com a chegada de D. Junius Bruto, deixaram de utilizar uma forma rudimentar de transporte fluvial feita de couro, e nem mesmo se viam mais canoas no presente (Estrabão 3.3.7).

O geógrafo cria, nos parece, duas categorias de povos. Embora fossem divididos em várias tribos que viviam em constantes brigas e desordem, podemos dizer que havia aqueles das planícies, com suas características belicosas, mas que não apresentavam características exóticas o suficiente para que Estrabão se preocupasse em descrevê-los com tamanho grau de detalhamento, bastando dizer que viviam em cidades que foram destruídas e substituídas por

levas de colonos romanos. E aqueles que, na oitava e última seção, Estrabão vai chamar de selvagens (ἀγριωδες), pois perderam seus instintos de sociabilidade (τὸ κοινωνικον) e humanidade (τὸ φιλανθρωπον) por conta do afastamento e isolamento do resto do mundo (Estrabão 3.3.8). No final deste trecho, Estrabão dá nomes aos responsáveis por levar a paz e a civilidade para esses povos: Augusto e Tibério com seus exércitos, cada um em um momento distinto.

Neste capítulo a principal orientação é da planície para a montanha, ainda que não haja muita diferença entre os povos que habitam esses dois espaços, pois sua falta de organização e sua desordem os levavam a viver em guerras constantes que acabaram por fazê-los dominados pelos romanos.

COSTA MEDITERRÂNICA E INTERIOR.

Ao capítulo 4 resta descrever toda a região a leste das colunas de Hércules, qual seja, toda a costa mediterrânica da península, além da sua região imediatamente ao interior. Se nos capítulos 1 e 2 acontece uma alternância na descrição do litoral e do interior – conectados pelos dois rios –, demonstrando grande interação entre ambos, no capítulo quatro há diferenças muito bem marcadas. Fisicamente há duas cadeias de montanhas que separam litoral e interior – Estrabão as chama Idubeda e Orospeda[54]. E a organização do capítulo não deixa dúvidas de que há pouquíssimo contato entre esses dois espaços, como veremos.

Da parte 3.4.1 até a 3.4.10 Estrabão descreve todo o litoral mediterrânico entre os Pilares de Hércules e os Pirineus. Este espaço é repleto de portos – especialmente a costa entre a cidade de Terraco e os Pirineus – e cidades importantes, como Malaca, Cartago Nova, Terraco, Sagunto e Empório. A foz do rio Iberus (Ebro) – que deságua no Mediterrâneo – concentra o maior número de portos, principalmente por conta da possibilidade de utilizar o rio como contato com o interior – ainda que este interior seja "limitado", como veremos a seguir.

[54] A primeira seguia o sentido da costa saindo das imediações dos Pilares de Hércules rumando para o noroeste. A outra no sentido Norte-Sul acompanhava o traçado do rio Ebro (Ιβηρος)

Podemos destacar aqui a primeira diferença deste espaço com relação à Turdetânia e à Lusitânia: o rio Iberus é muito pouco citado como conector entre litoral e interior. O vale do Iberus (Ebro), entre a Orospeda e os Pirineus, serve de porta de entrada para a península vindo da Céltica (Gália) – tanto que Estrabão cita uma grande estrada que liga essa passagem a Gades, passando primeiro pelo interior e depois rumando para o litoral (Estrabão 3.4.10). Entretanto, Estrabão rapidamente cita a presença da cidade de Cesaraugusta e sua colônia Celsa, coexistindo com várias tribos (εθνων) e cidades que foram palco das guerras entre César e Pompeu (Estrabão 3.4.10). Podemos afirmar que esse espaço do vale do Iberus é uma continuação do litoral, e está isolado do restante da península, assim como a costa.

A costa mediterrânica da Ibéria de Estrabão é toda ela de origem grega ou fenícia. Terraco é a exceção. As sete primeiras seções do capítulo 4 são dedicadas a descrever a costa – local de moradia de Bástulos e Oretões – no sentido Sul-Nordeste / Pilares de Hércules-Pirineus. Começando pelas cidades de Malaca – importante cidade comercial com "características fenícias (φοινικικη πολεως)" e conhecida por ser exportadora de peixe salgado para o povo Nomade (Νομασι) do norte da África (Estrabão 3.4.2) – e Abdera – também uma cidade fenícia (φοινικικη πολεως) –, Estrabão fala da existência de uma outra chamada Odisseia (Ὀδύσσεια) (Estrabão 3.4.3). Estas três primeiras seções são baseadas completamente em relatos gregos sobre as viagens homéricas. Para confirmar a existência de uma cidade que levava o nome do herói da Odisseia, Estrabão cita Artemidoro, Posidônio e Asclepiades de Mirlea como fontes dessa informação. O geógrafo não se contenta em apenas mostrar que Homero ajuda a entender as ondas migratórias para essa parte do globo, mas também afirma que não são meras coincidências suas descrições combinarem com as informações encontradas nos textos do poeta. Para Estrabão os escritos de Homero eram muito mais que mero entretenimento, e deveriam ser, sim, utilizados como fonte histórica e geográfica em trabalhos com o dele (Estrabão 3.4.4)[55].

Estrabão aproveita para explicar o porquê de as nações bárbaras (τα βαρβαρα ἔθνη) terem sido facilmente derrotadas pelos gregos: porque seu modo de vida as impediu de formar confederações, de unir escudos contra todas as forças que as

[55] Estrabão apresenta uma defesa mais contundente deste uso nos livros I e II. Sobre o uso de Homero como fonte de Estrabão, ver DUECK, D. **Strabo and the greek tradition**. in DUECK, D. **Strabo of Amasia: s greek mano of letters in Augustan Rome**. London, Routledge, 2000.

ameaçaram (cartagineses, tírios, celtas, as brigadas de Viriato e Sertório) (Estrabão 3.4.5). Mesmo assim, o geógrafo salienta que os romanos levaram mais de duzentos anos para vencê-los completamente.

Cartago Nova (Καρχηδων ἡ Νέα) é a cidade mais importante deste litoral mediterrânico (Estrabão 3.4.6). O maior importador e exportador da região, produz também peixe salgado e prata. Próximas a ela estão três colônias de massiliotas, que possuem bons portos e ficam próximas a jazidas de ferro. Dessa forma, com a apresentação de Sagunto, a descrição de Estrabão chega à foz do Iberus (Estrabão 3.4.6)

Entre ela e os Pirineus sobra uma boa porção de terra onde encontramos como principais portos e cidades a já citada Terraco e Empório. Nesse espaço há mais portos do que em todo o resto da costa, e as suas terras também são mais férteis. Empório é a maior cidade e possui mais terras férteis para si. Aqui Estrabão apresenta a curiosa história da cidade dos Indicetanos, que, em nome de mais proteção, no passado, unira seus muros a Empório, formando uma dipolis (Estrabão 3.4.7 e 3.4.8). Empório é conhecida pela sua produção de linho. A região possui uma grande estrada que leva dos Pirineus até o extremo oeste da península. Nesse ponto, Estrabão faz a sua descrição de Cesaraugusta, que abriu nossa exposição.

No trecho 3.4.11 Estrabão descreve as duas cadeias montanhosas que ele considera importantes para o local. Após esse relato, o litoral volta a ser citado pouquíssimas vezes, e o contato entre ele e o interior é quase nulo. Este trecho de exposição de posicionamento e disposição das montanhas provoca uma ruptura na descrição, que passa para o interior e os seus povos.

Lar de uma grande variedade de povos, como, Edetanos (Εδητανων), Bastetanos (Βαστητανων), Oretanos (Ορητανοί), Vetões (Οὐεττώνων) (Estrabão 3.4.12), na Celtibéria (Κελτιβηρία) – nome que Estrabão designa para essa parte – também encontramos tribos daqueles outros povos citados na Lusitânia, tais como Ástures (Ἀστύρων), Galaicos (Καλλαικων) e Váceos (Οὐακκαίων) (3.4.12). Numância é a cidade que mais se destaca no interior, por conta da grande batalha travada contra os romanos (Estrabão 3.4.13). Têm uma produção fraca de produtos ligados à caça – peles de castor – e à domesticação de cavalos. Por outro lado, o litoral é grande produtor de azeite, vinho e figos – e essa é a sua única citação depois do começo da descrição da Celtibéria – (Estrabão 3.4.16).

Os povos dessa região possuem uma forma específica de lutar, que envolve emboscadas e arqueiros a cavalos (Estrabão 3.4.15 e 3.4.18). São conhecidos pela sua insensibilidade – mães que matam os filhos para não os deixar como cativos –, seus sacrifícios e pela bravura das mulheres (Estrabão 3.4.17). Essa questão da importância das mulheres é um aspecto interessante, pois Estrabão vai dizer que "esses costumes indicam certo grau de selvageria (ἀγριότετός)", pois sua sociedade baseada no domínio da mulher não traz, "de forma alguma, uma marca de civilização (πολιτικον)" (Estrabão 3.4.18).

A ausência de marcas de civilização / civilidade (πολιτικον) entre esses povos serve também para Estrabão corrigir Polibio quando este afirma existir mais de 300 polis na região:

> "os modos de vida e as atividades dos habitantes da Ibéria (exceto aqueles do litoral do mediterrâneo) não sugerem a existência de muitas cidades; uma vez que aqueles que vivem em vilas são selvagens (e estes são a maior parte dos Íberos), nem mesmo as cidades conseguem facilmente domar (ἡμερουσιν) seus habitantes, quando estas são superadas em número pela gente que vive nas florestas com a intenção de causar danos à sua vizinhança." (Estrabão 3.4.13)

Nem mesmo as cidades – fossem elas de quaisquer povos – salvam. Entretanto, Estrabão termina seu relato (Estrabão 3.4.19 e 3.4.20) afirmando que os romanos possuem domínio completo sobre essas regiões. A Baetica/Aquitânia pertence ao povo (Senado), enquanto todas as outras regiões são propriedades dos Imperadores. O poder é garantido pela presença de algumas legiões, principalmente no norte. Segundo Estrabão, em seu tempo, os romanos governavam os povos de Toga, desde o litoral até o interior, em nome do imperador. No entanto, como fica claro na construção da narrativa, nem sempre fora assim.

Interessante notar também que, antes de fechar o capítulo anunciando a forte presença romana no presente, Estrabão reserva uma parte para discutir a nomenclatura deste espaço. E ao fazê-lo, lembrando que os antigos chamavam de Ibéria apenas a região do rio Iberus (Ebro), Estrabão anuncia o nome latino para a região: Hispania. Entretanto, ele desacredita essa nomenclatura ao dizer que os romanos nunca definiram muito bem o que eles entendiam por Hispania. Estrabão diz que eles preferiam dividi-la em duas: Ulterior e Citerior. Mas esses nomes também foram ignorados por Estrabão, pois serviam mais aos interesses administrativos dos romanos – "e eles as mudavam sempre que sentissem necessidade" (Estrabão 3.4.19). O geógrafo aproveita este trecho para expor o fato de nenhum autor latino produzir conhecimento novo e relevante sobre essa divisão. Os intelectuais de língua latina

não faziam mais do que "copiar ou preencher os vazios deixados pelos gregos". Sendo assim, Estrabão não via razão para utilizá-los (Estrabão 3.4.19).

ILHAS.

O último capítulo apresenta as ilhas que circundam a Península Ibérica. Ele é dividido em onze seções, e destas, oito são dedicadas a uma única ilha: Gades.

As ilhas mediterrânicas Pityussae (Ibiza) e Gymnesiae (Baleares), são as primeiras a serem apresentadas. São agraciadas com solos férteis e povos pacíficos. Possuem algumas polis também. Sua história está fortemente ligada aos fenícios, que foram "os primeiros a vestir togas nesses povos" (Estrabão 3.5.1). Quinto Meteleco Baleárico foi o responsável por livrar as ilhas de piratas e fundar colônias nelas (Estrabão 3.5.1). No tempo de Estrabão não apresentaram problemas, apesar de terem sofrido com a infestação de coelhos, a tal ponto que precisaram recorrer aos romanos para ajudá-los (Estrabão 3.5.2).

No trecho final do capítulo 5, Estrabão apresenta rapidamente as Cassiterides (Καττιτερίδες), um conjunto de dez ilhas ao norte dos Ártabros (costa noroeste). Destas, nove são habitadas por "povos que vestem preto", cultuam a deusa da vingança das tragédias, e são formados por pastores nômades. Elas foram outrora dominadas por fenícios, que exerciam sua preferência comercial a partir de Gades. Por serem ricas em metais, os fenícios procuraram mantê-las em segredo dos romanos, que ficaram sabendo delas por Publio Crasso (3.5.11).

A ilha de Gades ocupa as oito seções restantes do capítulo 5. Estrabão apresenta a cidade homônima como a segunda maior cidade do mediterrâneo, perdendo somente para Roma. Caracterizada como estritamente comercial, possui mais de quinhentos homens da ordem equestre. Balbus de Gades[56] foi o responsável por melhorar a pequena cidade que tinham, fazendo a ilha prosperar (Estrabão 3.5.3).

---

[56] Balbus de Gades nascera na cidade de Gades, e após lutar contra Sertório ao lado dos romanos, ganhou cidadania romana. Essas informações não são provenientes de Estrabão, mas podem ser consultadas em Smith, W. **A New Classical Dictionary of Greek and Roman Biography, Mythology and Geography.** Nova York, Harper & Brothers. 1850.

A cidade controla uma pequena ilha próxima, Eriteia, que, para Estrabão, é a ilha onde Hércules realizou um de seus trabalhos, aquele relacionado aos bois de Gerião, rei dos Tartessos.

A história de fundação da ilha é toda fenícia, e está relacionada a um oráculo de Tiro, que mandou várias expedições em busca dos pilares de Hércules para lá fundarem uma cidade. Essa questão dos pilares intriga enormemente Estrabão, que vai argumentar que os pilares, a princípio, eram marcações feitas pelos homens, mas que, com o passar do tempo, foram se perdendo e dando nome aos locais (Estrabão 3.5.5).

A ilha possui dois templos: o de Hércules e o de Cronus. Estrabão menciona o abastecimento de água através de cisternas e de poços artesianos. Estes são conhecidos por conta de um fenômeno natural a eles associado, que gera uma enorme controvérsia para o autor. Segundo Estrabão, quando a maré está cheia, os poços se esvaziam; mas quando a maré baixa, eles se enchem novamente (Estrabão 3.5.7). Estrabão vai recusar a teoria de Posidônio sobre este fenômeno, preferindo a de Seleuco da Selêucia, que esteve em Gades por algum tempo, e observou uma forte relação entre os movimentos dos astros – principalmente a lua – e a regularidade das marés.

Gades, assim, é um ótimo exemplo de uma cidade (πολις) que possui toda sua história de fundação ligada aos Fenícios – importante escolha de local e períodos de domínio sobre regiões distantes –, mas que, no tempo de Estrabão, ficara ainda mais opulenta por conta da presença dos romanos.

Como anunciamos no início dessa etapa da dissertação, ao final das descrições, gostaríamos de completar nossa análise com a apresentação e a discussão de um gráfico que elaboramos. Os critérios foram os mais simples e objetivos possíveis: contamos a quantidade de linhas que Estrabão dedicou a cada uma das regiões que ele descreveu[57].

[57] Tivemos o cuidado de fazer a contagem de três edições distintas do texto em grego: as edições bilíngues da Loeb e da Belles Lettre, e a edição disponibilizada pelo site Perseus. Fizemos uma verificação a partir da proporção entre o número de linhas de duas regiões, e, para nosso conforto, a proporção se manteve basicamente a mesma, demonstrando que, mesmo em edições distintas, o conteúdo se mantinha inalterado, podendo assim ser colocado em um mesmo conjunto.

Tomando o cuidado de não contar as linhas das seções introdutórias, elaboramos uma tabela com as quantidades de cada uma das regiões obtendo, assim, os seguintes dados:

Regiões	**Média de Linhas**
Turdetania	725
Lusitânia	225
Costa Mediterrânica e interior	550
Ilhas	450

Tabela 1 - Número de linhas dedicadas a cada região do livro III.

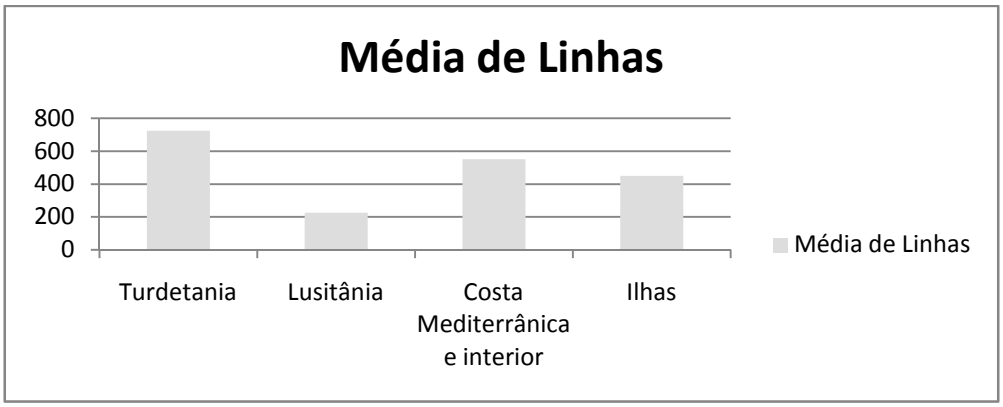

Gráfico 1 – Distribuição das linhas dedicadas a cada região do livro III.

Nessas condições, aparentemente, Estrabão dedica a maior parte de sua descrição e atenção, em ordem, à Turdetania, Costa Mediterrânica e interior, Ilhas e Lusitânia. Entretanto, como acabamos de ver, tanto o capítulo 4, quanto o capítulo 5, possuem duas claras divisões internas: o primeiro, a divisão evidente entre litoral e interior; o segundo é dedicado quase inteiramente a Gades, e pouco se fala das outras ilhas. Pensando nisso, olhemos como fica a tabela com esse desmembramento:

Regiões	**Medias de linhas**
Costa mediterrânica	290
Interior	260
Gades	341
Outras ilhas	109
Turdetania	725
Lusitânia	225

Tabela 2 – Número de linhas dedicadas a cada região do livro III, incluindo a divisão dos capítulos 4 e 5.

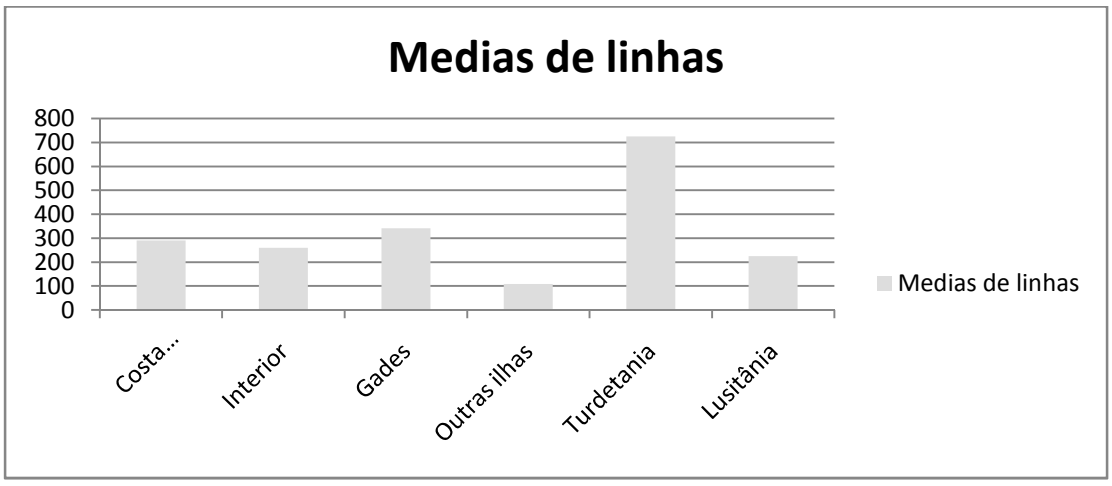

Gráfico 2 – Distribuição das linhas dedicadas a cada região no livro III, incluindo a divisão dos capítulos 4 e 5.

A nova configuração se mostra muito interessante. Em ordem de mais linhas dedicadas: Turdetânia, Gades, Costa do Mediterrâneo, Interior, Lusitânias e outras ilhas.

A primeira constatação que podemos fazer é que, numericamente, o litoral se sobrepõe ao interior. Se o que verificamos com relação à Turdetânia – uma forte interação entre litoral e interior, tendo os rios como condutores dessa ligação – for considerado, e se olharmos isoladamente para as outras regiões, veremos que Estrabão passa muito mais tempo descrevendo cidades litorâneas como Gades, Cartago Nova, Terraco, Empório, do que os povos do interior. E como vimos, essas cidades, apesar de possuírem algum grau de relação com Roma, principalmente no presente de Estrabão, têm suas transformações muito mais marcadas pela presença de outros povos do mediterrâneo, que não exclusivamente os descendentes de Rômulo.

A Turdetânia, que, em uma primeira abordagem poderia contradizer essa análise, na realidade, endossa essa verificação. Lembremos que a forte interação entre litoral e interior apresenta uma divisão importante: enquanto o primeiro tem sua história de transformações intimamente ligada a gregos e fenícios, o interior é dominado por cidades (πολις) romanas. Nesse caso, se nossa proposta estiver correta, e existir realmente um processo em curso, que vislumbra o deslocamento do litoral (no passado) para o interior (no presente) de uma forma de viver específica, a Turdetânia seria o modelo acabado e ideal de um processo de integração – facilitada, como dissemos, pela fartura de recursos naturais disponíveis.

Em suma, sem retirar a importância de Roma nas transformações dos vários espaços descritos por Estrabão relativos à Ibéria, devemos ter em mente que outros atores também exercem papel de relevância nas transformações pelas quais passam as regiões destacadas. Aquilo que aqui convencionei chamar, genericamente, de transformações, pode ser relacionado com a ideia de civilizar: os romanos civilizaram – ou ainda civilizavam – os povos do interior, enquanto a costa, pelo que vimos, era civilizada havia muito tempo, mas não desde o começo dos tempos: gregos e fenícios teriam provocado as primeiras transformações.

3.3.2 – DA GÁLIA

A Gália à qual nos referimos é chamada por Estrabão de Céltica Transalpina (Ἀλπεων Κελτική). Antes mesmo de apresentar sua tradicional visão geral do território, o geógrafo preocupa-se, durante toda a primeira seção, em apresentar as várias divisões feitas desta região. É praticamente o oposto da descrição da Ibéria, em que ele termina a descrição do continente (no capítulo quatro) discutindo o nome grego usual, Ibéria, e o latino Hispania, acompanhando de seus usos como divisões administrativas rearranjáveis pelos romanos. Tradicionalmente, segundo Estrabão, a Gália (ou Céltica) era dividida em três povos: os Aquitanos (ocupando a parte norte dos Pirineus e o litoral até o rio Garona (Γαρούνα); os Celtas (que ocupavam a parte sul dos Pirineus e o litoral até os Alpes); Belgas (o resto dos povos que vivem na costa norte do oceano até a foz do Reno e ao longo do Reno até os Alpes). César também seguiu a divisão segundo Estrabão. Mas foi Augusto quem fez uma mudança significativa na sua organização: dividiu a Céltica Transalpina em quatro partes, com os Celtas ficando na província Narbonense; os Aquitanos na mesma região anterior; o resto do território foi dividido em dois, sendo uma da cidade de Lugdunum até os distritos da parte sul do Reno, enquanto o resto da parte norte permanecia dos Belgas (Estrabão 4.1.1).

Inusitadamente, após apresentar essa divisão feita por César e por Augusto, Estrabão retoma sua fala de 3.4.19, dizendo que, como as divisões políticas servem para os governantes, resta aos geógrafos listá-las e nada mais (Estrabão 4.1.1).

E mostrando que não seguirá *pari passu* as divisões tradicional ou augustana, e diferentemente do livro anterior, o IV é dividido em seis capítulos, com seis regiões a serem descritas. Além das já citadas – divisão de Augusto –, Estrabão acrescenta à sua Céltica a Bretanha e os Alpes. Veremos que Estrabão novamente começa pelo litoral para posteriormente descrever o interior. E assim como as primeiras seções do livro III foram usadas para introdução e visão geral, as duas primeiras do livro IV também o farão.

NARBONENSE.

Seguindo a organização de Augusto, Estrabão opta por começar sua descrição pela província Narbonense. As primeiras dez seções deste capítulo (que contém um total de catorze) são dedicadas a apresentar a costa – e os quatro restantes, o interior. No litoral encontramos as duas principais cidades: Massilia (Μασσαλίας) e Narbo (Νάρβων).

A primeira uma famosa fundação dos Fócios (Φωκαιέον) (Estrabão 4.1.4), muito bem protegida, portadora de uma frota considerável de navios, que os garantiu o apoio de Roma em suas empresas (Estrabão 4.1.5). São responsáveis pela fundação de fortalezas em terras dos povos nativos – na Ibéria e na Gália. Sempre tiveram a estima e consideração dos romanos nas lutas contra os bárbaros. Entretanto, na guerra civil, optaram pelo lado de Pompeu, perdendo posteriormente sua força e riqueza. Mas no tempo de Estrabão ainda eram bem vistos por possuírem homens de cultura voltados para a retórica e a filosofia. Tanto é verdade que, segundo o geógrafo, de um passado recente como "treinadores de bárbaros" (τοις βαρβάροις ἀνειτο παιδευτήριον), no tempo de Estrabão Massilia recebe os romanos mais notáveis que, em vez de irem estudar em Atenas, optam pela cidade dos Fócios (Estrabão 4.1.5).

Próximo aos Pirineus, o solo é muito pobre, segundo Estrabão. Entre Massilia (que ficaria no meio do caminho da costa entre os Pirineus e a península Itálica) e Narbo – a única fundação romana na costa e o "maior dos empórios da região" (Estrabão 4.1.6) – há uma grande planície acidentada que chama a atenção do geógrafo por conta das grandes pedras que

a preenchem. Estrabão apresenta três versões que explicam o fenômeno: a de Aristóteles, dizendo que elas foram levadas para lá por conta de um terremoto; a versão de Posidônio, que acreditava se tratar de um antigo lago seco cujas rochas das margens se dividiram em vários pedaços; e a explicação mítica de Ésquilo, que contava que Hércules, em suas andanças por essas regiões, fora protegido por Zeus, que fez chover pedras nos Lígures que atacavam seu filho (Estrabão 4.1.7).

O restante da costa, a região entre Massilia e o rio Varro – a divisa com a Itália – também é descrita. Uma série de cidades pertencentes aos marselheses – tais como Tauroentium (Ταυροέντιον), Olbia (Ολβίαν), Antipolis (Ἀντίπολιν) e Nicaea (Νικαιαν) – são colocadas nesse espaço, juntamente com uma estação naval de Augusto, *Forum Julium* (Estrabão 4.1.9). Uma região abundante em bons portos, mas, todavia, de solo pobre. Nesta parte, também sobressai a importância de Massilia e seu domínio comercial (Estrabão 4.1.10).

As outras seções (4.1.11 até 4.1.14) tratam das regiões ao interior, dos povos Arecomici (Ἀρηκομίσκους), Cavares (Καουάρων), Tectósagos (Τεκτόσαγες), etc. – Celtas na sua maioria. A cidade que mais se destaca no local é Tolosa (Toulouse), em função da boa qualidade do solo e pela iniciativa da população local em abandonar as guerras e adquirirem os modos de vida civis (πολιτικους) (Estrabão 4.1.14). Estrabão diz que, na verdade, todos os bárbaros em seu tempo estão sendo chamados de Cavares, mas ressalta que "não, eles não são mais bárbaros, mas estão, na maior parte, transformados ao tipo dos romanos, tanto em sua fala quando em seus modos de vida, e alguns em sua forma de vida cívica (πολιτεία) também" (Estrabão 4.1.12). O contato dos romanos neste local também é feito por rios, principalmente o Ródano e o Saône (Estrabão 4.1.11).

Novamente, na divisão entre litoral e interior, as referências deste primeiro são predominantemente não romanas – no caso, gregos de origem fócia –, enquanto o interior foi completamente transformado pelos romanos. Os rios exercem papel importantíssimo, mas ainda assim há poucas cidades. Não é mencionada nenhuma colônia, mas claramente os povos estão cada vez mais envolvidos com a estrutura cultural e social dos romanos.

AQUITÂNIA.

Em seguida, Estrabão apresenta a Aquitânia, e as tribos (εθνων) que habitam a região entre os rios Garona e Loire (Liger - Λειγηρος), ao norte dos Pirineus. As primeiras palavras do geógrafo sobre a Aquitânia no capítulo 2 já possuem tom administrativo ligado aos romanos, pois Estrabão afirma que Augusto deslocou para lá uma série de tribos Galáticas (Γαλατικων) (Estrabão 4.2.1). Em geral, estes últimos possuíam o mesmo fenótipo dos habitantes do resto da Céltica Transalpina, enquanto as tribos que já estavam na Aquitânia antes da intervenção romana pareciam mais com os Iberos (Estrabão 4.2.1 e 4.1.1).

A região possui solos bons para o plantio e é irrigada por vários rios, principalmente os dois citados. As minas de ouro da região produzem um metal de baixa qualidade. O litoral tem um solo arenoso improdutivo, e as cidades são citadas sem que lhes sejam dados muitos detalhes. Em verdade, a grande característica desse capítulo é a falta de detalhes. Sendo um capítulo composto apenas de três seções, Estrabão não se preocupa em falar das características físicas destes povos, ele simplesmente os nomeia. Destes, pelo menos doze Estrabão diz possuírem direito latino (Estrabão 4.2.2). A única produção de riqueza destacada por ele é a extração mineral.

A última seção é dedicada aos Arvenos. Estrabão destaca sua imensa quantidade de soldados que lutaram contra os romanos em dois momentos distintos: contra Maximus Aemilianus e Dometius Ahenobarbus, os Arvenos utilizaram aproximadamente duzentos mil homens; e contra César, sob o comando de Vercingetórix, lutaram com o dobro desse tamanho. O poder dos Arvenos chegou até Narbo e nas proximidades de Massilia sob o comando de Luerius, filho de Bituitus, que lutara contra Maximus e Dometius. Teriam sido um povo rico e opulento, mas foram derrotados por César (Estrabão 4.2.3).

LUGDNENSE.

A descrição que Estrabão faz da Gália Lugdunense também não é muito extensa. Em cinco seções ele descreve a região que se estende da cidade de Lugdunum até as margens do rio Reno (Estrabão 4.3.1). A cidade é uma fundação dos romanos, a maior da região, e que

serve para controlar as tribos sob sua jurisdição – Estrabão destaca o fato de a cidade cunhar suas próprias moedas (Estrabão 4.3.1).

Alguns povos ainda são inimigos de Roma, como os Sequani, que se juntaram aos Germânicos. Entretanto, segundo Estrabão, tudo está subjugado pelos romanos. Mas mesmo assim, o geógrafo destaca alguns povos, devido à sua forte relação com Roma (Estrabão 4.3.2). É destacado o comércio de carne de porco salgada diretamente com Roma por via fluvial pelo rio Arar. O povo Aeduli, proveniente das margens deste rio, era chamado de compatriota dos romanos, e fora o primeiro povo da região a invocar a amizade à aliança com Roma (Estrabão 4.3.2). Entretanto, o povo conhecido por Sequani, também proveniente das margens do Arar, era aliado das tribos germânicas e inimigo de Roma e dos Aeduli. Este travara batalhas duras com os romanos, por conta do auxílio dos germânicos. Contudo, Estrabão conclui a apresentação dessa rivalidade dizendo que "hoje, entretanto, tudo está submetido aos romanos." (Estrabão 4.3.2)

É interessante notar que, assim como na Celtibéria, as tribos destacadas são localizadas em relação aos rios da região – que abundam aqui muito mais que na Ibéria. Mas pouca descrição dos seus costumes é feita. De fato, Estrabão enfatiza mais o estado de tranquilidade de seu tempo (Estrabão 4.3.4) do que as guerras. No extremo leste, na margem oposta do Reno, Estrabão destaca alguns locais onde ocorreram as Guerras Germânicas (Estrabão 4.3.4).

Em resumo, esse capítulo do livro IV da *Geografia,* aparentemente, é o que mais dá destaque aos feitos romanos, sem a presença de outros povos. Estrabão menciona uma ou outra cidade importante, sendo Duricortora (Reims – Δουρικορτόρα) a metrópole (μητρόπολις) a leste onde os governadores romanos se estabeleciam (Estrabão 4.3.5).

BÉLGICA

O norte da Céltica Transalpina é chamado de Bélgica (Βελγων), território que se estende por toda a costa norte do oceano, desde a Aquitânia até a foz do rio Reno. Estrabão aproveita essa parte para fazer algumas generalizações, e falar dos Gauleses (Γαλλικον) ou Galáticos (Γαλατικόν) de forma mais uniforme – Estrabão afirma que no seu tempo usam-

se os dois termos (Estrabão 4.4.2). Segundo nossa fonte, esse povo – dividido em várias tribos (εθνη) – é louco por guerra. São destemidos e rápidos, são bons cavaleiros e nunca desistem. Entretanto, são rudes e não possuem organização. Em seu tempo estão todos sob o comando dos romanos (Estrabão 4.4.2), inclusive ajudando-os a proteger as fronteiras do Reno contra as tribos germânicas (Estrabão 4.4.3). Ao generalizá-los, Estrabão toma como seus "outros" os Ibéricos, e lembra como fora diferente o processo de conquista dos romanos sobre esses dois povos:

> "os romanos conquistaram esses povos (Gauleses) muito mais facilmente do que os Ibéricos; de fato, os romanos começaram antes, e pararam depois a guerra conta os Ibéricos, mas no meio tempo, derrotaram todos os Gauleses – eu me refiro a todos os povos que vivem entre o Reno e os Pirineus." (Estrabão 4.4.2)

Diferentemente dos outros capítulos desse livro, Estrabão faz um detalhado trabalho de descrição dos Gauleses. Fala sobre seus cabelos longos, suas calças de couro apertadas. Fazem uso de lã e possuem armaduras bem elaboradas – sendo conhecidos pelas suas lanças. Dormem no chão. Exportam bovinos para Roma. Possuem formas de governo muito rudimentares, e mulheres e homens trocam suas funções (Estrabão 4.4.3). São divididos em três tipos de homens: Bardos, reconhecidamente cantores e poetas; Ovados, adivinhos e filósofos naturais; e os Druidas, também reconhecidos filósofos naturais, mas também filósofos morais, muito presentes em situações de julgamento (Estrabão 4.4.4).

Estrabão lembra ainda que sua fonte para essas descrições é Políbio. Dentre os costumes que Estrabão coloca em oposição aos seus, está o sacrifício. E, novamente, são os romanos os responsáveis por acabar com a prática (Estrabão 4.4.5). Há ainda as histórias de Posidônio, com seu relato de uma ilha próxima à costa no norte, habitada por mulheres sacerdotisas de Dionísio, e Artemidoro, com uma história sobre dois corvos com as asas direitas brancas que ficavam em um cais; àqueles que quisessem resolver uma disputa, bastava subir em uma prancha e jogar um pedaço de comida cada; aquela que os corvos comessem havia sido jogada por aquele que estava com a razão (Estrabão 4.4.6).

Estrabão apresenta essas anedotas meramente como curiosidade proveniente de suas fontes, mas sempre que possível, ressalta a presença romana na região.

BRETANHA

O capítulo cinco, dedicado à Bretanha, também é muito curto. Em cinco seções, Estrabão apresenta a costa da ilha – que, para ele, segue toda a extensão da costa norte da Céltica transalpina –, os habitantes e as suas curiosidades. Este espaço é pensado, a todo momento, em comparação com o continente. Exemplo disso é a descrição dos povos da ilha. Suas características físicas são apresentadas em contraste com as dos celtas, mas seus hábitos são reconhecidamente "mais simples e mais bárbaros", segundo Estrabão. Como exemplos podemos destacar o fato de possuírem leite, mas não fazerem queijo; não praticam nem conhecem agricultura; "as florestas são suas cidades (πολις)"; vivem em espaços circulares protegidos por madeiras, e essas cabanas são dividas com o gado (Estrabão 4.5.2)

César é figura central neste relato. Este vencera uma série de batalhas no local, o que pode colocar esses povos em contato com os romanos, inclusive mandando embaixadas para Roma (4.5.3). Marfim, âmbar e produtos de vidro são vendidos para estes povos, enquanto da ilha exportam grãos, rebanhos, ouro, prata, ferro e cães – o contato comercial é principalmente feito via povos celtas da margem oposta (Estrabão 4.5.2). Foram tão facilmente vencidos que Estrabão afirma que os romanos não possuem muitas guarnições militares na ilha. No presente, em busca da amizade de Augusto, esses povos mandaram novas embaixadas com o objetivo de fazer de toda a ilha propriedade romana (4.5.3).

Estrabão finaliza seu relato falando do norte da ilha, a região conhecida como Ierne (Ιέρνη). Esta possui habitantes mais selvagens que os bretões: são mais selvagens, pois matam os próprios pais para comerem seus corpos e depois poderem se deitar com suas mães e irmãs (Estrabão 4.5.4). E o geógrafo afirma que Piteas diz existir uma região ainda mais ao norte (Thule), mas que se trataria de uma região inabitada, muito fria, chuvosa e árida (Estrabão 4.5.5).

ALPES

Por fim, Estrabão descreve a região dos Alpes. Para ser mais exato, a região entre os Alpes e os Apeninos. A descrição geral do capítulo segue o curso desta primeira, seguindo em sentido de Oeste para Leste. Sendo o referencial do capítulo as terras montanhosas dos Alpes,

podemos dizer que até a parte cinco são descritos os povos que ocupam sua face Céltica. O vale do Pó (Padus) – a outra face, a face sul – é todo apresentado entre as seções seis e nove, deixando as três últimas para a descrição dos povos dos Apeninos.

Os Lígures são o povo que fornece o maior número de tribos para essa região. Estes vivem do pastoreio de ovelhas, fornecem madeiras de qualidade para barcos e, por meio da cidade de Gênova, comercializam com toda a Itália. Trocam, geralmente, couro, rebanhos e mel por âmbar, mulas e roupas. São bons soldados e têm um comportamento tão elogiável que "alguns dizem ser gregos" (Estrabão 4.6.2). Como habitam a parte leste dos Alpes, estão tanto na face da Céltica Transalpina, quanto na da Itália, e sua tribos se espalham pela região. Possuem intenso contato com Massilia a partir de um porto específico, Monoecus (Mônaco – Μονοίκου). Guerrearam contra Roma por dezoito anos em conjunto com os Sallyes. No tempo de Estrabão, porém, todos foram submetidos a pagar impostos para Roma (Estrabão 4.6.3). Os Lígures que habitam as proximidades do Mediterrâneo possuem direito latino, como os Italiotas, enquanto que os montanheses de outras regiões são submetidos ao controle direto de prefeitos equestres (Estrabão 4.6.4).

No vale do Pó também encontramos várias tribos Lígures, entre elas os Taurini (Ταυρινοί), Catoriges (Κατόριγες), Rhaeti (Ραιτοὶ), etc. Estrabão afirma que todas essas tribos e muitas outras menores um dia controlaram a Itália. Mas todas elas no tempo de Estrabão estão submetidas ao controle de Roma, tornando a entrada na península Itálica mais segura (Estrabão 4.6.6).

Os Salassi (Σαλασσων) eram a tribo mais rica da região. Conheciam muito bem os rios, e ficaram tão abastados com o ouro retirado das montanhas, que guerrearam contra Roma durante um tempo. No presente, foram submetidos por Augusto e não mais ameaçaram os transeuntes, ficando restritos à pequena exploração de ouro – pois a maior parte ficou nas mãos dos romanos – e venda de água para os Publicanos (Estrabão 4.6.7)

Seguindo o vale do Pó até o litoral norte do Adriático, passando por cidades como Verona, habitam várias tribos Lígures, mas também alguns Ilírios. Todos eles na parte leste são conhecidos pelo bom vinho que produzem – comparados aos da Itália (Estrabão 4.6.8). No litoral Adriático, próximos à cidade de Aquileia, habitam alguns povos que fazem bom uso das poucas terras férteis, já que uma vez próximo às montanhas, o solo é ruim (Estrabão 4.6.9).

Entre o 4.6.10 e o 4.6.12 é descrita a região dos Apeninos. Ali habitam Ilírios e Celtas, que viviam da pirataria, mas foram derrotados por Augusto. Possuem muitas cidades na planície, dedicando-se ao comércio na região (Estrabão 4.6.10). As duas últimas seções apresentam as várias passagens e caminhos que cruzam os Apeninos – a grande maioria vinda dos Alpes.

3.3.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS À ANÁLISE

O exercício de comparação entre os dois livros/espaços delimitados por Estrabão é de extrema valia. Primeiro porque o próprio autor o faz constantemente, obtendo resultados interessantíssimos, como a constatação de que, por conta de uma organização social diferente – Iberos com uma fragmentação maior que a dos Gauleses (Estrabão 4.4.2) – os povos da Ibéria demoraram mais tempo para serem dominados do que os da Gália / Céltica.

A descrição desta última difere em vários sentidos da sua vizinha a oeste. Primeiro, porque Roma parece estar presente por todo o livro IV, principalmente nas transformações pelas quais as regiões ao interior passaram – ou estão passando – no tempo de Estrabão. Dos seis espaços descritos, cinco são diretamente afetados por Roma, enquanto o litoral da Narbonense é dominado por Massilia.

Propomos novamente que há, dentro da lógica interna e estruturante deste livro, uma divisão entre litoral e interior. E mais uma vez, os romanos são os responsáveis pelas transformações do interior, enquanto outro povo, os gregos da Foceia, participam das transformações de povos do litoral. Em um primeiro olhar na descrição que apresentamos, os romanos parecem dominar o relato de Estrabão, estando presente, como povo responsável pelas transformações, em cinco das seis regiões descritas – e exerce também um papel importante no contato com Massilia. Esta, por sua vez, é destacada por Estrabão como um importante centro de tutoria dos bárbaros.

Nestes últimos momentos da análise da *Geografia*, faz-se necessário seguir o padrão de análise proposto no início do capítulo, executando o procedimento de escrutinar a tabela e

o gráfico feitos em função do número de linhas dedicadas a cada uma das regiões descritas neste livro.

Regiões	Média de Linhas
Narbonense	1200
Aquitania	125
Lugdunense	137,5
Belgica	400
Bretanha	107
Alpes	400

Tabela 3 - Número de linhas dedicadas a cada região do livro IV.

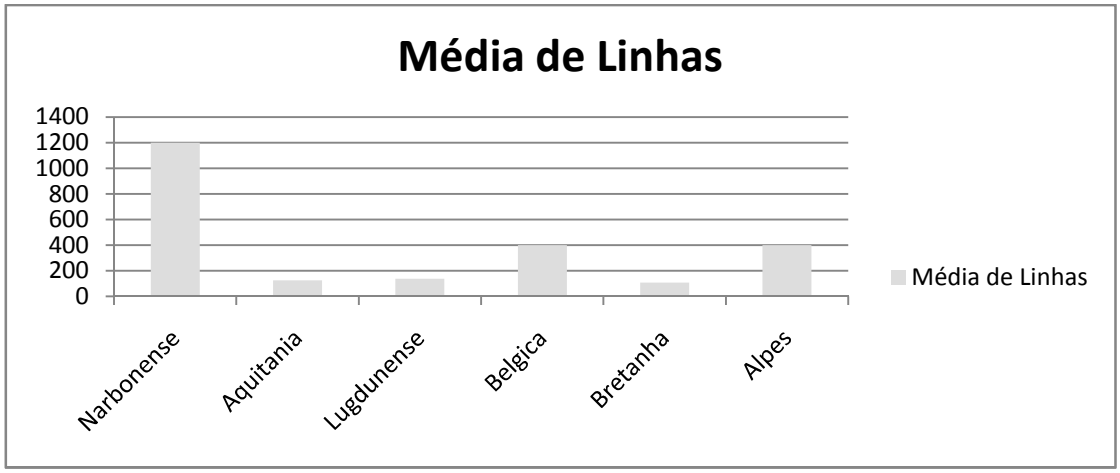

Gráfico 3 – Distribuição das linhas dedicadas a cada região do livro

Logo de cara, um detalhe nos chama a atenção, e é a superioridade numérica da descrição da Narbonense, em comparação com as outras regiões da Gália/Céltica. A descrição da Narbonense recebe, em nossos critérios, muito mais atenção que a dos outros espaços. Sendo um pouco mais objetivo, pouco mais da metade do livro é dedicada a essa região.

Portanto, da mesma forma que constatamos para a Ibéria, as regiões às quais Estrabão parece dar mais atenção são aquelas que possuem relação mais imediata com o mar Mediterrâneo. Apesar de os romanos participarem ativamente na alteração dos espaços ao interior nos dois livros, em termos de relevância, as regiões litorâneas aparentam ser maioria nestas partes da Europa descrita por Estrabão. Poderíamos dizer que este fenômeno ocorre por conta das informações serem mais abundantes vindas de locais com presença grega, tendo em vista a ascendência de Estrabão. Entretanto, essa constatação nos leva a crer, primeiro, que Estrabão confia mais nas fontes gregas – e ele próprio anuncia esta preferência em 3.4.19.

Mas não nos esqueçamos de que este geógrafo estivera por algumas vezes – pelo menos quatro que ele próprio anuncia em sua obra – em Roma e em contato direto com pessoas importantes dentro do círculo de poder Romano (DUECK, 2000, p. 85-88), podendo obter, dessa forma, importantes informações acerca das regiões recém incorporadas ao império. Entretanto, Estrabão opta por dedicar mais atenção ao litoral – e se retomarmos o que dissemos quando nos posicionávamos perante o debate acerca do seu público alvo, é bem provável que a *Geografia* não fosse uma tentativa de atualizar as informações disponíveis sobre as fronteiras do mundo, mas sim um material que propunha algo como uma reflexão sobre o mundo que Roma trazia sobre seu manto, tendo tanto romanos como todos aqueles que pudessem achar útil esse exercício. E vimos que se trata de uma *oikoumene* em constante transformação, desde, pelo menos, os escritos de Homero, e as viagens dos seus fornecedores de informações, os Fenícios.

Os litorais dessas regiões são marcados por inúmeras cidades (πολις) importantes que, na maioria das vezes, têm seus mitos de fundação ligados a povos estrangeiros. Seus fundadores, em algum momento, foram levados de sua terra natal para um espaço designado por um oráculo, ou mesmo em busca de riquezas, e, ao fundarem πολις na Ibéria e/ou na Céltica, principalmente nas costas do mar Mediterrâneo, passaram a alterar as relações locais.

Roma também tem o papel de fundar cidades, e mais diretamente, o de mudar a vida dos habitantes para os modos de vida civis (πολιτικους). Contudo, raramente o fazem nas regiões costeiras. Apesar dessa constatação, os romanos ainda são os grandes responsáveis, no tempo de Estrabão, por transformar e por controlar/governar os homens de toga, tanto do litoral, quanto do interior (Estrabão 3.4.19 e 3.4.20), ou seja, aqueles que já possuem, pelo menos em aparência, os modos de vida civis (πολιτικους).

Com essas constatações é necessária uma última consideração acerca do uso desta expressão que tradicionalmente é traduzida por civilização. Para tanto, levemos conosco algumas questões de extrema importância que surgiram ao longo desta apresentação. Primeiramente, qual é a relevância de Estrabão dedicar mais tempo de seu trabalho a descrever as regiões costeiras – ou aquelas com contato intenso com o Mediterrâneo? Segundo, o que são exatamente essas transformações que os povos das regiões mais afastadas estão começando a experimentar pelas mãos dos romanos, enquanto os que habitam o litoral estão acostumados a vivenciar, e expandir, muitas vezes antes mesmo dos romanos? Podemos

nos contentar com a simples tradução de civilização ou modos de vida cívicos? Olhemos mais de perto para essas questões.

3.4 – ROMA E AS CIDADES.

Antes de respondermos a questão que abre essa última etapa do capítulo três de nossa dissertação, vejamos como as constatações até aqui apreendidas comportam-se de forma menos dispersa e mais sistematizada.

Nos dois livros aqui estudados, Estrabão apresenta uma divisão entre litoral e interior. E mesmo esses dois espaços possuem diferenciações internas. O litoral do mar Mediterrâneo é rico e repleto de cidades importantes tanto na Ibéria quanto na Céltica, além de serem abastecidos por rios que auxiliam no contato com o interior. Enquanto isso, os outros litorais – do oceano, ao oeste da Ibéria na terra dos Lusitanos, e ao norte da Céltica tanto na terra dos Belgas e na Aquitânia, quanto na Bretanha – são pobres, com solos ruins e sem nenhuma cidade ou fácil acesso ao restante da região – mesmo o pequeno contato entre bretões e celtas no norte da Gália recebe pouca atenção de Estrabão, que enfatiza mais a atuação de César na pacificação da região.

Também o interior pode ser dividido em dois tipos: um primeiro tipo transformado e/ou em transformação pelos romanos, com cidades e exércitos oriundos da Itália, além de terem suas histórias quase sempre ligadas a eventos romanos. E outro interior totalmente integrado ao litoral, em uma relação de complementaridade. Não se trata somente do caso da Turdetânia, o mais emblemático talvez. Podemos colocar nessa categoria, também, a Narbonense – e nessa região os rios são muito importantes como meio de transporte e integração das diferentes paisagens e povos. Por outro lado, o capítulo dedicado à costa do mediterrâneo e ao interior da Ibéria (3.4) servirá aqui de contra exemplo. Uma vez que, existindo nele também uma relação organizacional prévia (fazem parte do mesmo capítulo), percebe-se que, no entanto, tanto na estrutura narrativa, quanto na composição da descrição, há algumas barreiras entre esses dois espaços, e não são meramente barreiras geográficas – o contato praticamente inexiste, e a atuação de Roma é nula no litoral, uma vez que Terraco é

apenas citada como ponto de referência, pois é ofuscada pela grandeza de Cartago Nova e Empório; mas Roma aparece com força no interior, ainda que menor do que no interior da Gália.

Outra semelhança entre as regiões interioranas é o fato de que elas estão passando por uma transformação que é recente se comparada aos litorais, de acordo com Estrabão. Estão deixando de ser selvagens (θηριώδης) para serem civilizadas (ἐμεροῦταυ) ou para adotarem o modo de vida civil (πολιτικός). Algumas, inclusive, "têm mudado completamente para o modo de vida dos romanos" (Estrabão 3.2.15). Na continuação deste trecho do livro III, Estrabão diz que, a fundação de uma série de cidades entre os Celtíberos, ilustra bem essa mudança no estatuto político das regiões:[58]

> "E as cidades recentes que foram juntamente assentadas, Pax Augusta no país dos Celtas, Augusta Emerita no país dos Turdetanos, Cesaraugusta na Celtibéria, e alguns outros assentamentos, manifestam a mudança ao referido modo de vida civil. Além disso, todos os Iberos que pertencem a essa classe são chamados de 'Togati'. E entre eles estão os celtiberos, que foram um dia considerados os mais brutais de todos". (Estrabão 3.2.15)

Ora, no quesito fundação de cidades, o litoral, seja ele representado por Gades (Estrabão 3.5.5 – fundação fenícia), Ebura (Estrabão 3.1.9 – sem fundação definida, mas a história da região é associada às visitas de Hércules e aos poemas Homéricos; além de possuírem um santuário a Artemis), Malaca (Estrabão 3.4.2 – fundação fenícia), Cartago Nova (Estrabão 3.4.6 – nome da antiga cidade rival dos romanos) e Empório (Estrabão 3.4.8 – fundação grega), ou por Massilia (Estrabão 4.1.3 – fundação grega), possui uma anterioridade temporal. Suas histórias de fundação ocorrem sempre antes do presente de Estrabão. O exemplo da Turdetânia é muito sugestivo neste ponto, pois Homero, segundo o geógrafo, sabia da existência dessa região e a colocou em seus poemas (Estrabão 3.2.13). E as cidades de fundação fenícia são ainda mais antigas, uma vez que Estrabão diz que eles conheciam o lugar antes mesmo de Homero, e eram, assim, seus informantes (Estrabão 3.2.13).

Dessa forma, em termos gerais, a transformação que vínhamos anunciando está vinculada à fundação de cidades. Cidades estas que vêm livrando os povos bárbaros e

---

[58] "E as cidades recentes que foram juntamente assentadas, Pax Augusta no país dos Celtas, Augusta Emerita no país dos Turdetanos, Cesaraugusta na Celtibéria, e alguns outros assentamentos, manifestam a mudança ao referido modo de vida civil".

selvagens de seus maus hábitos – brigas, comportamentos diferentes daqueles aos quais Estrabão está acostumado – domando-os (ἡμερόω) e conduzindo-os a uma vida civilizada (πολιτικον). Estrabão lembra mesmo que aqueles que "perderam seus instintos de sociabilidade (τὸ κοινωνικον) e humanidade (τὸ φιλανθρωπον) (Estrabão 3.3.8)" ainda não foram incluídos nessa nova forma viver, e que se encontram distantes nas montanhas (Estrabão 3.3.8).

A constatação de que Estrabão destina a maior parte de seus relatos às regiões litorâneas nos ajuda a confirma que as cidades são elementos centrais nas transformações que encontramos em sua descrição. São elas as promotoras das transformações e as geradoras dessas informações que ele pode recolher a partir de suas pesquisas e viagens.

Mas afinal, o que é a πολιτικα tão fortemente atrelada à cidade? Como vimos, o termo é tradicionalmente traduzido por civilização. A tabela a seguir mostra como esses termos foram traduzidos nos livros III e IV:

Local da Citação	Tradução LOEB	Tradução Belles Lettres
III.2.15 - τὸ πολιτικὸν	Civilidade - em complemento a ternura (τό ἥμερον)	Senso político - em complemento às maneiras civilizadas (τό ἥμερον)
III.2.15 - πολιτειων	Modos civis de vida	Estatuto político
III.3.8 - πολιτικοὺς	Civilizados - em complemento a pacificados (εἰρηνικούς)	Tornar governável - em complemento a facificado
III.4.18 - ἴσως πολιτικά	Marcas de Civilização - em OPOSIÇÃO a ἀγριότητος	Moral civilizada

III.4.18 - πολιτικόν	Marcas de civilização - mas afirmando que vivem uma espécie de matriarcado que não é civilziado	Civilizados - mas afirmando que vivem uma espécie de matriarcado que não é civilziado
IV.1.12 - τη πολιτεία	Vida Cívica - que os romanos impuseram aos povos da região	Sistema Político - que os romanos impuseram a alguns povos da região
IV.1.12 - τὸν πολιτικὸν	Cidadãos	Plano Político
IV.1.14 - πολιτικούς	Modos civis de vida - que alguns povos da região estão adotando depois de pararem de brigar	Vida em sociedade - Estrabão diz que é em seu tempo mas não especifica que é obra dos romanos

A expressão e seus derivados aparecem em oposição à selvageria (Estrabão 3.4.18), ou como complemento de ἡμερόω (Estrabão 3.2.15), ou ainda com um sentido de organização política. O léxico grego Liddell-Scott-Jones traz ainda como possíveis traduções: viver em comunidade, assuntos relacionados ao bem comum, entre outros[59].

Se tivermos conseguido esboçar e marcar até aqui o papel central ocupado pelas cidades no trabalho deste geógrafo grego do reino do Ponto, e considerarmos esses vários usos da expressão πολιτικός – incluindo principalmente os do léxico –, podemos concluir que há uma relação simbiótica entre πολις e os derivativos de πολιτικός, isto é, não há como entender uma sem olhar para a outra. O πολιτικός, ao invés de ser traduzido como modo de vida civilizado, que, para além das cargas morais que o século XIX lhe atribuiu, não comporta nenhuma explanação mais concreta, se compreendido como uma consequência da presença da πολις, que também possui a expressão ἡμερουσιν como complemento – "nem mesmo as cidades conseguem facilmente domar (ἡμερουσιν) seus habitantes"

59 http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=politika%5C&la=greek&can=politika%5C0&prior=ta\#lexicon – consultado em 18 de janeiro de 2013.

(Estrabão 3.4.13) –, o termo se materializa a partir desta instituição segundo Estrabão, e não como um caráter inerente aos romanos e aos gregos, a ser difundido como projeto, como "fardo" do homem greco-romano.

A πολις está em todos os locais da *oikoumene*: está no litoral e no interior. A diferença é quando ela chegou a esses espaços, e quem a levou. Sabemos que não foram somente os romanos que as difundiram, mas sim que fenícios e gregos possuem papel central em sua propagação, tanto na Ibéria quanto na Gália. Mas verificamos que, no presente, coube aos romanos diversificar o espaço de atuação dela, deslocando-a do litoral e difundindo-a – assim como seus complementos, suas consequências – para o interior, num processo de pulverização desta forma de vida. Este processo fora mais intenso e parecia mais bem acabado nas regiões em que os romanos conseguiram promover uma integração maior entre diferentes povos, diferentes paisagens e diferentes produtos produzidos, sempre tendo os rios como elemento integrador.

CONCLUSÃO.

> "Quem é tão desprezível e indolente que não deseja saber por quais meios e sob qual sistema político os romanos em menos de cinquenta e três anos foram bem sucedidos em subjugar quase todo o mundo habitado ao seu governo único, uma coisa única na História?" Polibio, Histórias, 1.1.

Segundo especialistas, Estrabão teria escrito seus *Comentários Históricos* partindo de onde parara Políbio e sua *Histórias*. No momento em que este último escrevera as palavras da citação acima, estaríamos em meados do século II a.C, e Roma no meio do seu processo de conquista da Ibéria e da Gália. Se nesse momento, para Políbio, Roma ainda não era senhora do mundo, pelo menos eles estavam em todos os lugares deste (CLARKE, 1999). "Roma estava subjugando o mundo ao seu governo".

No texto original em grego, a expressão "sistema político" aparece como πολιτέιας, ou seja, este seria o sistema, o caminho pelo qual Roma conseguiria o feito de governar sobre o mundo (ἐπικρατηθέντα τὰ κατὰ τὴν οἰκουμένην).

O último ano do relato de Políbio, assim, poderia ser uma das pontas do arco temporal proposto por Estrabão para as transformações dos espaços que a *Geografia* descreve: da expansão de Roma e seu sistema político até o "nosso tempo" de Estrabão.

Entretanto, quando nos propusemos a tentar entender como Estrabão estruturou a obra que apresentaria essas transformações, observamos uma série de fatores interessantes. Primeiro, os espaços são afetados de maneiras distintas, por povos distintos, em momentos distintos. Contudo, pudemos diferenciar dois grandes espaços de atuação: os litorais e os interiores – e esses com suas diferenças entre si.

O interior seria o espaço para a atuação da πολιτέιας que Políbio observara, e que Estrabão dizia ocorrer ainda no seu tempo. Enquanto o litoral já passara por essa transformação, e na maioria das vezes, sem a atuação direta de Roma. Essa abordagem assemelha-se imensamente à proposta de Churchin (2004), que localiza o interior da Ibéria como caso específico da romanização por ele estudada, partindo da documentação materail.

Em vários trechos, como observamos, o caminho para a πολιτέιας e sua implementação é a cidade (πολις). Ela é a responsável por domar, por fazer crescer o espírito comunitário, por suavizar os costumes daqueles considerados selvagens. Cidades essas que, nos dois livros que estudamos, nasceram primeiro no litoral do Mediterrâneo. Não é por acaso que nosso geógrafo passa mais tempo descrevendo a costa do que o interior. As cidades costeiras são os referenciais. Dois autores que estudamos ao final do capítulo 1 dessa dissertação observam fenômeno parecido na documentação arqueológica. Dietler para o sul da França, e Keay para as costas sul e leste da Ibéria, indicam que encontros de diferentes grupos coloniais (DIETLER, 2010), ou mesmo "um amplo desenvolvimento cultural e político em curso em outros lugares do mediterrâneo, como urbanização" (KEAY; TERRENATO, 2001), afetaram a dinâmica populacional dessas regiões, antes e depois da chegada dos romanos.

Alguém poderia dizer que essa preferência de Estrabão se daria por conta da forte influência dos périplos sobre seu trabalho. Nesse argumento a terra é descrita a partir da perspectiva de dentro do mar, e dessa forma, a localização da costa auxilia na descrição do interior, facilitando a orientação do leitor.

Em última instância, esse argumento não anula o que propusemos. O litoral é referencialmente preferível em uma descrição, e é, também, o local de onde partem as informações. Somente ali elas podem ser coletadas, difundidas, e somente nas cidades elas podem ser sistematizadas. E, como observamos na discussão bibliográfica, sistematizar informações é uma das funções que cumpre a *Geografia*.

Significa, então, que o trabalho de Estrabão era simplesmente compilar informações litorâneas? Parece-nos que isso já não é mais o caso. Estrabão passa por uma série de escolhas das informações, optando por umas, negligenciando outras. Esse processo de construção de conhecimento a partir de seleções feitas pelo autor tem motivado historiadores a atribuir uma série de papéis para Estrabão.

Em nossa análise, a proposta de Claude Nicolet não é excluída. Se pensarmos que a *oikoumene* do presente está sob o controle de Roma, e, aparentemente, devido aos esforços de Augusto a *Geografia* seria, também, parte da propaganda augustana. E mais, como propusemos ressaltar o papel central da polij na difusão de uma forma ideal de viver, aproximamos a *Geografia* de Estrabão ao que propõem, por exemplo, Revell, uma vez que ela indica que a noção de ser romano – Roman-ness – é difundido como um discurso imperial e

propagado pelas cidades, uma vez que essas possibilitam a experiência de ser romano (REVELL, 2009).

Entretanto, gostaríamos de sugerir uma visão complementar. Pensemos na proposta de Wallace-Hadril, que afirma que a vitória de Augusto é a vitória de um projeto da elite italiota que, naquele momento, escolhe como identidade do grupo (*Romanitas*) as referências a um passado grego (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 37 e p.258). O final da República seria marcado pela incorporação à política romana de uma elite cada vez mais heterogênea e menos metropolitana, que vai se constituindo em oposição à velha aristocracia. Às transformações provocadas por esse processo Wallace-Hadril dá o nome de Revolução Cultura, que incluía entre suas inovações, a busca de uma nova identidade romana a partir de técnicas e conhecimentos gregos (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 237-257). O estabelecimento de Augusto como imperador pode ser visto assim também como a vitória desta elite italiota, pois o discurso augustano de salvar a República corrompida (pela elite metropolitana) a partir do resgate da *Maiores* recentemente esquecida, confrontava diretamente a origem do poder dos antigos patrícios. Augusto é visto assim como o difusor de um (novo) ideal romano, que é baseado em alguns pressupostos helênicos.

Como apresentamos anteriormente neste capítulo, Katherine Clarke faz uma leitura muito próxima a essa de Wallace-Hadrill. Ao estudar três intelectuais gregos que se propuseram a descrever o mundo – Políbio, Posidônio e Estrabão –, ela afirma que o mundo do presente deste último "era romano de nome e em poderio político" (CLARKE, 1999, p. 331), mas só poderia ser explicado e conceitualizado com os recursos fornecidos pela tradição helênica, transformados pelo presente (CLARKE, 1999, p. 334).

E lembremos também das palavras de Whittaker que explicitam exército e cidade romanos como agentes responsáveis pelo discurso de poder romano (WHITTAKER, 1997).

Nesse sentido, desmembrando e esmiuçando a proposta "propagandista" de Nicolet, nossa leitura de Estrabão se adequaria às proposições de Clarke e Wallace-Hadrill da seguinte maneira: o que Estrabão aponta para as duas regiões em questão é que os feitos dos romanos em seu tempo, liderados por Augusto e Tibério, quais sejam, levar a πολιτέιας para as regiões mais longínquas da *oikoumene*, estas façanhas eram realizadas a partir dos referenciais helênicos, colocando-os em uma tradição da qual também faziam parte, pelo menos para essas duas regiões, gregos e fenícios. Nesse sentido, e recuperando o possível caráter didático da

Geografia (HONIGMANN, 1930), não como um manual de guerra, mas sim como uma apreciação dos feitos dos romanos, conectando-os diretamente a uma tradição que lhes é anterior.

As análises arqueológicas mais recentes têm caminhado para uma proposta muito parecida de valorizar a diversidade local como geradora de um cenário complexo de emaranhamento de relações entre povos distintos, entre espaços distintos, entre paisagens distintas. Vimos que também na fonte há "diferentes e complementares escalas de tempo e espaço" que nos possibilitam visualizar constantes movimentos de integração.

Vislumbramos com essa análise uma reaproximação saudável da análise da fonte com as descobertas arqueológicas. O nosso capítulo 2 deixou bem claro que uma série de perguntas equivocadas foi feita às fontes escritas, procurando responder questões que somente a arqueologia seria capaz. Fato este que acabou relegando alguns documentos escritos ao segundo plano nos estudos históricos.

No capítulo 1 de nossa dissertação, ao discutirmos o conceito de romanização, a principal questão que nos colocamos era que usá-lo pressupunha pensar a atuação romana como o motor das transformações locais, impossibilitando uma visão mais ampla do processo. Com a constatação que acabamos de fazer acerca do processo identificado por Estrabão, podemos dizer que o uso de Romanização está completamente descartado?

Para tentar responder essa indagação, vejamos em que termos Patrick Le Roux colocou este problema no artigo introdutório da revista dos Annales de 2004, que se propunha a pensar a Romanização. Ao comentar um trecho que também colocamos para discussão em nossa dissertação – aquele em que Estrabão fala que todos os povos da Turdetânia tornaram-se romanos (Estrabão 3.2.15) – Le Roux afirma que com τον ρομανιον μεταβλεβενται dificilmente Estrabão queria dizer que os Turdetanos haviam tornado-se romanos. Le Roux analisa a expressão completa (τελέως εἰς τὸν Ρωμαίων μεταβέβληνται τρ□πον) e prefere a tradução literal: "voltaram seus olhares completamente às formas de fazer dos romanos". Lembrando que este trecho está associado aos *togati*, Le Roux associa esta expressão à ideia de parecer por meio de alguns costumes, como o vestir-se como eles. Para ele, esta seria a interpretação mais plausível (LE ROUX, 2004, p. 308).

Nestes termos, para Le Roux, a *Geografia* de Estrabão tem como principal valor, mostrar que o mundo daquele momento não era um mundo uniforme, e que, reconhecer esse fato, ajuda a pensar o uso do termo romanização. Para ele, "a romanização é uma abordagem necessária da história de Roma como estrutura de poder e de governo" (LE ROUX, 2004, p. 310). Le Roux defende o uso do conceito, pois teme que o seu abandono prejudique análises de processos mais globais, em detrimento de algumas hiper-regionalizações. Nesse sentido, para Le Roux a *Geografia* de Estrabão nos apresenta a questão do TEMPO da romanização, e não de seu conteúdo ou forma. Pois a estrutura de poder romano domina o presente da *oikoumene* descrita (LE ROUX, 2004, p. 309).

Podemos dizer que nossa abordagem também conclui que há uma romanização em curso nos tempos de Estrabão. Entretanto, o ponto em que nos permitimos discordar de Le Roux é com relação a esse pretenso presentismo da *Geografia*. Quisemos mostrar que em vários momentos, principalmente aqueles voltados para a apresentação da fundação das cidades – responsáveis pelas grandes transformações de sua descrição –, vários momentos do passado são resgatados por Estrabão: seja ele o de Homero, ou o de qualquer outro intelectual grego que possa fornecer subsídios para entender o presente.

Assim, pensada como ação do presente, de fato Roma tem papel central nas transformações, principalmente do interior, das regiões longínquas, e encontraríamos subsídios para enxergar um processo de romanização em curso. Entretanto, se pudermos ver um processo mais longo, de difusão de uma forma específica de viver, de morar, de explorar os recursos naturais, com origem no litoral do Mediterrâneo e em direção ao interior, o termo romanização deixa de ser útil, não só porque restringe o campo da análise ao presente, mas também por que exclui outros atores que, obviamente, são tão importantes quanto os romanos na difusão da πολιτικός pela οικουμενε.

Se a *Geografia* permite, assim, que vislumbremos um processo em curso – seja ele no presente, romanizando e exaltando os feitos de Augusto e Tibério de levar a cabo este processo, ou de longa duração, com o Império Romano sendo uma etapa de um processo mais amplo de difusão de uma forma de viver –, ela não nos permite, por outro lado, nomeá-lo. Porém, a análise dos livros III e IV aponta algumas direções que ele segue: a cidade é o centro das transformações e, na longa duração, tem permitido aproximar/integrar regiões espacialmente distantes e culturalmente diferentes, sob uma única forma de viver. Roma, nessa perspectiva mais abrangente e na longa duração, tem papel importante, mas não único

ou exclusivo, e assim, a romanização torna-se uma etapa de um processo de transformação maior, de difusão de uma forma de viver agradável comandada pelos "governos primeiro dos gregos, e posteriormente, de macedônios e romanos". (Estrabão, 2.5.26)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes.

- García y Bellido, A. *"España y los españoles hace dos mil años según la geografía de Strabon"*, Buenos Aires : Esapsa-Calpe Argentina, 1945.
- Strabo. *The Geography. Books III e IV*. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.
- Estrabon. *Géographie*. Livre III et IV. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- Estrabón. Geografía. Libro III y IV. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

ALARCÃO, J. **Portugal romano**, Lisboa : Editorial Verbo, 1974.

ALARCÃO. J. **Portugal: das Origens à Romanização**, Lisboa: Editorial Presença, 1990.

ALCOCK, S. E. **Greece: a Landscape or resistence?**, In. MATTINGLY, D. J. (Org) Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 103-115

ALY, W. **Strabon von Amasia**, Bonn, 1957.

ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. 1ª edição. California, University of California Press, 2000.

AUJAC, G. **Strabon et la science de son temps**, Paris, Les Belles Lettres, 1966.

BLÁZQUEZ, J. M. **Causas de la Romanización de Hispania**, Hispania 24 (1964) 5 - 26, 165 - 184, 325 - 347, 485 - 508

BLÁZQUEZ, J. M. Economía **de Hispania a finales de la República Romana y comienzos del Império, según Estrabón y Plinio**, Revista de la Universidad de Madrid, 20, 1971

BLÁZQUEZ, J. M. **Economia de Hispania durante la República Romana**, Revista Internacional de Sociologia 32 (1974) 19 - 57 (reprinted in J. M. Blázquez, Economia de la Hispania Romana. Bilbao, 1978)

BLÁZQUEZ, J. M. **Economia de los pueblos prerromanos del área no ibérica hasta la época de Augusto**, in Estudios de Economiá Antigua de la Península Ibérica, ed. M. Tarrandell, 191 - 269. Barcelona, 1968 (republicado in J. M. Blázquez, Economia de la Hispania Romana. Bilbao, 1978)

BLÁZQUEZ, J. M. **El impacto de la conquista de Hispania en Roma (218 - 154 a. J.C.)**, Estudios Classicos 7 (1962-3) 1 - 29

BLÁZQUEZ, J. M. **El impacto de la conquista de Hispania en Roma (154 - 83 a.C),** Klio 41 (1963) 168 - 186

BLÁZQUEZ, J. M. **La romanización de Hispania**. Ultimas aportaciones In: Euphrosyne 20, 1992, 439-446.

BLÁZQUEZ, J. M. **Historia de España Antigua** I. Madrid, Ediciones Cátedra, 1978.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N, PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BROGAN, O. **Roman Gaul**, Londres, Bell, 1953.

BRUNT, P. A. **The army and the land in the Roman Revolution**. The Journal of Roman Studies Vol. 52, 1962, pp. 69-86.BUCHSENSCHUTZ

BUCHSENSCHUTZ, O. **Les Celtes et la formation de l'Empire romain**. Annales. Histoire, Sciences Sociales, 2004/2, p. 337-361

CARDOSO, O. **Para uma definição de Didática da História**. Rev. Bras. Hist. 2008, vol.28, n.55, pp. 153-170.

CHURCHIN, L. **The Romanization of central Spain**: complexity, diversity and change in a provincial Hinterland. Nova York, Routledge, 2004.

CLARKE, K. **In Search of the Author of Strabo's Geography**. *Journal of Roman Studies*, vol. LXXXVII, 1997, pp. 92-110.

CLARKE, K. **Between Geography and History**: Hellenistic constructions of the roman World. Oxford, Oxford University Press, 1999.

CLAVEL-LEVEQUE, M. **Les gaules et les gaulois**: pour une analyse du fonctionnement de la géographie de Strabon. In: Dialogues d'histoire anciennes, 1, 1974, pp. 75-93

CROSSLEY, C. **French Historians and Romantism**. Nova York, Routledge, 1993.

DIETLER, M. **Archaeologies of Colonialism**: Consumption, entanglement, and violence in the Ancient Mediterranean France, Berkeley, University of California Press, 2010.

DILLER, A. The **textual tradition of Strabo's Geography**, Amsterdam, Hakkert, 1975

DUBOIS, M**. Examen de la Géographie de Strabon**, Paris, 1891.

DUECK, D. **Strabo of Amasia**: a Greek man of letters in Augustan Rome, Londres, Routledge, 2000.

ENGELS, Ανδρες ενδοξοι **or men of high reputation**. In DUECK, D. LINDSAY, H. POTHECARY, S. Strabos cultural Geography. Cambridge, Cambridge University Press. 2005, pp. 129-143.

ERDMANN, E. **Historical Consciousness – Historical Culture**: two sides of the same medal?, In. YearBook of I.S.D., 2007, pp. 27-37.

FINLEY, M. **A Economia Antiga**. Porto: Afrontamento, 1986. [1ª edição: 1973].

FINLEY, M. **Política no Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. [1ª edição: 1983].

FORBIGER, A. **Strabo's Erdbeschreibung**. Stuttgart, 1856.

FREEMAN, P. W. M. **Mommsen through to Haverfield**: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain. In: Mattingly, D. J. (Org), Dialogues in Roman imperialism: power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 27-50.

GARNSEY, P.; SALLER, R. **The Roman Empire**. London, Duckworth, 1987.

GEARY, P. **The Myth of Nations**: The medieval origins of Europe. Princiton University Press, 2003

GUARINELLO, N. L**. História científica, história contemporânea e história cotidiana**. In: Revista Brasileira de História, 24 (48), 2004, pp. 13-38.

GUARINELLO, N. L. **Apresentação**, In: SILVA, G. V. e MENDES, N. M. Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e culturual. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

GUARINELLO, N. L. **Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano**: Um Ensaio. In. Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo (1), p. 113-127, 2010.

GUARINELLO, N. L. **Uma morfologia da História**: as formas da História Antiga. In: Politeia, Vitória da Conquista, v. 3, 2003, pp. 41-61.

HAVERFIELD, F. **The Romanization of Roman Britain**, Proceedings of British Academy 2. 1905.

HINGLEY, R. **Resistence and Domination**: social change in Roman Britain. In. MATTINGLY (Org.) Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Portsmouth, Rhode Island, 1997.

HINGLEY, R. **Eurorentrism and theory in Roman Archaeology**: a further contribution to the Romanization debate. In: BAR International: New perspectives on the Ancient World: Modern perceptions, ancient representations. 2008

HINGLEY, R. **Globalization and Roman imperialism**: Encountering Empire/empire studies RAC 2010, session on Roman Imperialism (Hitchner and Mattingly), 2010.

HINGLEY, R. **Globalizing Roman Culture**: Unity, diversity and Empire, London and New York: Routledge, 2005

HINGLEY, R. **Not so Romanized?** Tradition, reinvention or discovery in the study of Roman Britain, World Archaeology, 40: 3, 427-443, 2008.

HINGLEY, R. **Recreating coherence without reinventing Romanization**, Digressus Supplement 1, 111-119, 2003.

HINGLEY, R. **Roman officers and English gentlemen**: the imperial origins of Roman archaeology, Londres, Routledge, 2000.

HOBSBAWN, E. Era das Revoluções, São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HONIGMANN, **R. E., s.v. Strabon**, IV A¹, 1931, 76-155.

HORDEM, P. & PURCELL, N. **The Corrupting Sea**: A Study of Mediterranean History. Oxford, Blackwell Publishers. 2000.

JULLIAN, C. **Histoire de la Gaule**, v.6. Paris, Librairie Hachette, 1929.

KEAY, S. & TERRENATO, N. **Italy and the West**: comparative Issues in Romanization. Oxford, Oxbow Books, 2001.

KEAY, S. **Romanization of the Hispaniae**. In. KEAY, S. & TERRENATO, N. Italy and the West: comparative Issues in Romanization. Oxford, Oxbow Books, 2001.

KEAY, S. **Recent Archaeological Work in Roman Iberia** (1990-2002)". In: The Journal of Roman Studies, Vol. 93. 2003.

KRAMER, G. **Strabonis Geographica**. 1844

LA VEGA, M. J. H. **Ancient history in Spain Historiography**. In. GUDMUNDUR, H. Nations and Nationalities in Historical Perspective, Edizioni Plus, 2001.

LASSERRE, F.; AUJAC, G. **Introduction** de la Geographie de Strabon. Paris, Les Belles Lettres, 1969.

LASSERRE, F. **Strabon devant L'empire romain**, In. TEMPORINI, H. **A.N.R.W,** Berlin, W. de G., 1982, pp. 867-896.

LASSERRE, F. **Histoire de Premiere Main**, In. Strabone Contributi allo Strudio della

LE GOFF, J. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

LE ROUX, P. La romanisation en question, Annales. Histoire, Sciences Sociales 2004/2, pp. 287-311.

LINDSAY, H. **Amasya and Strabo's patria in Pontus**. In DUECK, D. LINDSAY, H. POTHECARY, S. Strabos cultural Geography. Cambridge, Cambridge University Press. 2005

LINTOTT, A. **The crisis of the Republic**: sources and source-problems. In CROOK, J. A., & LINTOTT, A. The Cambriedge Ancient History, Volume IX, 2ª Edição. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

MALKIN, I. **Meriterranean Paradigms and Classical Antiquity**. Nova Iorque, Routledge, 2005.

MATTINGLY, D. J. **Africa: a landscape of opportunity?** In. MATTINGLY, D. J. (Org) Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 117-139

MEINEKE, A. **Strabonis Geographika**. 1852

MEYER, P. **Questiones Strabonianae**, Leipziger Studien, II, 1879, 49-72.

MICHELET, J. **Histoire de France**, Vol. 1. Paris, Les amis de l'ambassade du livre, 1960.

MILLETT, M. **Roman Interaction in north-western Ibéria**, In: Oxford Journal of Archaeology 20: 157-170. 2001.

MILLETT, M. **The Romanization of Britain**: An Essay In Archaeological Interpretation, Cambridge, Cambridge University Press, 1990

MOMMSEN, T. **Römische Geschichte**. 8 Volumes. München 2001.

MORRIS, I. **Mediterraneanization**. In: MALKIN, I. Meriterranean Paradigms and Classical Antiquity. Nova Iorque, Routledge, 2005.

NICOLET, C. **Space, geography, and politics in the early Roman empire**. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1991.

NICOLET, C. **La fabrique d'une Nation**: la France entre Rome et les Germains, Paris, Perrin, 2006.

NIESE, B. **Beiträge zur Biographie Strabos**, Hermes 13, 1878, p. 33-45

NIESE, B. **Straboniana, Rheinisches Museum für Philologie**, 1883, p. 567-602.

PAIS, E. **Straboniana**, Revista di Filologia, 16, 1886, pp. 97-246

PAIS, E. **Intorno ao tempo ed al luogo in cui Strabone compone la Geografia Storica**, Itália Antica, 1922, I, pp. 267-316

PINTO, R. **Arqueologia e Romanização**: Os Discursos Arqueológicos e a Cultura Material da Bretanha Romana. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Sob a Orientação do Prof° Dr. Pedro Paulo A. Funari.

POTHECARY, S. **Strabo and the 'Inhabited World**, Canada, University of Toronto, 1995. (Tese)

POTHECARY, S. **Strabo the Geographer**: His Name and Its Meaning, In: Mnemosyne, Fourth Series, Vol. 52, No. 6, (Dec., 1999), pp. 691-704

POTHECARY, S. **Strabo, Polybios, and the Stade**. Phoenix, Vol. 49, No. 1. 1995.

POTHECARY, S. **Strabo, the Tiberian Author**: Past, Present and Silence in Strabo's "Geography", in Mnemosyne, Fourth Series, Vol. 55, No. 4, (2002), pp. 387-438.

POTHECARY, S. **The Expression "Our Times" in Strabo's Geography**, In: Classical Philology, Vol. 92, No. 3, (Jul., 1997), pp. 235-246

REVELL, L. **Roman Imperialism and Local Identities**. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

SADER, E. (Org) **Cultura e Política**. São Paulo, Boitempo, 2003.

SAID, E. **Culture and Imperialism**, Nova Iorque, 1º Vintage Books Edition, 1993.

SAID, E. **Orientalism**. Vintage; 1st Vintage Books, 1979.

SBORDONE, F**. L'Imperio di Tiberio e la redazione di Strabone**, Anuário celebrativo del Liceo, Madaloni, 1958, pp. 51-59.

SCHIMID, M. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba, Editora UFPR, 2010.

SCHULTEN, A. **Fontes Hispaniae Antiquae**, II-VI, Barcelona, Universidad de Barcelona, 1925-1960.

SECCO, L. **A revolução dos Cravos e a crise do império colonial português**. São Paulo, Alameda, 2004.

STE. CROIX, G.E.M. de. **The class strugle in the Ancient Greek world**. Ithaca, Cornell University, 1998.

THOLLARD, **Barbárie et Civilisation chez Strabon** : etude critique des livres III et IV de la Geographie. Paris, les Belles Lettres. 1987.

TOZER, H.F. **Selections from Strabo**: with an introduction on Strabo's life and works, 1893.

VAN DER VLIET, E. **L'ethnographie de Strabon: ideologie ou tradicion?**, In. PRONTERA, F. Strabone: Contributi allo Studio della personalità e dell'opera, Perugia, Università degli Studi, 1984, pp. 27-86.

VIDAL, Dominique . **A perseguição ao Islã e o neofacismo**, In. Lê monde Diplomatique Brasil, 03 de Janeiro de 2011.

WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

WELLS, P. **The barbarians Speak**: how the conquered people shaped roman Europe. Princiton University Press, 1999.

WHITTAKER, C. R. **Imperialism and culture**: the Roman initiative. In. MATTINGLY, D. J. (Org) Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire. Portsmouth, Rhode Island, 1997, p. 143-164.

WOOLF, G. **Becoming Roman**: the origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge, U.K.; New York, NY, USA : Cambridge University Press, 1998.

WOOLF, G. **A Sea of Faith?** In: Mediterranean Historical Review, 18, 2, 2004, p. 126-143.

WOOLF, G. **Tales of the Barbarians**: Ethnography and Empire in the Roman West. Oxford, Blackwell, 2011.